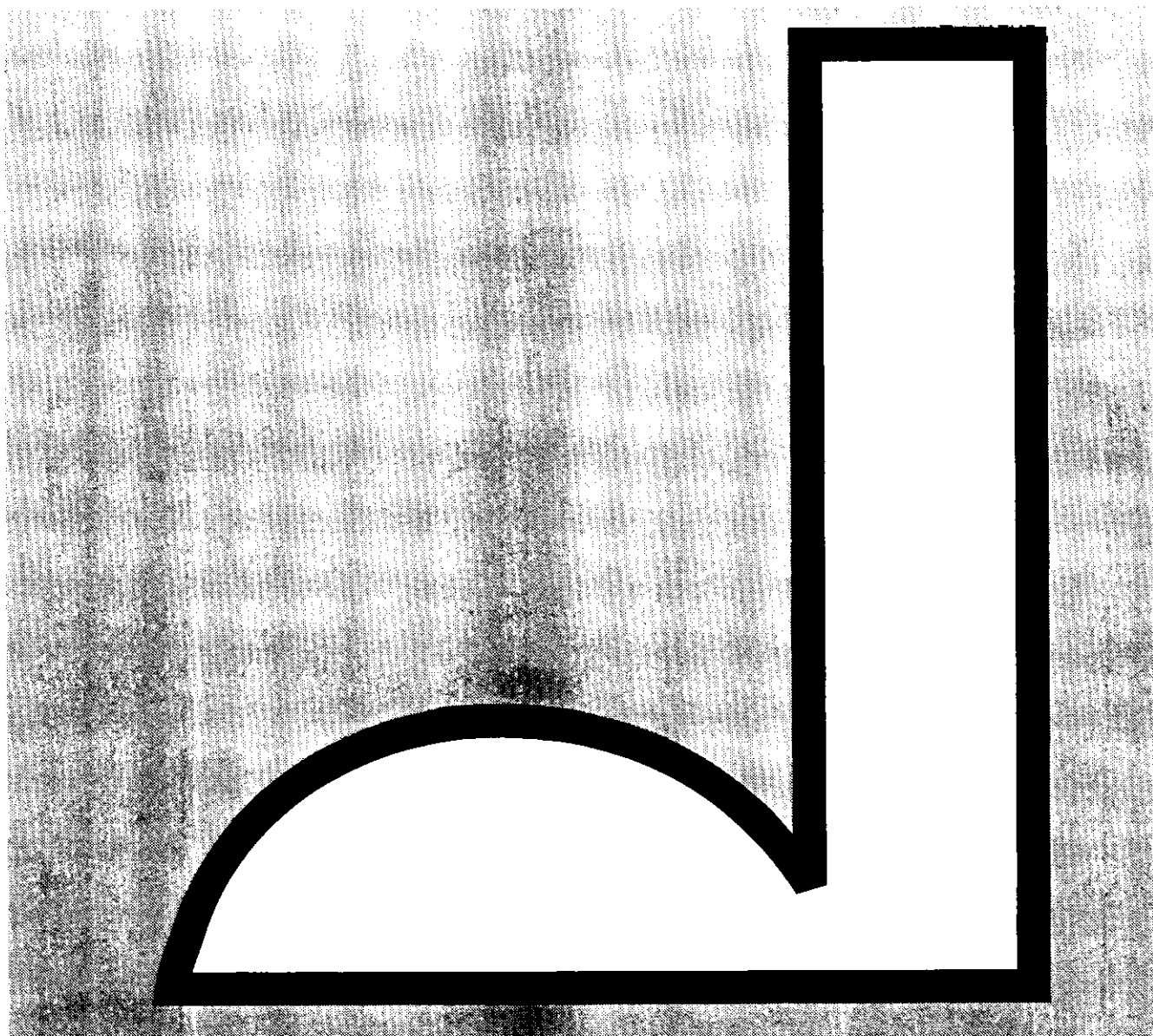




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – PSB – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i>
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV) – 10 Líder <i>Helôisa Helena</i> Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 14 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> LIDERANÇA DO PPB – 2 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 30/06/1999

(3) Afastado em 30/03/2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins.

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 13.10.2000

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS – CN

Nº 11, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.784.0235.0496.0001 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca – Rio Grande do Norte, da Unidade Orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes, no valor de R\$1.000.000,00.	20885
Nº 12, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.784.0230.0520.0001 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio de Janeiro – Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Sepetiba – Rio de Janeiro, da Unidade Orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes, no valor de R\$500.000,00.	20885
Nº 13, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0229.5703.0001 – Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis – No Estado da Bahia, da Unidade Orçamentária 53.201 – Codevasf, no valor de R\$390.995,00.	20885
Nº 14, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação referente ao subtítulo do orçamento fiscal 26.782.0229.5703.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco – BR-116/BA – Euclides da Cunha – Ibó, constante do Quadro III da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000 – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2000.	20886
Nº 15, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0237.5710.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-070/GO – Cocalzinho – Itaberaí, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$25.000,00.	20886
Nº 16, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 14.421.0661.1844.0041 – Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais – No Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 30.907 – Funpen, no valor de R\$4.612.000,00.	20886
Nº 17, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 do subtítulo 26.782.0230.5704.0011 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-484/ES – Itarana – Afonso Cláudio, listado no Quadro III anexo à Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.	20887
Nº 18, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária parcial da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 26.782.0237.5710.0005 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-158/PA – Entroncamento BR-230 (Altamira) – Divisa PA/MT, da Unidade Orçamentária 39201 – DNER, nos contratos que especifica.	20887
Nº 19, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0235.5728.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-101/PE – Prazeres – Cabo, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$4.000.000,00.	20888
Nº 20, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0230.5704.0009 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete – Viçosa – Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$3.000.000,00.	20888

SENADO FEDERAL

2 - ATA DA 140ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2000

2.1 - ABERTURA

2.2 - EXPEDIENTE

2.2.1 - Mensagens do Presidente da República

Nº 210, de 2000 (nº 1.476/2000, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2000 (nº 621/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (determina infrações e punições decorrentes do não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal), sancionado e transformado na Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000. 20889

Nº 211, de 2000 (nº 1.480/2000, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a recondução do Senhor David Zylbersztajn, para o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo - ANP. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 20889

Nº 212, de 2000 (nº 1.481/2000, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a recondução do Senhor José Mário Miranda Abdo, para o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 20903

2.2.2 - Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 209/2000, de 18 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 456, de 2000, do Senador Amir Lando. Ao Arquivo. 20909

2.2.3 - Comunicação da Presidência

Término de prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 25, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que cria capela ecumênica em dependências do Senado Federal. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente. 20909

2.2.4 - Discursos do Expediente

SENADOR GILVAM BORGES - Elogios à decisão do BNDES de privilegiar investimentos em companhias de saneamento. 20909

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Defesa de uma união suprapartidária em busca de fontes para o aumento do salário mínimo. 20911

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Congratulações pela assinatura de ato que san-

ciona a lei de criação da Universidade Federal do Tocantins, em solenidade a realizar-se hoje, no Palácio do Planalto. 20917

SENADOR OSMAR DIAS - Justificativas à apresentação de emenda à Medida Provisória nº 1.956-55, de 2000, que trata do Código Florestal brasileiro. 20920

SENADOR JONAS PINHEIRO - Realização de solenidade hoje, para entrega de comendas por ocasião do Dia do Aviador. 20923

SENADOR LAURO CAMPOS - Considerações sobre a imposição do Fundo Monetário Internacional na destinação de recursos vinculados ao orçamento da União. 20931

SENADOR IRIS REZENDE - Preocupação com a dificuldade de ingresso de jovens com baixo poder aquisitivo nas universidades públicas brasileiras. 20933

2.2.5 - Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Participação de S. Ex^a, no último dia 16, em Fortaleza - CE, na abertura da Semana da Educação Ambiental, de iniciativa da Comissão de Implantação do Programa de Educação Ambiental do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. 20935

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Importância da modernização da fruticultura brasileira e da abertura de novos espaços de produção. 20937

2.2.6 - Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada. . 20944

2.3 - ENCERRAMENTO

3 - PARECER

Nº 43, de 2000 - CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2000 - CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$2.535.566,00, para os fins que especifica. ... 20944

4 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

7 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.784.0235.0496.0001 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca – Rio Grande do Norte, da Unidade Orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes, no valor de R\$1.000.000,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no subtítulo 26.784.0235.0496.0001 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca – Rio Grande do Norte, da Unidade Orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.784.0230.0520.0001 – Participação da

União no Capital – Companhia Docas do Rio de Janeiro – Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Sepetiba – Rio de Janeiro, da Unidade Orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes, no valor de R\$500.000,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no subtítulo 26.784.0230.0520.0001 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio de Janeiro – Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Sepetiba – Rio de Janeiro, da Unidade Orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando à Comissão de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal relatório até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0229.5703.0001 – Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis – No Estado da Bahia, da Unidade Orçamentária 53.201 – CODEVASF, no valor de R\$ 390.995,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no subtítulo 20.607.0379.1856.0005 – Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas

Irrigáveis – No Estado da Bahia, da Unidade Orçamentária 53.201 – CODEVASF, no valor de R\$ 390.995,00 (trezentos e noventa mil, novecentos e noventa e cinco reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação referente ao subtítulo do orçamento fiscal 26.782.0229.5703.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco – BR 116/BA – Euclides da Cunha – Ibó, constante do Quadro III da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000 – Lei Orçamentária para exercício financeiro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação constante do Orçamento Fiscal para o exercício financeiro de 2000, referente ao subtítulo 26.782.0229.5703.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco – BR 116/BA – Euclides da Cunha – Ibó, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União realizará imediatamente auditoria nas obras a que se refere o subtítulo constante do artigo anterior e efetuará levantamento do total de recursos nelas aplicados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, assim como do atual estágio de execução, dando ciência a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0237.5710.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-070/GO – Cocalzinho – Itaberaí, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$25.000,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no subtítulo 26.782.0237.5710.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-070/GO – Cocalzinho – Itaberaí, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal

da União para 2000 no subtítulo 14.421.0661.1844.0041 – Construção, Ampliação, Reforma e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais – No Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 30.907 – FUNPEN, no valor de R\$4.612.000,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no subtítulo 14.421.0661.1844.0041 – Construção, Ampliação, Reforma e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais – No Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 30.907 – FUNPEN, no valor de R\$4.612.000,00 (quatro milhões, seiscentos e doze mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 do subtítulo 26.782.0230.5704.0011 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-484/ES – Itarana – Afonso Cláudio, listado no Quadro III anexo à Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), do subtítulo 26.782.0230.5704.0011 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-484/ES – Itarana – Afonso Cláudio, da Unidade

Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos liberados nos termos do artigo anterior, informando qualquer irregularidade à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária parcial da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 26.782.0237.5710.0005 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-158/PA – Entroncamento BR-230 (Altamira) – Divisa PA/MT, da Unidade Orçamentária 39201 – DNER, nos contratos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar parcialmente a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no subtítulo 26.782.0237.5710.0005 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-158/PA – Entroncamento BR-230 (Altamira) – Divisa PA/MT, da Unidade Orçamentária 39201 – DNER, exclusivamente nos contratos A.JUR 34/97 e A.JUR 35/97.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos do artigo 1º deste Decreto, certificando-se de que nenhum dos contratos em que tenham sido apontadas irregularidades recebam quaisquer recursos orçamentários.

Parágrafo Único. É vedada a liberação de recursos consignados no presente subtítulo para a execu-

ção de qualquer outro contrato não relacionado no caput.

Art. 3º O Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro, encaminhará relatório à Comissão de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal, contendo o resultado do acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0235.5728.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-101/PE – Prazeres – Cabo, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$ 4.000.000,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no subtítulo 26.782.0235.5728.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-101/PE – Prazeres – Cabo, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art.

166, §1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2000-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0230.5704.0009 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete – Viçosa – Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$3.000.000,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no subtítulo 26.782.0230.5704.0009 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete – Viçosa – Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 23 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 140ª Sessão Não Deliberativa Em 23 De Outubro De 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Nabor Júnior, Gilberto Mestrinho e Freitas Neto

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 216, DE 2000

(Nº 1.476/00, na Origem)

– Nº 210, DE 2000 (nº 1.476/2000, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2000 (nº 621/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

– Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro e 1967 “determina infrações e punições decorrentes do não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal”, sancionado e transformado na Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

MENSAGEM Nº 211, DE 2000

(Nº 1.480/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências proposta de recondução do Senhor David Zylbersztajn ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

O Senhor David Zylbersztajn é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa ele-

vada função, como se depreende do anexo **curriculum vitae**. – **Fernando Henrique Cardoso**

EM Nº 060/MME

Brasília, 19 de outubro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para apreciação e encaminhamento ao Senado Federal, proposta de recondução do Senhor DAVID ZYLBERSZTAJN ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

2 – Informo que o Diretor-Geral foi nomeado por Decreto de 15 de janeiro de 1998, com mandato de três anos, para compor a primeira Diretoria daquela Agência.

Respeitosamente, – **Rodolpho Tourinho Neto**,
Ministro de Estado de Minas e Energia.

DAVID ZYLBERSZTAJN

Data Nascimento: 9 de dezembro de 1954

Nacionalidade: Brasileira

Filiação: Abram Zylbersztajn e Elisabeth Zylbersztajn

RG: 16486447 – SSP/SP

CPF: 465004057-49

Endereço: Avenida Delfim Moreira, 584/201 – Leblon 22.441-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: 21-804.1000

1. FORMAÇÃO

Doutor em Economia da Energia, Institut d'Economie et de Politique de l'Energie – IEPE. Grenoble, França, junho de 1987.

Diplome d'Etudes Approfondies – DEA, em Economia da Energia, Institut Economique et Juridique de l'Energie – IEJE. Grenoble, França, junho de 1984.

Mestre em Ciências – Engenharia Mecânica.
Área de Concentração:

Termodinâmica, Mecânica dos Fluidos e Transmissão de Calor. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Rio de Janeiro, agosto de 1980.

Engenheiro Mecânico e Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Rio de Janeiro, junho de 1977.

2. HISTÓRICO PROFISSIONAL

2.1 Atividades Profissionais

Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, a partir de janeiro de 1998.

Secretário de Estado de Energia do Estado de São Paulo, de janeiro de 1995 a janeiro de 1998.

Presidente do Conselho de Administração das Companhias de Energia do Estado de São Paulo, de janeiro de 1995 a janeiro de 1998.

Membro do Comitê Consultivo do Programa Alure da União Européia para Projetos de Energia na América Latina, a partir de junho de 1996.

Presidente do Fórum de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, de abril de 1995 a dezembro de 1998.

Membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil, a partir de junho de 1998.

Membro do Conselho de Administração da Brasilcap Capitalização S.A., a partir de junho de 1999.

Coordenador do Comitê Assessor de Planejamento Energético do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia – CNPq, de 1992 a 1994.

Consultor do Projeto Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, de janeiro a junho de 1994.

Coordenador do Comitê Assessor de Planejamento Energético do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, de 1992 a 1994.

Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético – SBPE, de abril de 1991 a dezembro de 1994.

Membro do Grupo de Trabalho (Portaria SCT/PR nº 267/90) – eficiência energética de motores, produtos e equipamentos elétricos, vinculado ao Grupo Executivo do Programa Nacional de Racionalização da Produção e do Uso de Energia – GERE, 1990/1991.

Analista de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Agência Regional de São Paulo, de março de 1989 a março de 1990.

Engenheiro Chefe de Controle de Qualidade da empresa Eucatex S.A., Unidade de Barueri, de outubro de 1980 a maio de 1982.

Engenheiro de Planejamento da empresa Mesbla S.A., de julho de 1977 a janeiro de 1978.

2.2 Atividades Profissionais Acadêmicas

Professor Licenciado do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, a partir de dezembro de 1994.

Membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, de 14 de dezembro de 1994 a 8 de outubro de 1998.

Coordenador do Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia da Universidade de São Paulo, de agosto de 1990 a dezembro de 1994.

Chefe da Seção Técnica de Estudos em Conservação de Energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia – USP, de outubro de 1991 a dezembro de 1994.

Coordenador do Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia – Universidade de São Paulo (EPUSP, FEA, IEE, IF), de agosto de 1990 a dezembro de 1994.

Co-responsável do curso “Engenharia Econômica Aplicada”, no curso de Pós-Graduação em Engenharia do Petróleo (Convênio Unicamp/Petrobras), Unicamp – Campinas, de março a julho de 1988.

Professor Assistente Doutor, Área Interdisciplinar de Planejamento Energético do Departamento de Engenharia Mecânica, na Pós-Graduação – Universidade Estadual de Campinas, de agosto de 1987 a fevereiro de 1989.

Consultor Técnico Científico do Conselho de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Consultor Técnico Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Professor da disciplina “Fenômenos de Transportes”, Graduação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, de março de 1979 a agosto de 1980.

Auxiliar de Ensino e Pesquisa no Departamento de Engenharia Mecânica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, de março de 1978 a agosto de 1980.

2.2.1 Cursos Ministrados

Professor do Curso “Reestruturação da Indústria de Eletricidade” – Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a Eletrobrás. Rio de Janeiro, de 17 a 19 de outubro de 1994.

Coordenador e Professor do Curso "Conservação e Uso Racional de Energia na Micro e Pequena Empresa". Poli/FTDE/Sebrae, São Paulo, 24, 28 de fevereiro e 3 de março de 1994.

Coordenador e Professor do Curso "Política Energética", para Atingidos por Barragens, de Organizações Indígenas, de Comunidades Remanescentes de Quilombos, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agentes de Pastorais, Altamira, Pará, 2 a 4 de setembro de 1993.

Coordenador e Professor do Curso "Alternativas Energéticas para Lideranças Indígenas de Roraima", Conselho Indígena de Roraima/Comissão Pró-Índio de São Paulo/IEE/USP, Área Indígena Serra do Sol, 3 a 5 de agosto de 1993.

Coordenador e Professor do Curso "Política Energética", para Atingidos por Barragens, de Organizações Indígenas, de Comunidades Remanescentes de Quilombos, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agentes de Pastorais, Altamira, Pará, 14 a 18 de dezembro de 1992.

Coordenador do Curso "Métodos de Avaliação Energética a Partir de Usos Finais", IEE/USP. São Paulo, 11 a 29 de maio de 1992.

Professor do Curso de Extensão Universitária "Formação, Informação e a Questão Ambiental – Um Curso para Jornalistas", promovido pelo Ceca/USP. São Paulo, 14 de novembro de 1991.

Coordenador e Professor do Curso de Extensão "Conceituação e Métodos de Elaboração de Planos de Desenvolvimento Energético Estaduais", promovido pela Secretaria Nacional de Energia e ministrado sob os auspícios do IEE/USP. São Paulo, novembro de 1991.

3. ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

Membro do Conselho Consultivo da Fundação Padre Anchieta, TV Cultura, a partir de abril de 2000.

Membro do Conselho de Administração e Fiscal da Agência Rio, a partir de março de 2000.

Membro do Conselho Curador da Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB, a partir de novembro de 1999.

Membro do Conselho Curador da Fundação Luís Eduardo Magalhães, a partir de novembro de 1998.

Membro do Conselho da Fundação Bial de São Paulo, a partir de junho de 1998.

Membro do Conselho da Comissão Pró-Índio de São Paulo, a partir de outubro de 1996.

Representante da Agência Nacional do Petróleo no Conselho Consultivo do Centro Nacional de Referência em Biomassa – CENBIO, a partir de 24 de março de 1999.

Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira do Hospital Albert Einstein, a partir de 23 de novembro de 1998.

4. PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

ZYLBERSZTAJN, D.; CORREIA, J.S.S.; SAIDEL, M.A.; SOARES, J.O.P. "Sistemas de Informação para Agências Reguladoras: o Caso da Agência Nacional do Petróleo". I Congresso Brasileiro de Regulação de Serviços Públicos Concedidos. Salvador, 2 a 5 de julho de 2000.

COELHO, S.T.; BOLOGNINI, F. MARLY; ZYLBERSZTAJN, D. "Policies to Improve Biomass – Electricity Generation in Brazil". The World Renewable Energy Congress – Florença, Italy, 19 a 25 de setembro de 1998.

COELHO, S.T.; BOA NOVA, A.C.; ZYLBERSZTAJN, D. "Social and Political Aspects of a Biomass – Origin Cogeneration Program. The Brazilian Experience". 10th European Conference – Biomass for Energy and Industry, 8 a 11 de junho de 1998.

COELHO, S.T.; OLIVEIRA Jr., S.; ZYLBERSZTAJN, D. "Análise Termoeconômica da Cogeração de Eletricidade a partir do Bagaço de Cana para uma Usina do Estado de São Paulo". XIV COBEM. Bauru, dezembro de 1997.

COELHO, S.T.; OLIVEIRA Jr., S.; ZYLBERSZTAJN, D. "Thermoeconomic Analysis of Electricity Cogeneration from Sugar-Cane Origin". Third Biomass Conference of the Americas. Anais, volume II, pp. 1631-1640. Montreal, agosto de 1997.

FERNANDES, E.S.F.; ZYLBERSZTAJN, D. "The Valuation of the Air Emission Externalities of Vehicles: a Comparison between Fossil Fuels and Ethanol in Brazil". Third Biomass Conference of the Americas. Anais, volume II, pp. 1631-1640. Montreal, agosto de 1997.

COELHO, S.T.; ZYLBERSZTAJN, D. "A Preliminary Analysis of Mechanisms to Improve Biomass Origin Cogeneration in Brazil". Biomass (Chartier, P.; Ferrero, G.L.; Henius, U.M.; Hultberg, S.; Sachou, J.; Wiinblad, M.). Editora Pergamon Press, volume 1, pp. 446-458. Anais da 9ª European Bioenergy Conference. Copenhagen, junho de 1996.

COELHO, S.T.; VELAZQUEZ, S.G.; ZYLBERSZTAJN, D. "Cogeneration in Brazilian Pulp

and Paper Industry from Biomass Origin to Reduce CO₂ Emissions". Developments in Thermochemical Biomass Conversion. Anais, volume III, pp.1073-1085. Banff, Canadá, maio de 1996.

FERNANDES, E. L.; COELHO, S.T.; IENO, G. O.; ZYLBERSZTAJN, D. "Will The Brazilian Alcohol Program Accomplish Vehicles Future Demands?". Second Biomass

Conference of the Americas. Anais, pp. 1713-1721. Portland, Oregon, agosto de 1995.

COELHO, S. T.; IENO, G. O.; ZYLBERSZTAJN, D. "Aspectos Técnicos e Econômicos da Inserção da Cogeração de Eletricidade na Matriz Energética Brasileira". II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. Anais, pp. 438-443. Campinas, dezembro de 1994. Republicado em "Eletricidade Moderna", São Paulo, ano XXIII, nº 255, pp. 70-75, junho de 1995.

IENO, G.O.; COELHO, S.T.; ZYLBERSZTAJN, D. "Gás Natural e Consequências Ambientais na Geração de Eletricidade para a Região de Manaus". I Encontro Brasileiro de Ciências Ambientais. Anais v.I., pp. 176-185, abril de 1994. Republicado na Revista "Pesquisa e Tecnologia - FEI", nº 15, fevereiro de 1995.

COELHO, S.T.; FERNANDES, E.; ZYLBERSZTAJN, D. "Economic Competitiveness of Ethanol Fuel in Brazil". Earth Conference on Biomass for Energy, Development and Environment. Anais. Havana, janeiro de 1995.

COELHO, S.T.; FERNANDES, E. L.; ZYLBERSZTAJN, D. "Bases para uma Política Energética Sustentável a Longo Prazo. Proposta de Estudos Referenciais. Sub-grupo Álcool Combustível e Bagaço". Trabalho para a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. São Paulo, dezembro de 1994.

FERNANDES, E.S.F.; ZYLBERSZTAJN, D. "A Estrutura do Transporte Urbano e os Problemas Ambientais na Região Metropolitana de São Paulo". Congresso Latino Americano de Transporte Público y Urbano. Buenos Aires, 7 a 11 de novembro de 1994.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T.; IENO, G.O. "Opportunity Scenarios for Sugar-Cane Origin Electricity". BIORESOURCES'94 Biomass Resources: A Means to Sustainable Development. Anais. Bangalore, Índia, outubro de 1994.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T.; IENO, G.O. "Electricity Production in Amazonia from Biomass Crops Residues". 8th European Conference on

on Biomass. Anais, volume 2, pp. 974-980. Viena, Áustria, outubro de 1994.

COELHO, S.T.; IENO, G.O.; ZYLBERSZTAJN, D. "Biomass in Amazonia and Electricity Generation". I Seminário Internacional de Energias Renovables. Anais, pp.351-357. Cochabamba, Bolívia, setembro de 1994.

COELHO, S.T.; IENO, G.O.; ZYLBERSZTAJN, D. Ex "Avaliação Técnica e Econômica da Cogeração com Turbinas a Gás na Indústria do Papel". XXVI Congresso Anual de Celulose e Papel da ABTCP. Anais. São Paulo, novembro de 1993.

ZYLBERSZTAJN, D.; SAUER, I.L.; CORREIA, J. "Energia Elétrica e Desenvolvimento: O Caso da Região Oeste do Pará". VI Congresso Brasileiro de Energia e I Seminário Latino Americano de Energia. Anais. Rio de Janeiro, outubro de 1993.

GOLDEMBERG, J.; ZYLBERSZTAJN, D. "Energy for a Sustainable World". International Seminar: The Role of Applied Science and Technology for a Sustainable Society. Anais da Conferência Internacional "Council of Scientific Union - ICSU" - pp. 24-27. São Paulo, 11 e 12 de outubro de 1993.

ZYLBERSZTAJN, D.; BERNINI, E.J. "Avaliação Energética e as Externalidades: Elementos para Reflexão". Número especial da Revista Brasileira de Energia, outubro de 1993.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T. "Colheita Mecânica e Economicidade da Cogeração". VI Congresso Brasileiro de Energia e IV Seminário Latino Americano de Energia. Anais, pp.33-40. Rio de Janeiro, outubro de 1993.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T. "Avaliação dos Impactos Ambientais e Sociais Decorrentes da Cogeração de Eletricidade a Partir do Bagaço de Cana". VI Congresso Brasileiro de Energia. Anais, pp. 41-47. Rio de Janeiro, outubro de 1993.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T. "A Potential Evaluation of Sugar-Cane Utilization for Electricity in Brazil with Mechanical Harvesting". 2nd Asian Pacific Symposium on Combustion and Energy Utilization. Anais. Beijing, China, outubro de 1993.

FERNANDES, E.S.L.; ZYLBERSZTAJN, D. FRIES, J. "Some Impacts of Ethanol Use as Fuel in Brazil: Costs, Technical Adoption and Environmental Issues". XXVI International Symposium on Automotive Technology and Automation Aachen - ISATA. Alemanha, 13 a 17 de setembro de 1993.

ZYLBERSZTAJN, D.; BERNINI, E.J. "Alerta Nuclear: Os Perigosos Argumentos Obscuros. A História

se Repete?". Revista Ciência Hoje, vol. 16, nº 92, pp. 46-50, julho de 1993.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T. "Avaliação do Potencial do Uso do Bagaço de Cana de Açúcar para Produção de Eletricidade no Brasil". Revista Brasileira de Energia, abril de 1993.

ZYLBERSZTAJN D.; FRIES, J. "Alternativas de Redução das Emissões de Carbono no Transporte Coletivo Urbano". VI Congresso de Pesquisa de Ensino em Transportes. Anais do Congresso, pp.1011-1022. Rio de Janeiro, novembro de 1992.

ZYLBERSZTAJN D.; FRIES, J. "O Custo de Redução das Emissões de Carbono Para o Setor de Transportes". XII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. São Paulo, setembro de 1992.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T. "Environmental Benefits Related to Cogeneration Improvements in Sugar-Cane Industry". VII European Conference on Biomass for Energy and Environment, Agriculture and Industry. Anais, pp. 599-603. Florença – Itália, 1992.

ZYLBERSZTAJN, D. "A Tragédia ou o Melhor dos Mundos: Impasses e Limites do Debate Ambiental". Novos Estudos, nº 33, Cebrap, pp.147-156. São Paulo, julho de 1992.

ZYLBERSZTAJN, D.; ANDRADE, A.M. "Impactos da Cadeia Energética". Revista Politécnica, nº 204-205, pp.31-32. São Paulo, junho de 1992.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T. "An Economic Evaluation of Sugar-Cane Use for Electricity Production and its Environmental Consequences on Avoided Carbon Emissions in Brazil". Conferência "Advance in Thermochemical Biomass Conversion".

Anais, pp.530-539. Interlaken, Suíça, maio de 1992.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T. "Potencial de Geração de Energia Elétrica nas Usinas de Açúcar e Alcool Brasileiras, através de Gaseificação da Cana e Emprego de Turbinas a Gás". Revista Brasileira de Energia, vol. 2, 1992.

ZYLBERSZTAJN, D. "Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil". Texto preparado no âmbito do curso de extensão universitária "Formação, Informação e Questão Ambiental – Um Curso para Jornalistas", Ceca/USP. São Paulo, novembro de 1991.

ZYLBERSZTAJN, D. "O Mercosul e a Política Energética". Estudos Avançados – Coleção Documentos. Instituto de Estudos Avançados do Universidade de São Paulo. São Paulo, setembro de 1991.

ZYLBERSZTAJN, D.; COELHO, S.T. "A Potential Evaluation of Sugar-Cane Bagasse Utilization for Electricity Production in Brazil". 1991 International Summer School on Science and World Affairs. Moscow Physical Technological Institute. Moscou, Rússia, junho de 1991.

ZYLBERSZTAJN D. "A Guerra no Golfo, a Petroprosperidade e as Lições para o Brasil". Estudos Avançados – Coleção Documentos. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, abril de 1991.

GELLER, H.; ZYLBERSZTAJN, D. "Energy-Intensity Trends in Brazil". Annual Review of Energy, vol. 16, 1991.

ZYLBERSZTAJN, D.; GARCEZ, N. "A Conservação de Energia no Brasil. Perspectivas e Meios de Implementação". Anais do III Encontro Nacional de Ciências Térmicas. Itapema, Santa Catarina, dezembro de 1990.

ZYLBERSZTAJN, D.; BERNINI, E.J. "Tarifas e Investimento Público na Garantia de Suprimento de Energia Elétrica". V Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro, dezembro de 1990.

MOREIRA J.M.; ZYLBERSZTAJN, D. "Ethanol Derived from Biomass and its environmental Implication in Global Warming – Issues, Mitigation, Strategies and Perspectives from Asia and Brasil". Publicado pelo Asian Energy Institute, a partir do evento "Workshop on Developing Countries – Perspectives for Protecting the Global Commons". Bellagio, Itália, 26 a 30 de novembro de 1990.

ZYLBERSZTAJN, D. "Energia e Futuro". Revista da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, outubro de 1990.

5. ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRENSA

"Viva o Encalhe". **Folha de S. Paulo**, p.1/3, 1º de julho de 1999.

"Uma Decisão Acertada". **O Estado de S. Paulo**, p.B3, 9 de novembro de 1997.

"No Tempo Certo". **O Globo**, Caderno de Economia e Política – Outra Opinião. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1997.

"O Estado Voltado Para o Cidadão". **Folha de S. Paulo**, Caderno Tendências e Debates – Opinião 1-3, 9 de julho de 1997.

"A Qualidade na Privatização". **Folha de S. Paulo**, Caderno Tendências e Debates – Opinião 1-3, 16 de abril de 1997.

"As Pérolas e as Ostras" (em parceria com Eduardo J. Bernini). **O Estado de S. Paulo**, p.B2., 27 de maio de 1996.

"Um Ano de Realizações". **Jornal O Dia**, Coluna 10. São Paulo, 15 de fevereiro de 1996.

"Reestruturar É Preciso". **Folha de S. Paulo**, p.3, 22 de outubro de 1995.

"Modernização do Setor Elétrico". **O Estado de S. Paulo**, 15 de setembro de 1995.

"Ianomâmis hoje, Macuxis Amanhã". **Folha de S. Paulo**, p.3-2, 23 de agosto de 1993.

"Bye, Bye Brasil". **Folha de S. Paulo**, Opinião Econômica, 8 de março de 1993.

"Perestroika e Meio Ambiente". **Folha de S. Paulo**, p.3, 23 de agosto de 1991.

"Custos Ambientais da Energia". **O Estado de S. Paulo**, p.2 (Economia), 15 de junho de 1991.

"A Propósito da Energia Nuclear...". **O Estado de S. Paulo**, p.2, 12 de março de 1991. Outubro, 2000.

"Meio Ambiente e Os Limites da Hipocrisia". **Folha de S. Paulo**, 7 de dezembro de 1990.

"A Lição de Saddam". **Folha de S. Paulo**, 22 de setembro de 1990.

"Proálcool, a Má Fé Cínica ou a Obtusidade Cómea?". **Folha de S. Paulo**, 31 de julho de 1990.

"A Eletricidade e a Fantasia". **Folha de S. Paulo**, 29 de março de 1990.

"Crise de Energia ou Crise de Alternativas?". **Folha de S. Paulo**, 29 de dezembro de 1989.

"A Política Energética e a Sociedade". **Folha de S. Paulo**, 30 de setembro de 1989.

6. CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E PALESTRAS

Seminário "CLSA Latin América Investors Forum 2000". Promovido pelo CLSA, Global Emerging Market PALESTRA: "O Novo Cenário do Setor Petróleo e Gás Natural no Brasil". Paris, França, 2 a 3 de outubro de 2000.

Seminário "Second Annual Oil and Gas Investments in Brazil Summit". Promovido pelo The CWC Group PALESTRA: "An Update on the Regulatory Framework and Terms Governing the Opening of the Upstream and Downstream Sectors and Changes Contemplated for the Third Licensing Round". Nova Iorque, Estados Unidos, 28 a 29 de setembro de 2000.

Seminário "Promoción del Uso Eficiente de La Energía en América Latina". Promovido pelo CEPAL-Comisión Europea Sobre Promoción del Uso Eficiente de La Energía. Palestra: "Apertura de los

Mercados Energéticos y Políticas para el Desarrollo Sustentable". Bruxelas, Bélgica, 20 a 22 de setembro de 2000.

Seminário "Internacionalização e Desenvolvimento". Promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2000.

Palestra na Escola Superior de Guerra. Tema: O Novo Cenário do Petróleo e do Gás Natural no Brasil, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2000.

Seminário Interno de Planejamento 2000/2001. Promovido pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Rio de Janeiro, 21 a 22 de agosto de 2000.

Seminário "Petróleo e Gás: A Auto-Suficiência através da Abertura". Promovido pela Câmara de Comércio Americana. Palestra: "Os Resultados da Abertura do Monopólio". São Paulo, 14 de agosto de 2000. 31º Congresso Geológico Internacional, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2000.

Seminário "A Indústria do Petróleo e as Instituições Reguladoras". Promovido pela Câmara de Comércio Americana. Palestra: "Desenvolvimento da Concorrência como Forma de Obtenção da Auto-Suficiência". Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2000.

I Congresso Brasileiro de Regulação de Serviços Públicos Concedidos. Mesa Redonda – Debatedor. Tema: Autonomia e Legitimidade da Ação Reguladora. Promovido pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia-AGERBA, juntamente com a Associação Brasileira de Agências de Regulação-ABAR, e o apoio da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Seção Bahia-ABES/BA. Salvador, 3 de julho de 2000.

Palestra na Petrobrás S/A. "Petrobras Briefing Sessions". Tema: Ambiente Regulatório e o Papel da ANP. Rio de Janeiro, 21 de junho de 2000.

Palestra por ocasião da Reunião-Almoço "Tá Na Mesa". Tema: "Fronteiras Abertas para o Petróleo". Evento promovido pela Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul – FEDERASUL em conjunto com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos. Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS. Porto Alegre, 10 de maio de 2000.

Seminário "Brazil, Energy and Power III". Promovido pela American Chamber of Commerce. Palestra: ANP BID Rounds: Current Status and Future Perspectives, Houston, Estados Unidos, 2 de maio de 2000.

Seminário "Investing in the Brazilian Energy Sector". Promovido pela Embaixada do Brasil em Londres. Palestra: "The Outlook of the Brazilian Oil Sector." Londres, Inglaterra, 28 de abril de 2000.

Seminário "Brazil Oil & Gás Roundtable". Promovido pelo Institute of the Americas. Palestra: "Second Oil and Gas Licensing Round". Rio de Janeiro, 29 e 30 de março de 2000.

Seminário "Vitória do Petróleo". Promovido pela Prefeitura Municipal de Vitória e o Jornal **A Gazeta**. Palestra: "O Papel da Agência Nacional do Petróleo e as Perspectivas da Exploração de Petróleo e Gás no Brasil e no Espírito Santo". Vitória, 21 e 22 de março de 2000.

Seminário Técnico, Jurídico e Fiscal da 2ª Rodada de Licitações. Sessão de Abertura. Apresentação Sobre a Segunda Rodada de Licitações de Blocos para as Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Rio de Janeiro, 15 de março de 2000.

Palestra por ocasião da Solenidade de Implantação do Centro de Estudos em Regulação e Qualidade de Energia – Enerq. Tema abordando o controle sobre qualidade, tarifas, e competição. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 23 de fevereiro de 2000.

Palestra na Petrobras. Parainfo da Segunda Turma de Pós-Graduação Executiva em Petróleo da COPPE – MBP/UFRJ, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1999.

VIII Congresso Brasileiro de Energia. Mesa I – O Papel Central das Agências Reguladoras: A Promoção da Concorrência. Promovido pela COPPE-UFRJ, Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, e Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1999.

Seminário "Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil". Moderador no Painel: Globalização e Políticas Econômicas Nacionais. Promovido pelo Instituto Teotônio Vilela. FIRJAN, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1999.

Workshop "Revitalização de Campos e Re-Exploração em Bacias Maduras". Promovido pela UNIFACS e Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP, com apoio da Agência Nacional do Petróleo. Salvador, 25 a 26 de novembro de 1999.

Seminário "A Eficiência Energética no Novo Contexto do Setor Energético Brasileiro". Lançamento do livro "Eficiência Energética – Integrando Usos e

Reduzindo Desperdícios". Brasília, 24 de novembro de 1999.

Conferência "Road Show": Apresentação Sobre a Segunda Rodada de Licitações de Blocos para as Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Promovida pela Agência Nacional do Petróleo. Tóquio, Japão, 12 de novembro de 1999.

SEMINÁRIO "ICEP International Seminar 1999 – Argentina, Brazil". Promovido pelo Information Center for Petroleum Exploration and Production – ICEP. PALESTRA: The Present and Future Situation of Petroleum Exploration and Development in Brazil. Tóquio, Japão, 11 de novembro de 1999.

CONFERÊNCIA "Road Show": Apresentação Sobre a Segunda Rodada de Licitações de Blocos para as Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Promovida pela Agência Nacional do Petróleo. Houston e Dallas, Estados Unidos, 2 a 4 de novembro de 1999.

CONFERÊNCIA "Road Show": Apresentação Sobre a Segunda Rodada de Licitações de Blocos para as Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Promovida pela Agência Nacional do Petróleo. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1999.

SEMINÁRIO "A Indústria Nacional e a Nova Política Industrial". Promovido pela Agência de Informações Dinheiro Vivo. PALESTRA: A Indústria de Base e o Setor Petrolífero; O Estudo Elaborado pela PUC-RJ. São Paulo, 26 de outubro de 1999.

SEMINÁRIO "Regulamentação da Nova Indústria do Petróleo e Gás no Brasil – Desafios Legais, Operacionais e Fiscais". Participação na Mesa de Autoridades. Promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1999.

PALESTRA no 2º Encontro Nacional do Ministério Público Federal sobre Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica. Tema: A Integração do Ministério Público Federal com as Agências Reguladoras. Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Brasília, 5 de outubro de 1999.

PALESTRA no 15º Encontro de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo. Promovido pela Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Tema: A Responsabilidade das Agências nas Relações de Consumo. São Paulo, 22 de setembro de 1999.

CONFERÊNCIA "The Opening of Oil and Gas in Brazil". Tema: An Update on the Regulatory Framework Governing the Opening Up of the Upstream and Downstream. Promovida por CWC Associates. Nova

lorque, Estados Unidos, 12 a 14 de setembro de 1999.

CONFERÊNCIA "Brazil, Energy and Power II". Tema: The National Petroleum Agency Participation in a Developing Market. Promovida pela American Chamber of Commerce. Houston, Estados Unidos, 10 de setembro de 1999.

PALESTRA na FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Comitê de Gestão. Tema: Investimentos na Área Petrolífera. São Paulo, 12 de julho de 1999.

PALESTRA na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Turma do MBP 99/COPPE. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1999.

CONGRESSO: Sessão de abertura da Cimeira – América Latina, Caribe e União Européia. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1999.

CONFERÊNCIA "Rio Energy Forum". CONFERÊNCIA Europa-América Latina y el Caribe sobre Energía y Desarrollo Sustentable. Na condição de Latin American Forum Chairman. Promovida pela OLADE – Organización Latinoamericana de Energía. Rio de Janeiro, 25 a 27 de junho de 1999.

PALESTRA para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Audiência Pública. Tema: Propostas de Emendas à Constituição que tratam de Modificações no Sistema Tributário Nacional. Brasília, 23 de junho de 1999.

SEMINÁRIO "Rio Capital Petróleo". Participação na Mesa de Autoridades. Promovido por: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP, e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1999.

PALESTRA na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Promovida pela Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1999.

EVENTO "Lançamento da Instituição Mobilizadora". ONIP – Organização Nacional da Indústria do Petróleo. PALESTRA abordando o papel da ANP – Agência Nacional do Petróleo no estímulo ao parque nacional. Apoio da FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1999.

PALESTRA no XI Fórum Nacional: A Crise Mundial e a Crise Brasileira. Mesa-Redonda do Painel IV: O Day After da Privatização da Infra-Estrutura. Tema: Diretrizes de Ação da ANP. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1999.

FORUM de Salvador: Sugestões de Diretrizes de Política Energética para a Primeira Reunião do

Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Salvador, 7 de maio de 1999.

SEMINÁRIO sobre Desestatização. PALESTRA: Agências Reguladoras e a Desestatização. Tribunal de Contas da União, promovido pelo Instituto Serzedello Corrêa. Brasília, 27 de abril de 1999.

PALESTRA para as Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Agricultura e Política Rural e de Economia, Indústria e Comércio. Audiência Pública Conjunta na Câmara dos Deputados. Tema: Problemas que Afetam o Setor Sucroalcooleiro. Brasília, 15 de abril de 1999.

SEMINÁRIO "Mecanismos de Estímulo ao Suprimento Nacional no Setor de Petróleo". Promovido pela Agência Nacional do Petróleo. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1999.

SEMINÁRIO Jurídico e Fiscal. PALESTRA abordando o panorama do Brasil no Setor de petróleo e gás. Promovido pela Agência Nacional do Petróleo. Rio de Janeiro, 30 e 31 de março de 1999.

WORKSHOP "Mecanismos para a Indução às Compras Locais". Promovido pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, com apoio da Pontifícia Universidade Católica – PUC. Rio de Janeiro, 18 de março de 1999.

PALESTRA na Associação Comercial de São Paulo. Sessão Plenária da Entidade. Tema: O Petróleo e o Gás no Brasil. São Paulo, 9 de março de 1999.

WORKSHOP "Mecanismos de Estímulo às Empresas Concessionárias de Petróleo a Adquirirem Bens e Serviços no Mercado Nacional". Promovido pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, com apoio da Pontifícia Universidade Católica – PUC. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1999.

CONFERÊNCIA "Road Show": Apresentação Sobre a Primeira Rodada de Licitações de Blocos para as Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Promovida pela Agência Nacional do Petróleo. Houston, Estados Unidos, 17 e 18 de janeiro de 1999.

WORKSHOP "A ANP ante os Desafios da Economia Global na Era do Conhecimento". Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1999.

CONFERÊNCIA "Road Show": Apresentação, dirigida aos investidores estrangeiros, Sobre a Primeira Rodada de Licitações de Blocos para as Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Promovida pela Agência Nacional do Petróleo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1999.

SEMINÁRIO "A Política Energética do Novo Governo do Estado do Rio de Janeiro". 4º Painel: Novos Projetos de Geração Térmica e Hidráulica no Rio de Janeiro. Promovida pelo Sindicato da Indústria de Energia Elétrica – Sinergia, e Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas – ABEE, com apoio da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1999.

PALESTRA "ANP e a Indústria de Gás no Brasil". Promovida pela Abegás. São Paulo, 14 de dezembro de 1998.

ENCONTRO "Sinergy Meeting for the Further Development of Bilateral Relations between Norway & Brazil". Promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Noruega. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1998.

CONFERÊNCIA "Brazil's Triple A". Painel C: Oil & Gas. Tema: ANP Participation in the Brazilian Oil & Gas Industry. Promovida pela American Chamber of Commerce e Council of the Americas. Nova Iorque, Estados Unidos, 4 de dezembro de 1998. SEMINÁRIO "Regulação e Competição: O Brasil na Modernidade – Petróleo e Gás".

Tema: A Visão da ANP. Promovido pelo Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1998.

CONFERÊNCIA "1998 AAPG – American Association of Petroleum Geologists – International Conference & Exhibition". Tema: the Investment Opportunities in the Brazilian Petroleum Industry. Promovido por: the Brazilian Association of Petroleum Geologists. Rio de Janeiro, 8 a 11 de novembro de 1998.

CONFERÊNCIA "XI Colloque International d'Économie Pétrolière". Tema: Les Transformations Institutionnelle de l'Industrie Pétrolière Brésilienne: Les Nouvelles Formes de Régulation. Quebec, Canadá, 28 a 30 de outubro de 1998.

EVENTO "1998 EPA Climate Protection Award". Premiação do Centro Nacional de Referência em Biomassa – CENBIO. Promovido por United States Environmental Protection Agency. Washington, Estados Unidos, 27 de outubro de 1998.

PALESTRA no Seminário "Efficientia 98 – II Seminário Internacional de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica". Tema: A Eficiência Energética no Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro em um Ambiente Competitivo. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1998.

PALESTRA na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. São Paulo, 15 de outubro de 1998.

PALESTRA na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Turma de Formandos do Curso de

Pós-Graduação Executiva em Petróleo. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1998.

CONFERÊNCIA "Rio Oil & Gas Expo 98". Palestra abordando as mudanças do Estado, a lei do petróleo, e a Agência Nacional do Petróleo. Promovida pelo Consulado do Canadá e Banco Brascan. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1998.

II WORKSHOP do Setor de Abastecimento de Derivados de Petróleo. Promovido pela Agência Nacional do Petróleo. Teresópolis, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1998.

PALESTRA "A Regulamentação Orientando o Desenvolvimento do Setor Petróleo e Gás". Agenda Energética XXI. Promovida pela Sociedade Mineira de Engenheiros. Belo Horizonte, 9 de setembro de 1998.

SIMPÓSIO "Privatização: Ganhos e Riscos". São Paulo, 4 de setembro de 1998.

WORKSHOP "A Estrutura de Abastecimento de Gás Liquefeito de Petróleo". Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1998.

SEMINÁRIO "Universidade e Regulação do Mercado de Energia". Promovido pela Universidade de Salvador – UNIFACS. Salvador, 14 de agosto de 1998.

PALESTRA na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Tema: A ANP e o Desenvolvimento da Energia Derivada do Petróleo no Brasil. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1998.

SEMINÁRIO "Oil & Gas Industry in Brazil: New Trends". Tema: "The Role of ANP in the Oil and Gas Industry in Brazil". Promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1998.

CONFERÊNCIA "Brazil Energy Roundtable". Tema: the Role of the National Oil Agency. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1998.

PALESTRA na Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Na condição de Paraninfo da Turma de Formandos de Julho/98 da Faculdade de Engenharia Elétrica e Mecânica. Itajubá, 18 de julho de 1998.

PALESTRA "Sistema FIRJAN – Instituição Privada de Apoio a Investimentos Estrangeiros". Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1998.

PALESTRA no Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros – IBEF. Comitê de Energia: "O Plano de Ação da ANP e o Cronograma de Flexibilização do Setor". Promovida pela Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1998.

III CONGRESSO Brasileiro de Planejamento Energético. Participante da Mesa de Honra. São Paulo, 23 de junho de 1998.

PALESTRA na Universidade de Campinas – UNICAMP. Lançamento da Biblioteca Virtual de Engenharia de Petróleo. Tema: A ANP e o Novo Cenário de Petróleo no Brasil. Campinas, 22 de junho de 1998.

PALESTRA na Fundação Getúlio Vargas. 3ª Reunião de Trabalho do Grupo Consultivo da Concorrência. Tema: A ANP e a Defesa da Concorrência. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1998.

PALESTRA no Seminário "Competição: Novo Cenário para o Setor do Petróleo". Tema: A Atuação da ANP no Regime da Livre Competição. Promovido pela Câmara Americana. São Paulo, 4 de junho de 1998.

SEMINÁRIO "Gás Natural – Questões e Oportunidades". Promovido pelo Jornal **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 1º de junho de 1998.

PALESTRA na Câmara de Comércio França-Brasil. Tema: Política Nacional de Petróleo e Gás e Novas Atribuições da Agência Nacional do Petróleo. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1998.

PALESTRA na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Tema: O Funcionamento da Agência Nacional do Petróleo. São Paulo, 4 de maio de 1998.

AULA INAUGURAL na Universidade Estadual do Norte Fluminense. Tema: A ANP e as Perspectivas do Setor de Petróleo no Brasil – A Importância da Bacia de Campos. Campos, 16 de abril de 1998.

PALESTRA "O Papel do Estado no Setor de Petróleo". Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria. São Paulo, 16 de março de 1998.

AULA INAUGURAL no Colégio Peretz. Tema: Visão de Cidadania. São Paulo, 16 de março de 1998.

PALESTRA "Nós e os 50 Anos de Israel". Associação Brasileira A Hebraica de São Paulo. São Paulo, 8 de março de 1998.

PALESTRA no US Roadshow da Eletropaulo. Nova Iorque, Estados Unidos, dezembro de 1997.

PALESTRA no Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo. Tema: Novos Rumos da Privatização em São Paulo. PIPGE/USP. São Paulo, novembro de 1997.

PALESTRA na Associação Brasileira A Hebraica de São Paulo. Tema: Energia Elétrica: Blecaute ou Combate ao Desperdício de Energia. São Paulo, novembro de 1997.

BRAZIL ENERGY ROUNDTABLE. Mesa Redonda promovida pela Eletrobrás e Institute of the Americas. Tema: A Atuação dos Estados na Fiscalização. Rio de Janeiro, novembro de 1997.

IV SEMINÁRIO Brasileiro sobre Tecnologias Avançadas Aplicadas à Negócios. Tema: Impacto dos Processos de Privatização no Setor Elétrico. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, outubro de 1997.

EVENTO "Eu Acredito em São Paulo". Tema: Andamento da Privatização e a Qualidade do Serviço para o Futuro das Empresas. Memorial da América Latina. São Paulo, outubro de 1997.

SEMINÁRIO Internacional "Mercosul – Energia e Capacitação Profissional e sua Importância Estratégica para o Empresário". Universidade Mackenzie. São Paulo, setembro de 1997.

SEMINÁRIO Internacional "Power System Operation in a Competitive Environment". Copel. Curitiba, setembro de 1997.

PALESTRA "Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro". Clube de Engenharia. Rio de Janeiro, setembro de 1997.

PALESTRA no US Roadshow da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL. Agosto de 1997.

SEMINÁRIO promovido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. Tema: Reestruturação do Setor Elétrico em São Paulo. Recife, agosto de 1997.

WORKSHOP "Proposta do Modelo de Descentralização no Âmbito do Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro – O Novo Papel dos Estados". Ministério de Minas e Energia. Brasília, agosto de 1997.

PALESTRA "Privatização das Empresas de Energia de São Paulo". Promovida pela Associação Paulista dos Antigos Alunos e Estagiários das Escolas Francesas – ASPEF. São Paulo, agosto de 1997.

SEMINÁRIO "Privatização do Setor Energético no Brasil: Fatos e Tendências". Tema: Privatização do Setor Energético – A Experiência dos Estados. Organizadores: Institute of the Americas e Secretaria de Estado de Energia. São Paulo, 21 de julho de 1997.

XIII SEMINÁRIO Internacional de Distribuição de Energia Elétrica – SENDI. Tema: A Regulamentação do Setor de Energia. São Paulo, maio de 1997.

SEMINÁRIO "Financiamento à Geração de Energia: O Desafio da Privatização". Tema: O Modelo Paulista de Privatização. Dinheiro Vivo – Agência de Informações. São Paulo, maio de 1997.

SEMINÁRIO Internacional sobre Financiamento do Setor Elétrico. Tema: A Reforma do Setor Elétrico: A Visão Estadual. IE/UFRJ. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1997.

AULA MAGNA no Instituto de Física de São Carlos. Tema: A Reestruturação do Setor Energético Paulista. São Carlos, 11 de abril de 1997.

PALESTRA no Seminário "Mais Locomotiva, Menos Estado". Tema: A Privatização no Setor Elétrico. Promovido pela Revista República. São Paulo, março de 1997.

SEMINÁRIO "Oportunidades de Privatização no Estado de São Paulo". Tema: On the Road to Privatization. Abrasca, Nova Iorque, Estados Unidos, 25 de março de 1997.

CONFERÊNCIA Internacional Poupança Privada e Desenvolvimento Econômico – Privatização e Sistemas Previdenciários. Painel: "Privatização: Resultados e os Desafios Representados pela Privatização da Infra-estrutura." Promovido pela Bovespa. São Paulo, 25 de fevereiro de 1997.

CONGRESSO de Novos Prefeitos e Vereadores – Gestão 1997/2000. Tema: Municipalização/Regionalização/Metropolização. Governo do Estado de São Paulo, Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, 23 de janeiro de 1997.

PALESTRA "O Modelo Energético Brasileiro: Perspectivas e Desafios". Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL. Campinas, 13 de dezembro de 1996.

CONFERÊNCIA "Energia Elétrica Brasil 96". Tema: Processo de Privatização das Companhias de São Paulo. AIC Conference Manager. São Paulo, 23 de outubro de 1996.

PALESTRA para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Tema: O Setor de Gás no Brasil. Audiência Pública. Brasília, 10 de outubro de 1996.

SEMINÁRIO "Programa de Privatização do Estado e as Ações Estratégicas para o Mercosul". Tema: Privatização do Setor Energético. Governo Argentino – Câmara Argentina-Brasileira. Buenos Aires, 7 de outubro de 1996.

SEMINÁRIO "Um Mundo Chamado São Paulo". França 2000. Tema: Privatização do Setor Energético. São Paulo, 2 de outubro de 1996.

SEMINÁRIO "Setor Elétrico – O Novo Marco Regulamentador". Tema: A Visão do Setor Público. Comitê de Cooperação Empresarial e Centro de Economia Mundial da FGV. São Paulo, 13 de setembro de 1996.

EVENTO "25 Anos da Coelce". Tema: Modernização do Setor Elétrico: O Caso de São Paulo. Fortaleza, 30 de agosto de 1996.

III CONFERÊNCIA Energética da América e do Caribe (ENERLAC). Painel: Fórum Estruturado – Formas de Impulsionar a Competitividade. Rio de Janeiro, 24 a 27 de junho de 1996.

SEMINÁRIO "Uma Perspectiva Britânica da Energia no Brasil". Tema: Parecer Sobre as Principais Diretrizes da Política de Energia para o Estado de São Paulo, com Ênfase na Privatização e Oportunidades aos Investimentos Estrangeiros. Consulado Britânico em São Paulo. Fiesp. São Paulo, 19 de junho de 1996.

SEMINÁRIO "Partnership with São Paulo". Tema: Oportunidade de Investimentos no Setor Energético Paulista. Londres, 6 de junho de 1996.

PALESTRA "Reestruturação do Setor Elétrico Paulista". Associação BNAIBRITH. São Paulo, 27 de maio de 1996.

PALESTRA "Informações Internacionais Energéticas Avançadas". IEE/USP. São Paulo, 21 de maio de 1996.

SEMINÁRIO "A Re-Regulamentação do Setor Elétrico". Tema: Alternativas Para o Setor Elétrico Paulista Frente ao Novo Contexto Institucional do Setor Elétrico Brasileiro. São Paulo, 24 de abril de 1996.

1ª CONFERÊNCIA Anual Brasil-Portugal no quadro das Relações Mercosul – Europa. Tema: A Evolução do Setor Energético Brasileiro e o Processo de Privatização no Estado de São Paulo. São Paulo, 18 de abril de 1996.

PALESTRA "Brasil e São Paulo: A Questão Energética nos Próximos 10 Anos". Câmara Brasil-Israel. São Paulo, 17 de março de 1996.

SEMINÁRIO "Oportunidades de Privatização". Tema: Privatizações no Estado de São Paulo. Abrasca, Nova Iorque, Estados Unidos, 7 de março de 1996.

SEMINÁRIO "Eliminando Obstáculos para Industrialização do Interior Paulista". Debatedor no Painel: Custo Competitivo e Fornecimento Abundante como Pré-Requisitos para a Industrialização. Ribeirão Preto, São Paulo, 28 de fevereiro de 1996.

WORKSHOP "Oportunidades de Investimento no Setor Elétrico Paulista". US Energy Association/USAID. São Paulo, 5 de fevereiro de 1996.

CONFERÊNCIA "Third Annual Latin American Power Markets Conference". Tema: Brazil's Private and Privatization Program. McGraw-Hills' Indepen-

dent Power Report. Cidade do México. México, 1E de fevereiro de 1996.

SEMINÁRIO "Perspectivas do Setor Elétrico Pós-Privatização". Painel: Privatização e Parcerias no Setor Elétrico. Promovido por Mb Associados. São Paulo, 11 de dezembro de 1995.

SEMINÁRIO "Reestruturação e Privatização do Serviço Público de Energia Elétrica de São Paulo". Tema: Reestruturação e Parceria no Setor Energético Paulista. Promovido por Abamec e Bovespa. São Paulo, 7 de dezembro de 1995.

CONFERÊNCIA "Electricity Supply in Latin American: Investment and Export Opportunities. Promovido por Canning House. Londres, Inglaterra, 28 de novembro de 1995.

PALESTRA "Reestruturação e Privatização do Setor Energético". Promovido por Davnar. Buenos Aires, Argentina, 17 de novembro de 1995.

CONFERÊNCIA "Privatização do Setor Energético Brasileiro". Tema: Reestruturação do Setor Elétrico Paulista. Promovida por Bechtel e PG&E. Miami, Estados Unidos, 23 e 24 de outubro de 1995.

PALESTRA "Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro". Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. São Paulo, 26 de setembro de 1995.

SEMINÁRIO "International Seminar on the Brazilian Experience with Fuel Ethanol". São Paulo, 19 de setembro de 1995.

SEMINÁRIO "Perspectivas do Alcool Combustível no Brasil". Mesa: Etanol: Solução ou problema? IEE/USP. São Paulo, 28 de junho de 1995.

PALESTRA "Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro. Eletricidade de Portugal – EDP. Portugal, Lisboa, 19 a 26 de junho de 1995.

CONFERÊNCIA "World Bank of development in Latin American and the Caribbean". Rio de Janeiro, 12 de junho de 1995.

PALESTRA "Oportunidades de Investimento no Setor Energético Brasileiro". Promovida por Institute of Fite Americas. San Diego, Estados Unidos, 23 de maio de 1995.

SEMINÁRIO "Brazil: Investment Opportunities of the Electric Power Sector". Promovido pelo Unibanco. Londres, Inglaterra, 5 de maio de 1995.

PALESTRA "Reestruturação do Setor Elétrico Paulista". Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica. São Paulo, 2 de maio de 1995.

PALESTRA "A Energia e o Desenvolvimento". Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, 4 de abril de 1995.

PALESTRA "Reestruturação do Setor Elétrico Paulista". Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. São Paulo, 3 de abril de 1995.

SEMINÁRIO "As Novas Regras do Setor Elétrico". Instituto de Engenharia. São Paulo, 31 de março de 1995.

SEMINÁRIO "Reforma da Constituição e Energia". SBPE. São Paulo, 30 de março de 1995.

SEMINÁRIO "Nordeste Século XXI – Energia para o Futuro". Expositor no Painel "Demanda de Energia". Recife, 24 a 26 de outubro de 1994.

PALESTRA "Diretrizes para Implantação da Nova Política Energética no País". Fiesp/Ciesp. São Paulo, 13 de outubro de 1994.

WORKSHOP "Energia no Amazonas". Faculdade de Tecnologia da Universidade do Amazonas. Manaus, 16 de setembro de 1994.

SEMINÁRIO Internacional "A Questão Energética na Amazônia: Avaliação e Perspectivas Sócio-Ambientais". Tema: O Contexto Regional e o Planejamento Energético para a Amazônia. Belém, Pará, 13 de setembro de 1994.

III FÓRUM de Educação Ambiental. Conferencista na Mesa Redonda "MR-13 – Ciência, Meio Ambiente e Discurso Pedagógico". Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 24 a 27 de agosto de 1994.

WORKSHOP "Planejamento Integrado de Recursos para Presidentes de Energia Elétrica". International Energy Initiative. São Paulo, 23 de junho de 1994.

SEMINÁRIO "Reformulação do Setor Elétrico". Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1994.

WORKSHOP "Uso Eficiente de Energia no Brasil". Instituto Nacional de Eficiência Energética. Rio de Janeiro, 21 e 22 de março de 1994.

WORKSHOP "Métodos de Análise Energética a partir dos Usos Finais". Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, com apoio do International Energy Initiative. S. Paulo, 28 de fevereiro a 11 de março de 1994.

FÓRUM de Ciência e Cultura. Seminário "Mudanças Institucionais no Setor Elétrico: SINTREL, Privatização e Revisão Constitucional". Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1994.

FÓRUM de Ciência e Cultura. Encontro sobre "Privatização do Setor Elétrico". Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1993.

XXVI CONGRESSO Brasileiro de Celulose e Papel. São Paulo, novembro de 1993.

MESA REDONDA "Política Energética para o Desenvolvimento Auto-Sustentado na Amazônia". Seminário Internacional PEDASA'93. Brasília, 8 a 11 de novembro de 1993.

MESA REDONDA "Impacto das Novas Tecnologias e a Gestão da Cidade". Escola Politécnica da USP. São Paulo, outubro de 1993.

SEMINÁRIO Internacional "Council of Scientific Unions - ICSU". Tema: Energy for a Sustainable World. S. Paulo, 11 e 12 de outubro de 1993.

PROGRAMA Interunidades de Pós-Graduação em Energia - IEE/USP. Tema: Hidrelétricas, Populações Indígenas e Alternativas Energéticas para o Estado de Roraima. São Paulo, 16 de setembro de 1993.

III SIMPÓSIO Brasileiro de Iluminação - SIMPOLUX/93. Moderador do 3º Painel "Legislação Tarifária para Incentivo à Conservação de Energia". Fiesp. S. Paulo, agosto de 1993.

SEMINÁRIO Panamericano - Tecnologia e Qualidade Total. Tema: Energia e Desenvolvimento Sustentável. Federação Brasileira de Associados de Engenheiros. Rio de Janeiro, agosto de 1993.

SEMINÁRIO "Desperdício no Brasil - Causas e Soluções". Relator do Grupo Temático de Energia. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Brasília, 1 e 2 de junho de 1993.

PALESTRA "Descentralização da Infra-Estrutura de Comunicações e de Energia". Instituto de Estudos Avançados - USP. São Paulo, junho de 1993.

PROGRAMA Interunidades de Pós-Graduação em Energia - IEE/USP. Tema: Questões Energéticas da Região do Xingu: Impressões de Viagem. São Paulo, 29 de abril de 1993.

FÓRUM de Ciência e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Mesa Redonda "Requisitos Institucionais: A Questão Econômica e Financeira, a Participação Privada e da Sociedade no Planejamento Energético". Rio de Janeiro, 1º de abril de 1993.

PROGRAMA Interunidades de Pós-Graduação em Energia - IEE/USP. Debatedor na Mesa Redonda "O Programa Nuclear Brasileiro e sua Continuidade". São Paulo, 19 de março de 1993.

IV ENCONTRO NACIONAL de Ciências Térmicas. Mesa Redonda "Conservação e Racionalização de Energia". ABCM. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1992.

IV SUMMER SCHOOL on Science and World Affairs. Tema: Urban Transportation and the Alternatives for Reduction of Carbon Emissions in the Metropolitan Region of São Paulo. Fudan University. Shanghai, China, agosto e setembro de 1992.

ENCONTRO "Gás Natural, Desenvolvimento Sustentado e Integração da América Latina". Instituto Latino Americano - ILAM. São Paulo, 10 de junho de 1992.

ENCONTRO de Universidades, Sociedades Científicas e Institutos de Pesquisa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio Ciência 92. Tema: Energia e Meio Ambiente na América Latina. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1992.

PALESTRA "Encontro Nacional sobre Energia e Desenvolvimento Sustentável". Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo. São Paulo, 20 de maio de 1992.

III ENCONTRO DA DISTRIBUIÇÃO. Tema: Conservação de Energia e Meio Ambiente. Cesp/Instituto de Engenharia da USP. São Paulo, 31 de março de 1992.

FÓRUM Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento - Contribuições para a Carta da Terra. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo, 18 de março de 1992.

CONFERÊNCIA "Energy and Environmental Systems Studies". Tema: Economical and Environmental Evaluation of Electricity Generation based on Sugar-Cane Bagasse. Universidade de Lund. Suécia, 12 de fevereiro de 1992.

SIMPÓSIO ESETT'91. "International Symposium on Environmental and Sound Energy Technologies and their Transfer to Developing Countries and European Economies in Transition". Milão, outubro de 1991.

II ENCONTRO INTERNACIONAL de Meio Ambiente e Cultura. Tema: Energia Limpa. Fundação Pantanal Alerta Brasil. São Paulo, 10 de outubro de 1991.

PALESTRA "Impasse Institucional e Alternativas de Planejamento Energético no Brasil". Associação Brasileira de Gás/Fiesp. São Paulo, 3 de outubro de 1991.

li
F
pi
Er
ta,
de
US
10
9. [

ção
lo p
de S
to de

EM Nº 061/MME

Brasília, 19 de outubro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para apreciação e encaminhamento ao Senado Federal, proposta de recondução do Senhor José Mário Miranda Abdo ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. Informo que o Diretor-Geral foi nomeado por Decreto de 27 de novembro de 1997, com mandato de três anos, para compor a primeira Diretoria daquela Agência.

Respeitosamente, **Rodolpho Tourinho Neto**,
Ministro de Estado de Minas e Energia.

CURRICULUM VITAE

Resumido

JOSE MÁRIO MIRANDA ABDO

Outubro/2000

APRESENTAÇÃO

Engenheiro Eletricista, graduado pela Universidade de Brasília – UnB (1973), e administrador de empresas, graduado pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB (1979). Pós-graduado em engenharia de sistemas elétricos pela Universidade de Brasília (1980).

Exerce o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, desde 2-12-97, onde vem conduzindo e liderando os processos relativos a:

- a) fiscalização de empresas do setor elétrico;
- b) regulamentação das atividades do serviço de energia elétrica;
- c) mediação de divergências entre agentes e entre estes e consumidores do setor elétrico;
- d) concessão e autorização de empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica.

No exercício do cargo na Aneel destacam-se as seguintes ações realizadas: 1) atos regulamentares: regras de defesa do consumidor; limitação da concentração de poder de mercado; comercialização de energia elétrica; consumidores livres; regras de repasse de preços para as tarifas; valores normativos – Vn; livre acesso aos sistemas de transmissão e de distribuição; caracterização de PCHs e incentivos a implantação; autorização do Operador Nacional do Sistema – ONS; regras do mercado atacadista de energia elétrica; universalização dos serviços de energia elétrica; importação/exportação de energia elétrica; 2) mediação administrativa: implantação **call center** da Aneel; mediação de solução de divergências;

as; audiências e consultas públicas para novos regulamentos; 3) fiscalização: fiscalização técnica e econômica das empresas distribuidoras; acompanhamento e auditoria nos autoprodutores e produtores independentes de energia elétrica; acompanhamento de informações nos casos de reajuste e revisão tarifária e de qualidade de serviços prestados; 4) Poder Concedente: leilão de novas usinas e linhas de transmissão; outorga e prorrogação de concessões; privatização de ativos; contratos de concessão de concessionários; atos autorizativos e de concessão de novos empreendimentos de geração e de transmissão.

No exercício dessa função tem participado de vários debates no Brasil e no exterior sobre temas voltados para a regulação do setor elétrico nacional.

Exerceu o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, órgão do Ministério de Minas e Energia – MME, de junho/1996 a novembro/97.

Atuou como engenheiro, durante 24 anos, em companhias do setor elétrico, principalmente nas áreas de operação e manutenção dos sistemas elétricos das regiões Sul e Sudeste (Furnas Centrais Elétricas — 1974-78) e de projetos de engenharia (Eletronorte — 1978-81 e 1989-90). Exerceu também, neste período, atividades acadêmicas como professor.

Atuou em projetos na Amazônia Legal, desempenhando funções gerenciais na Eletronorte, desde 1983, iniciando como gerente da Divisão de Análise de Sistemas Elétricos (1983-1986), assumindo a gerência do Departamento de Planejamento Elétrico no período 1986-1989 e como Assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia no período de 1989 a 1990. Atuou como Superintendente de Planejamento da Diretoria de Engenharia da Eletronorte, coordenando os Departamentos de Planejamento Energético, Planejamento Elétrico e Planejamento de Mercado, no período de 1990 a 1996.

Realizou, ou vem realizando atividades relacionadas aos seguintes temas e assuntos:

- reformulação institucional do setor elétrico e sua regulamentação;
- privatização do setor elétrico;
- definição e estruturação da Aneel;
- assessoramento parlamentar;
- negociação tarifária e comercialização de energia elétrica;
- planejamento e estratégias empresariais;
- operação e manutenção de sistemas elétricos;
- especificação e projeto de sistemas elétricos;

- estudos de planejamento de sistemas elétricos;
- orçamentos de empreendimentos;
- viabilidade técnica e econômica;
- viabilização de parcerias para a implantação de empreendimentos;
- atividades acadêmicas de ensino técnico e superior

CURRICULUM VITAE

Resumido

1. Nome: José Mário Miranda Abdo

2. Filiação: Mário Abdo e Robe Ramalho Miranda Abdo

3. CPF: nº 057.276.691-20

4. Endereço Residencial: SQS 103, Bloco B, Apto. 607 – Brasília DF, CEP 70342-020 – Fone:(061) 225.5756

5. Endereço Profissional: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

SGAN – Quadra 603 – Módulo J – Sala 238

Brasília DF, CEP 70830-030

Fone:(061) 312.5603

Fax:(061) 312.5615

6. Data e local de Nascimento: 16-3-50 – Araquara/SP

7. Formação: Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília, em 1973.

Graduação em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília em 1979.

Pós-graduação em Engenharia de Sistemas Elétricos pela Universidade de Brasília em 1980.

8. Atividade Atual: Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir de 2-12-97.

9. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

9.1 Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de 2-12-97.

9.2 Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, de junho/96 a novembro/97.

9.3 Membro do Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, de abril/1997 a setembro/2000.

9.4 Coordenador, no MME, dos trabalhos de negociação, definição e estruturação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – 1996/1997.

9.5 Coordenador, no DNAEE, dos processos de privatização das concessionárias de Energia Elétrica: CERJ/RJ, UHE S.Mesa/GO, Cemig/MG (participação

acionária), Coelba/BA, UHE Cachoeira Dourada/GO, CEEE/RS, CPFL/SP, Cemat/MT, Enersul/MS, Energipe/SE, Cosern/RN, CESP/SP, Eletropaulo/SP – 1996/1997.

9.6 Membro do Conselho Diretor do Projeto RE-SEB – Reforma do Setor Elétrico Brasileiro/MME – 1996/1997.

9.7 Coordenador do processo de reajuste das tarifas das 62 concessionária de energia elétrica do país – outubro de 1996 a abril de 1997.

9.8 Coordenador dos processos de regulamentação e fiscalização técnica e econômico-financeira das concessionárias do setor elétrico – DNAEE – 1996/1997.

9.9 Coordenador dos processos de licitação das novas concessões de geração do DNAEE – 1996/1997.

9.10. Coordenador, no DNAEE, dos processos de prorrogação e reagrupamento de concessões de geração, transmissão e permissão de energia elétrica das concessionárias do país – 1996/1997.

9.11. Coordenador dos processos de outorga de concessão de captação de água para abastecimento público e privado, e de lançamento de efluentes no país, e de operação da rede hidrometeorológica do DNAEE – 1996/1997.

9.12 Participação como Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE dos seguintes eventos:

- Espanha (1997)

– Primeira Reunião com as Agências Reguladoras Independentes, dos Sistemas Elétricos de Países Iberoamericanos; e

– Intercâmbio de Experiência com a Agência Reguladora da Comissão do Sistema Elétrico Nacional – CSNE da Espanha.

- Portugal (1997)

– Intercâmbio de Experiência com a Agência – Entidade Reguladora do Setor Elétrico de Portugal – ERSE.

9.13 Superintendente de Planejamento da Diretoria de Engenharia da eletronorte, de 1º de novembro de 1990 a 24 de junho de 1996.

9.14 Membro do Conselho de Administração do SINTREL – Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica, de maio de 1994 a junho de 1996.

9.15 Membro do Conselho de Administração do CEPEL – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Ilha do Fundão/RJ, suplente do Diretor de Engenharia da eletronorte, de 1987 até outubro de 1990 e de julho de 1993 até junho de 1996.

9.16 Secretário Executivo do Grupo de TRABALHO Petrolebras/Eletróbras/MME/Eletronorte para suprimento de energia elétrica à Amazônia Legal (Gás Natural, Guri/Venezuela, Interligação Tucuruí/Manaus), de junho de 1995 a junho de 1996.

9.17 Representante da Eletronorte no Grupo de Trabalho – Programa Emergencial para Atendimento de Energia Elétrica a Manaus/AM, Macapá/AP e Porto Velho/RO, no 2º semestre/1995.

9.18 Secretário Executivo do Grupo de Trabalho – Gás Natural da Bolívia para Suprimento ao Estado de Mato Grosso, com participação da Petrobras/Eletróbras/ Itamaraty/Governo de Mato Grosso/MME/Eletronorte, de agosto a novembro/1995.

9.19 Membro do CEE/MT – Conselho Estadual de Energia do Estado de Mato Grosso, desde sua fundação em 26-3-92 até junho/1996.

9.20 Membro do Grupo Técnico Brasil/Venezuela, para estudo da viabilidade da interligação elétrica Guri/Boa Vista – Manaus, de 1º de julho/1994 até junho/1996.

9.21 Representante da Eletronorte na “CEMEIS” – Comissão Mista GCPS/GCOI para análise dos Rebatimentos da Evolução Institucional no Planejamento e Operação do Setor Elétrico, de 17-1-1996 a 24-6-1996.

9.22 Membro do Comitê Diretor do GCPS/CD – Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos da Eletrobras, como Representante Suplente do Diretor de Engenharia da Eletronorte, de novembro/1990 a junho/1996.

9.23 Representante Suplente do Secretário de Energia/MME no Grupo Técnico do CONAMAZ – Conselho Nacional da Amazônia Legal, de setembro/1995 a junho/1996.

9.24 Secretário Executivo do Grupo de Trabalho de Energia do CONAMAZ – Conselho Nacional da Amazônia Legal, coordenado pelo Secretário de Energia/MME, de junho/1994 a junho/1996.

9.25 Secretário Executivo do Grupo de Trabalho – Aproveitamento do Gás Natural da Bacia Amazônica para Geração de Energia Elétrica, com participação da Petrobras / Eletrobras / MME / Eletronorte, 1991.

9.26 Membro do Comitê Nacional Brasileiro da CIGRÉ, representante titular da Eletronorte, de janeiro de 1987 até junho/1996.

9.27 Membro Suplente do Comitê do Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente do Sistema Eletrobras – CIPEM de julho/1993 a junho/1996.

9.28 Coordenador do Comitê de Planejamento Empresarial da Eletronorte, desde sua criação, em 1987, até outubro de 1990.

9.29 Membro do Comitê Superior de Planejamento Empresarial – CPS, da Eletronorte, de fevereiro/1994 a junho/1996.

9.30 Membro do Grupo de Trabalho de Comercialização de Energia com a ALBRÁS, coordenado pelo MME, como representante da Eletronorte, de maio/1994 a junho/1996.

9.31 Membro do Grupo de Trabalho para coordenar a elaboração do PMEE – Programa de Melhoria da Eficiência Empresarial da Eletronorte de outubro/1991 a junho/1996.

9.32 Coordenador do Grupo de Trabalho – Venda de Energia Secundária para a Alunorte/ CVRD, em 1993 e 1995, concluído em 1995.

9.33 Representante da Eletronorte no Grupo de Trabalho – Viabilização da Implantação da 2ª Linha Tucuruí/Vila do Conde – 500 kV em parceria com a Albrás/CVRD, em 1994 e 1995.

9.34 Palestrante no Seminário de Energia em Mato Grosso – Oportunidades para Investimentos, realizado em Cuiabá – FIEMT, em 22-9-1995.

9.35 Coordenador do Grupo de Trabalho da Eletronorte para viabilização da interligação elétrica Norte/Sul (Tucuruí/Brasília) e da implantação da 2ª Etapa da UHE Tucuruí, em 1994.

9.37 Representante da Eletronorte no GT – Aprimoramento das Condições de Comercialização de Energia Temporária para Substituição Térmica – ETST, coordenado pelo Dnaee, em 1991.

9.38 Representante da Eletronorte no PRT – Programa de Revisão Tarifária do Dnaee, em 1991.

9.39 Presidente da Mesa Diretoria do Grupo VII – Planejamento de Sistemas Elétricos, do XI SNPTTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, no Rio de Janeiro, em outubro de 1991.

9.40 Assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia da Eletronorte e coordenador executivo dos Departamentos de Planejamento e de Engenharia da Transmissão, de 1989 até outubro de 1990.

9.41 Gerente do Departamento de Planejamento Elétrico da Eletronorte, de 1986 a 1989.

9.42 Gerente da Divisão de Análise de Sistemas Elétricos do Departamento de Planejamento Elétrico da Eletronorte, de 1983 a 1989.

9.43 Presidente da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Regional de Operação de Brasília de FURNAS – Centrais Elétricas S/A em 1977.

9.44 Engenheiro da área de operação e manutenção – Regional Brasília/Goiás, seção de proteção, controle e medição dos Sistemas Elétricos de potência de FURNAS – Centrais Elétricas S/A de 1974 a 1978.

9.45 Professor substituto da Universidade de Brasília, da disciplina Conversão Eletromecânica de Energia, em 1977.

9.46 Professor de Matemática do Curso e Colégio Pré-Universitário de Brasília, de 1971 a 1973, e 1975.

9.47 Monitor na Universidade de Brasília – 6 disciplinas, de 1969 a 1971.

10. MISSÕES TÉCNICAS E GERENCIAIS NO EXTERIOR

10.1 Como Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, participou dos seguintes eventos:

- Espanha/Belgica (2000)
 - Encontro Iberoamericano/Comunidade Europeia.
- USA(2000)
 - Reunião sobre mecanismo de financiamento de termelétricas (BID).
- UK (2000)
 - Encontro com investidores – oportunidades de negócios no setor elétrico.
- USA (1998)
 - AMCHAM – palestra para investidores americanos
- USA (1998)
 - Assinatura de convênio de cooperação entre ANEEL e reguladores americanos.

- Colômbia (1998)
 - Segunda reunião iberoamericana de reguladores.

10.2 Como Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE participou dos seguintes eventos:

- UK (1997)
 - Encontro sobre privatização do Setor Elétrico Brasileiro.
- Espanha (1997)
 - Primeira Reunião com as Agências Reguladoras Independentes, dos Sistemas Elétricos de Países Iberoamericanos; e
 - Intercâmbio de Experiência com a Agência Reguladora da Comissão do Sistema Elétrico Nacional – CSEN da Espanha.

- Portugal (1997)

– Intercâmbio de Experiência com a Agência – Entidade Reguladora do Setor Elétrico de Portugal – ERSE.

10.3 Como representante da Eletronorte realizou atividades técnicas na:

- Suécia (1979 e 1988 – ABB)
- França e Córsega (1988 – Cigré e Cegelec)
- Alemanha (1988 – Siemens)
- Itália (1988 – Enel/cesi e Universidade de Pisa)
- Venezuela (1994 – Edelca/Guri)
- Venezuela (1995 – Edelca/Guri)

11. PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO CONGRESSO NACIONAL

11.1 Reajuste das tarifas de energia elétrica – Comissão de Minas e Energia – Câmara dos Deputados – 4-10-2000

11.2 Instalação da termelétrica de Corumbá (Política Energética do País) – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias – Câmara dos Deputados

11.3 Últimos reajustes aplicados nas tarifas públicas de energia elétrica no País – Comissão de Minas e Energia – Câmara dos Deputados – 26-4-2000

11.4 Cobrança de seguro contra riscos e danos elétricos pela CPFL – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias – Câmara dos Deputados – 26-4-2000

11.5 Seminário da Águas – Comissão de Infra-estrutura – Senado Federal – 22-3-2000

11.6 Comissão Especial para apreciar o Projeto de Lei da Agência Nacional de Transportes – ANT – Câmara dos Deputados – 7-12-99

11.7 Mercado Atacadista de Energia – MAE – Comissão de Minas e Energia – Câmara dos Deputados – 1º-12-99

11.8 Criação da Agência Nacional das Águas – ANA – Comissões de Minas e Energia, de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e de Trabalho, Administração e Serviço Público – Câmara dos Deputados – 30-9-99

11.9 As Relações de Consumo no setor de energia elétrica – Portaria 466/97 – Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e de Desenvolvimento Urbano e Interior – Câmara dos Deputados – 23-9-99

11.10 Instalação da Frencoop 51ª Legislatura do Congresso Nacional – Frente Parlamentar do Cooperativismo – Câmara dos Deputados – 14-7-99

11.11 O processo decisão das companhias hidrelétricas do País. – Comissão de Minas e Energia – Câmara dos Deputados – 8-4-99

11.12 Avaliação do Setor Elétrico Brasileiro – Comissão de Infra-Estrutura – Senado Federal – 6-4-99

12. TRABALHOS PUBLICADOS

12.1 Artigo: Reference Prices Evento: Hidrovision 2000. Entidade: Internacional Hydropower Association. Data: agosto/2000

12.2 Artigo: A Aneel e o Desenvolvimento Municipal. Evento: V Congresso Nacional de Municípios. Entidade: Associação Brasileira de Municípios. Data: maio/2000

12.3 Artigo: Regulação em Energia Elétrica: o caso brasileiro Revista Marco Regulatório editada pela AGERGS. Edição Nº 1 primeiro semestre/99

12.4 Artigo: A Atuação da Aneel e os Benefícios da Regulação. Evento: Treinamento para Auditores. Entidade: Tribunal de Contas da União. Data: abril/99

12.5 Artigo: Integração das UHE's do Baixo Xingu, Tapajós e Médio Tocantins do Sistema Interligado Brasileiro. Evento: V Congresso Brasileiro de Energia. Entidade: CBE – Rio de Janeiro. Data: novembro/90

12.6 Artigo: Utilização do Gás Natural de Urucu para geração de Energia Elétrica na região Oeste da Amazônia. Evento: V Congresso Brasileiro de Energia. Entidade: CBE – Rio de Janeiro Data: novembro/90

12.7 Artigo: HVDC Multiterminal and Unit Connection Arrangements Applied to the Planning of Power Transmission from Natural Gas Field in the Brazilian Amazonian Region. Evento: 33ª Seção Bienal da Cigré. Entidade: Cigré – Paris – França. Data: setembro/90

12.8 Artigo: UHE Kararaô – Estudo de Viabilidade do Sistema de Transmissão Associado. Evento: X Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica. Entidade: Eletrobrás/Copel/Cigré – Curitiba – PR. Data: outubro/89.

12.9 Artigo: Política e Perspectivas do Setor Energético no País. Evento: 45ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura, e da Agronomia. Entidade: Confea/CREA – Cuiabá – MT. Data: novembro/88

12.10 Artigo: Análise de Distorções Harmônicas Produzidas pela SE Retificadora da ALBRAS S/A. Evento: VIII Seminário Nacional de Produção e

Transmissão de Energia Elétrica. Entidade: Eletrobrás/Cesp/Cigré – São Paulo – SP. Data: maio/86

12.11 Artigo: Análise da Influência dos Equivalentes de Redes nos Estudos de Penetração de Harmônicos. Evento: VIII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica Entidade: Eletrobrás/Cesp/Cigré – São Paulo – SP. Data: maio/86

12.12 Artigo: Controle Sobre Frequência no Sistema Interligado Norte-Nordeste. Evento: VIII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica. Entidade: Eletrobrás/Cesp/Cigré – São Paulo – SP Data: maio/86

12.13 Artigo: Proteção de Fraca Alimentação. Evento: VI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica. Entidade: Eletrobrás/Eletrosul/Cigré – Camboriu – SC Data: outubro/81

12.14 Artigo: Desenvolvimento, Projeto e Implantação de Proteções Estáticas para Sistemas de Alta Tensão Evento: VI Seminário Nacional de Produção e Transmissão e Energia Elétrica Entidade: Eletrobrás/Eletrosul/Cigré – Camboriu – SC Data: outubro/81

12.15 Artigo: Instrução Padrão de Manutenção Preventiva e Aceitação dos Relês de Sobrecorrente tipo KC-4 da Westhinghouse Entidade: FURNAS Centrais Elétricas S/A – Manual de Manutenção Data: março/78

12.16 Artigo: Informações Técnicas sobre Segurança no Trabalho de Manutenção da Proteção de Fusíveis Expostos no Cubículo de Controle dos Transformadores ASEA Entidade: Furnas Centrais Elétricas S/A – Boletim Informativo de Segurança Industrial. Data: junho/77

12.17 Artigo: Informações Técnicas sobre Segurança no Trabalho de Manutenção Utilizando Placas de Advertência de Segurança em Áreas Energizadas Entidade: Furnas Centrais Elétricas S/A – Boletim Informativo de Segurança Industrial. Data: junho/77

12.18 Artigo: Instrução Padrão de Manutenção Preventiva e Aceitação dos Relés de Tensão Instantânea tipo PJV da General Electric. Entidade: Furnas Centrais Elétricas S/A – Manual de Manutenção Data: maio/77

12.19 Artigo: Informações Técnicas sobre Segurança no Trabalho de Manutenção da Proteção de Terminais Energizados no Cubículo das Seccionadoras tipo SE – 230kV Entidade: FURNAS Centrais Elétricas S/A – Boletim Informativo de Segurança Industrial. Data: janeiro/77

12.20 Artigo: Instrução Padrão de Manutenção Preventiva e Aceitação dos Relês Direcionais de So-

brecorrente tipo IRV da Westhinghouse. Entidade: FURNAS Centrais Elétricas S/A – Manual de Manutenção. Data: julho/75

12.21 Artigo: Instrução Padrão de Manutenção Preventiva e Aceitação dos Relês Direcionais de Sobrecorrente tipo IBC da General Electric. Entidade: FURNAS Centrais Elétricas S/A – Manual de Manutenção. Data: julho/75

12.22 Artigo: Manual de Instrução para Operação do LTC – Comutador de Taps Sobre – Carga – Transformadores GE. Entidade: FURNAS Centrais Elétricas S/A – Manual de Manutenção Data: setembro/74

13. CONDECORAÇÕES E HOMENAGENS RECEBIDAS

13.1 Homenagem da Confederação Nacional das Cooperativas de Infra-estrutura – INFRACOOOP pelos relevantes serviços prestados ao cooperativismo de eletrificação rural – 9-10-2000

13.2 Homenagem da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica – ABCE pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da indústria do setor elétrico nacional nos segmentos de geração, transmissão e distribuição – outubro/2000

13.3 Moção de Aplausos e Congratulações da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo serviços prestados ao País no setor de energia elétrica – 30-5-2000

13.4 Título de Cidadão Alexaniense – GO – 6-3-2000

13.5 Homenagem da Associação de Infra-estrutura de Indústria de Base – ABDIB pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da indústria de base do país – junho/2000

13.6 Homenagem da Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Energia Elétrica – APINE pela ações desenvolvidas em prol da regulação do setor elétrico brasileiro – 28-9-1999

13.7 Título de Grão-mestre da Ordem do Mérito de Brasília – Governo do Distrito Federal – 21-4-1998

13.8 Título de Grande Oficial da Ordem do Mérito da Bahia – Governo da Bahia – julho/2000

13.9 Título de Cidadão Santa Adelense – SP – 18-12-1998

13.10 Título de Cidadão Uberabense pela contribuição ao desenvolvimento de Uberaba e região do Triângulo Mineiro e de Minas Gerais – 11-12-1998

13.11 Título de Cidadão Goiano – 1998

14. PRINCIPAIS HABILIDADES PESSOAIS

14.1 Liderança

14.2 Visão Estratégica

14.3 Trabalho em equipe

14.4 Comunicação Oral e Escrita

14.5 Sensibilidade Interpessoal

14.6 Negociação

15. PROFICIÊNCIA EM IDIOMAS: Inglês e Francês – básico.

Brasília/DF, 20 de outubro de 2000. – **José Mário Miranda Abdo.**

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 209/2000, de 18 do corrente, encaminhado as informações em resposta ao Requerimento nº 456, de 2000, do Senador Amir Lando.

As informações foram encaminhadas, em cópia ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se, na sexta-feira última, o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Resolução n.º 25, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que cria capela ecumênica em dependências do Senado Federal.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, como primeiro orador inscrito, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de alguns anos de inércia total na área social, parece que alguns membros do Governo Federal estão despertando para a necessidade de investimentos que realmente beneficiem a população brasileira em áreas de extrema necessidade. Recentes notícias informam-nos de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – decidiu suspender o financiamento para a venda de empresas estatais de saneamento e priorizar os investimentos das companhias do setor com a finalidade de alavancar recursos de terceiros.

O Plano Estratégico do BNDES para 2001 a 2005 foi rediscutido e nota-se uma inclinação a dar maior peso para a área social na concessão de financiamentos. O orçamento do Banco, após a privatização das estatais, deu um salto de R\$7,1 bilhões, em 1995, para R\$24 bilhões neste ano, o que permite realmente uma revisão nas políticas até hoje adotadas, beneficiando a iniciativa privada especialmente em saneamento.

A permanente falta de investimentos nesse setor vem provocando prejuízos consideráveis, especialmente para os segmentos mais pobres da população, que, com a utilização de água contaminada e a falta de esgotos, vê ressurgirem doenças já eliminadas, como esquistossomose, tifo e hepatite. A decisão governamental de tratar o assunto com vistas à área social, se bem conduzida, deverá beneficiar um número considerável de usuários, até hoje prejudicados pelo descaso das autoridades.

A grande carência de saneamento básico na América Latina e a escassez de recursos públicos para supri-la abrem espaço para o capital privado. A empresa americana de consultoria CG LA Infrastructure calcula que serão aplicados US\$18 bilhões, nos próximos quatro anos, em projetos de construção, engenharia, equipamentos e tecnologia na expansão e tratamento de esgotos nessa área. É um espaço importante para o capital privado, local ou estrangeiro.

Alguns países da América Latina estão se movimentando no sentido de melhorar seus sistemas básicos de saneamento. A Argentina, por exemplo, privatizou seus serviços, em 1993. As Águas Argentinas, um consórcio de empresas controlado pela belgo-francesa Suez Lyonnaise des Eaux, é atualmente responsável pelos serviços de água e esgotos da capital e de 17 municípios da grande Buenos Aires. A empresa lucrou US\$62,1 milhões, em 1999, além de ter proporcionado aos habitantes da região uma sensível melhoria, tanto quantitativa como qualitativa, dos serviços. A água distribuída atingiu o padrão exigido pela Organização Mundial da Saúde – OMS –, graças às novas estações de tratamento.

Sr. Presidente, faço um intervalo para registrar a presença do eminente Líder do Governo nesta Casa, Senador José Roberto Arruda, que dentro em alguns minutos, haverá de se manifestar sobre um tema muito importante.

Os investimentos têm sido altos, especialmente nos setores de modernização e ampliação da infra-estrutura das redes. O atendimento teve um acréscimo de 33,2% no serviço de água e 23,2% no

de esgotos. O consumo de água na região é de 386 litros/dia. Evidente que há críticas: os consumidores reclamam quando as tarifas aumentam, alegando que o percentual que devia ser destinado a obras previstas no contrato é aplicado em outras finalidades.

A Colômbia tem um agressivo plano de privatizações no setor, mas que caminha lentamente, devido a percalços políticos, ao baixo crescimento econômico e à depreciação da renda. Mas o que já foi feito tem tido êxito, como a privatização de Montería. O Paraguai, onde apenas 44% da população tem acesso à água potável, está também privatizando suas empresas de saneamento, visando a um melhor atendimento dos usuários.

No Brasil, a atuação privada no setor de saneamento é ainda incipiente. Apenas 2% da população está atendida por empresa privada, o que corresponde a três milhões de pessoas. A cidade de Limeira, no interior de São Paulo, com 230 mil habitantes, foi a pioneira na privatização de serviços de água e esgoto.

A falta de legislação específica sobre o assunto vem gerando conflitos diversos. Não se definiu ainda se a concessão é estadual ou é municipal. Temos enfrentado problemas técnicos de naturezas diversas, como o que ocorreu em Niterói e em Limeira. Nesta cidade, o atual Prefeito não concordou com os termos do contrato assinado por seu antecessor e, desrespeitando cláusulas contratuais, proibiu qualquer aumento de tarifa, o que provocou a suspensão de uma linha de crédito de US\$45 milhões que a empresa havia conseguido.

Sr. Presidente, a desorganização de nossa economia impede a reestruturação das empresas de saneamento. As privatizações sem critérios definidos causam graves prejuízos. A prioridade deveria ser a do investimento, e não a da arrecadação. Segundo cálculos feitos por especialistas, precisamos de R\$38 bilhões para atender todo o País com serviços de água e esgoto. Não podemos exigir que, numa época de recessão como a que atravessamos, o Governo obrigue as companhias a investir apenas recursos próprios. Os financiamentos do BNDES, complicados e lentos, devem se agilizar para atender às necessidades nacionais.

Esperamos que, com a nova tendência que está surgindo em alguns setores do Governo Federal, os investimentos venham realmente a recair sobre a área social, até hoje ignorada pela equipe econômica. Não há desenvolvimento sem crescimento social. O Governo precisa acelerar suas decisões sobre o setor, pois a lentidão em definir os critérios de privatiza-

ção das companhias de saneamento agrava o problema de abastecimento d'água, obrigando algumas regiões a intensificarem a utilização de rodízios de fornecimento d'água.

Não se pode mais permitir uma privatização como a de Manaus, cuja venda foi financiada pelos cofres públicos federais e em que o Governo do Amazonas foi obrigado a realizar a desmobilização de ativos. A consequência foi menores investimentos e tarifas mais altas, com evidente prejuízo para a população local.

Por essas razões, Sr. Presidente, espero que o BNDES realmente cumpra o prometido e que o Presidente Fernando Henrique Cardoso dê prioridade à aprovação de leis que disciplinem o setor de saneamento. O Brasil precisa de investimentos sérios no setor para conseguir a universalização dos serviços de saneamento.

Agora desço desta tribuna para acompanhar, do meu gabinete, as palavras do Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e meus queridos Pares.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Por permuta com o Senador Moreira Mendes, tem a palavra o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para dizer claramente – como já o fiz na última sexta-feira – que não somente eu, mas também a bancada que dá sustentação ao Governo nesta Casa, o Governo Federal e o Congresso Nacional desejamos estipular um salário mínimo com valor real, com crescimento real acima da inflação do período.

A sociedade brasileira tem demonstrado, de forma inequívoca, o desejo pela elevação do valor real do salário mínimo. E o anseio pela melhor distribuição de renda pressupõe, necessariamente, a ampliação do patamar salarial brasileiro.

É importante registrar que no dia 1º de julho de 1994 – o primeiro dia do Plano Real –, o salário mínimo era de R\$64,79 – aproximadamente R\$65,00 –, e a cesta básica naquele dia custava R\$107,00; ou seja, no primeiro dia do Plano Real, para se comprar uma cesta básica, necessitava-se de dois salários mínimos. Atualmente, o salário mínimo é de R\$151,00, e a cesta básica custa R\$140,00; ou seja, ao longo de seis anos e quatro meses, o salário mínimo cresceu 133%, crescimento superior em quase 100% ao da cesta básica, que foi de 30,9%. Além disso, no mes-

mo período, tivemos uma variação acumulada do INPC de 92,7%. Esses números demonstram, de forma inequívoca, que o salário mínimo teve uma recuperação em função do Plano Real.

Não obstante esse avanço, Sr. Presidente, a verdade é que o salário mínimo é muito baixo e precisa crescer. No entanto, falar em aumento do salário mínimo sem reservar no Orçamento da União as fontes reais e permanentes para cobrir as despesas consequentes dessa elevação, obviamente, é uma retórica política que não enche barriga. É preciso que nós, Parlamentares do Congresso Nacional, de forma suprapartidária – pois penso que essa não é uma questão partidária –, busquemos os caminhos objetivos para encontrar as fontes que dêem sustentação ao aumento do salário mínimo.

Sr. Presidente, outra lembrança que me ocorre é a de que o Congresso Nacional possibilitou, por meio de uma lei, que os Governadores dos Estados estipulassem pisos salariais acima do salário mínimo. Trata-se de uma lei já aprovada e sancionada pelo Presidente da República. Na verdade, poucos Governadores o fizeram, ou puderam fazê-lo, o que demonstra, de certa forma, responsabilidade de todos os Governadores de não aumentar o piso salarial sem as devidas fontes. Mesmo aqueles que o puderam fazer, provavelmente porque seus Estados já haviam passado por um ajuste fiscal, não conseguiram que esse piso salarial atingisse o setor privado e tiveram de limitar-se ao setor público. Por mais essa razão, é necessário um esforço do Congresso Nacional no sentido de aumentar o salário mínimo.

Quando queremos um bem, primeiramente temos de saber qual o seu custo. Quanto custa aumentar o salário mínimo? Os estudos de que dispomos – do Governo, dos analistas econômicos, dos estudiosos – mostram-nos que, para cada R\$1,00 que se aumenta no salário mínimo, se tem uma despesa de R\$130 milhões na Previdência Social; de R\$34 milhões no seguro-desemprego e no abono-desemprego; de R\$15,5 milhões na Lei Orgânica da Assistência Social, que, na verdade, é uma forma de distribuição de renda mínima; e de R\$2 milhões na folha de pessoal da União.

Somando esses valores, chegamos à conclusão de que – o Senador Carlos Patrocínio, estudioso da matéria já se antecipava a respeito –, para cada R\$1,00 que se aumenta no salário mínimo, se aumenta R\$182 milhões no Orçamento. Qual o momento, então, de se discutir o aumento do salário mínimo? Agora, quando estamos debruçados na discussão do

Orçamento. E qual será o novo salário mínimo? Aquele que o Orçamento definir. Vamos trabalhar, portanto, em torno desse Orçamento.

O que se pode fazer para que tenhamos dinheiro no Orçamento para aumentar o salário mínimo? Vamos imaginar, por exemplo, duas hipóteses: um aumento de R\$10,00 o que elevaria o salário a R\$170,00 ou um aumento de R\$20,00 para chegarmos a R\$180,00, o que equivaleria a US\$100. Seria um marco importante, portanto, os R\$20,00. Precisaríamos de vinte vezes R\$182 milhões, algo como R\$3,7 bilhões.

Podemos conseguir esse dinheiro de três formas: aumentando receitas, cortando despesas ou, eventualmente, realocando recursos de uma para outra rubrica orçamentária.

Há alguns recursos no Orçamento que já estão merecendo a atenção desta Casa. O primeiro deles refere-se a emendas parlamentares. Há R\$1,6 bilhões previstos no Orçamento para emendas parlamentares. Vamos admitir que todos os Parlamentares se sacrificassem, por um ano, e não fizessem nenhuma emenda, uma atitude que teria grandes consequências políticas. Se isso fosse possível, teríamos R\$1,6 bilhões para usarmos no aumento do salário mínimo.

O Congresso Nacional está definindo um aumento de CPMF. Se votarmos a Lei da CPMF em novembro – e não em fevereiro, como está previsto no Orçamento –, estaremos antecipando três meses. Agindo assim, ganharemos aproximadamente R\$950 milhões, quase R\$1 bilhão. Depende apenas do Congresso Nacional a decisão de votar a lei em novembro, antecipando três meses e colocando os recursos como não-vinculados ao Fundo de Pobreza. Esse ganho poderia também sustentar o aumento do salário mínimo.

Sr. Presidente, a terceira fonte é das mais justas e refere-se ao Imposto de Renda dos fundos de pensão. Ninguém tem mais dinheiro neste País que os fundos de pensão, que administram milhões e milhões de reais, aplicando na economia – portanto, contribuindo com o desenvolvimento –, mas, em realidade, dando sustentação à aposentadoria de um número muito pequeno de brasileiros, se comparado à população que pode ser beneficiada com o aumento real do salário mínimo. Por que os fundos de pensão não pagam Imposto de Renda? Nunca vi ninguém defender publicamente que fundo de pensão não deve pagar Imposto de Renda.

Está, na esfera do Poder Judiciário, a decisão que poderia gerar recursos muito expressivos para garantir o aumento do salário mínimo. Essa é uma questão jurídica, atinente ao Poder Judiciário, mas é, claro, uma questão política também. Estamos aqui no Senado votando os dois projetos que regulamentam os fundos de pensão – um, relatado pelo Senador José Fogaça, e o outro, pelo Senador Romero Jucá.

Poderemos passar por um entendimento político. Essas duas matérias podem ser aprovadas de tal sorte que os fundos de pensão retirem a causa da Justiça, para que se possa rapidamente, decidindo por um entendimento político, ter recursos já no Orçamento de 2001 para aumentar de salário mínimo.

Sr. Presidente, dependendo das alíquotas que forem estipuladas para os fundos de pensão, talvez somente essa variável possa dar os R\$3,7 bilhões necessários ao aumento do salário mínimo para R\$180,00.

Vários Líderes importantes desta Casa já disseram claramente que desejam o aumento real do salário mínimo. Eu também o desejo. Todos o desejamos.

Conversei com o Presidente Fernando Henrique Cardoso na sexta-feira, e Sua Excelência autorizou-me a subscrever uma emenda, em consenso com esta Casa, que traga a convergência política necessária a aprová-la de tal sorte a dar condições efetivas ao Deputado Alberto Goldman, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, ao Senador Amir Lando, Relator da matéria e nosso colega nesta Casa, a todos os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e a todos os Parlamentares brasileiros de prever, já na peça orçamentária, o tão esperado aumento do salário mínimo, sem implicações negativas no ajuste fiscal, porque os recursos para bancar as consequências deste Orçamento nele estariam responsavelmente previstos.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, ilustre Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Concedo, com muita honra, um aparte ao eminente Senador Edison Lobão, pela Liderança do PFL.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Roberto Arruda, a característica principal do político é a imaginação criadora. O que V. Ex^a está fazendo na tribuna como Líder do Governo é um exercício de criatividade. Não há dúvida de que precisamos elevar o salário mínimo. O meu Partido tem defendido desde muito tempo US\$100 como piso do salário mínimo, ou seja, em torno de R\$180,00 valor a que V.

Exª se refere. Todavia, concordo com o Governo que é preciso encontrar as fontes pagadores e – conforme disse V. Exª – permanentes desse salário mínimo. Não se trata de fontes eventuais, para este ano, mas para sempre, como será o aumento do salário mínimo. Entre as fontes existentes, estão os fundos de pensão, que nada mais são do que uma transferência dos recursos do Estado, de todos os brasileiros para alguns milhares de brasileiros apenas. São eles os Fundos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Petrobras, cujos funcionários foram privilegiados com essa transferência ao longo dos últimos 30 anos, o que formou um patrimônio da ordem de 10% do PIB nacional, cerca de R\$80 bilhões, que pertencem aos já mencionados fundos. A meu ver, é desses fundos que se deve tirar a maior fatia para a composição do salário mínimo. Mas não há dúvida de que o salário mínimo precisa ser elevado. Devemos ter a consciência de que, quando se fala em salário mínimo, estamos discutindo basicamente o problema dos aposentados, porque os trabalhadores ativos já ganham mais do que esse salário mínimo preconizado. Portanto, os aposentados é que estarão sendo privilegiados com esse novo salário. Falo pela Liderança do PFL e digo que V. Exª tem todo nosso apoio. Nós próprios já estamos buscando alternativas para a elevação desse salário mínimo e V. Exª nos traz algumas alternativas. Vamos juntar todas elas e chegar a uma conclusão que há de servir a todo o Brasil. Cumprimento V. Exª por essa iniciativa como Líder do Governo, o que demonstra que o Presidente da República não tem nenhuma má vontade com os trabalhadores e muito menos com os aposentados. O que o Presidente da República e todos nós precisamos é, de fato, encontrar a fonte pagadora, os meios e modos para que se chegue ao que desejamos, aos R\$180 de salário mínimo. Quanto ao meu Partido, temos a honra de termos sido os precursores nessa luta. Não fomos vitoriosos àquela época, mas criamos um caminho que hoje estamos trilhando.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão. Agradeço as palavras e o apoio de V. Exª.

Sr. Presidente, aproveito para dizer que, durante este final de semana, trabalhei bastante esta matéria. Fiz questão de consultar o Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, e todos os Líderes. Não falei ainda com a Liderança de Oposição, mas pretendo fazê-lo ainda hoje, para buscar contribuições que, fatalmente, farão com que cheguemos juntos ao tão desejado aumento do salário mínimo.

O Sr. Álvaro Dias (PSDB – PR) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Álvaro Dias (PSDB – PR) – Prezado Líder, Senador José Roberto Arruda, o discurso de V. Exª tem grande importância política, na medida em que elimina qualquer especulação em torno da disposição e vontade política do Presidente da República e do seu Governo, no que diz respeito à concessão de um salário mínimo que corresponda às expectativas não apenas das Lideranças políticas desta Casa e do Congresso Nacional mas, sobretudo, das lideranças sindicais e dos trabalhadores brasileiros. Fica eliminada, definitivamente, a hipótese de serem o Presidente da República e o Governo da União contrários à concessão do salário mínimo postulado pelas Lideranças do Senado, tendo à frente o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente desta Casa. Dito isso e eliminada a dúvida, se é que ela existia em relação aos bons propósitos do Presidente da República quanto a esta matéria, fica a questão da competência no que diz respeito a encontrar os meios e os instrumentos habilitados a permitir ao Governo e ao Congresso Nacional definir o número, com base nos US\$100 como referência. V. Exª já elenca algumas providências que poderiam ser adotadas com o objetivo de alcançar o valor desejado por todos. Particularmente, quero manifestar-me no que diz respeito às emendas parlamentares, desde já apoiando essa medida. Mesmo sendo também de grande utilidade a realização de pequenas obras em municípios diminutos do País, teríamos uma distribuição mais igualitária desses recursos se eles fossem aplicados na concessão de um salário mais digno. Portanto, creio que essa é uma providência; mas, evidentemente, há sugestões trazidas por V. Exª a esta Casa ainda mais expressivas, como a da taxação dos Fundos de Pensão, que, quero crer, seja a proposta mais inteligente e eficaz para que alcancemos os objetivos numéricos relativos ao aumento. Nobre Líder, estamos ao seu lado nessa pretensão de equacionar os recursos necessários no Orçamento da União, para que, ao final, possamos avançar nesta que é uma conquista dos trabalhadores: um ganho salarial. Esse, sem dúvida, será o primeiro passo para que possamos, realmente, por meio de um salário mínimo compatível, contribuir para uma melhor distribuição de renda neste País, já que política salarial é eficaz instrumento de distribuição de renda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Álvaro Dias. Senador, eu gostaria de sublinhar pontos que V. Exª trouxe em seu aparte.

Fiz questão de citar aqui todas as fontes publicadas pela imprensa e que vários parlamentares têm defendido; mas o Senador Edison Lobão lembrou bem ao dizer que é preciso que as fontes sejam permanentes.

Como exemplo, temos o Imposto de Renda que, além do grande valor pago pelos Fundos de Pensão, tem maior importância como uma fonte permanente.

Quanto às emendas parlamentares, eu estou disposto a contribuir e não tenho nenhum problema com relação a elas, mas devemos observar a questão dessa permanência, pois a partir do ano seguinte, teríamos que buscar outras fontes alternativas para cobrir esse aumento.

Quanto à questão dos Fundos de Pensão, não, dispomos das possibilidades políticas, porque os dois projetos de regulamentação desses fundos estão no Senado Federal e há uma liminar na Justiça que pode ser resolvida nesse período, a tempo de incluir o Imposto de Renda no Orçamento, para dar guarida ao desejado aumento de salário mínimo.

Temos aqui a honrosa presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente desta Casa, que fez questão de mencionar algo com que quero publicamente concordar: que cabe ao Congresso Nacional, antes de votar o Orçamento ou no momento em que votá-lo, fazer uma definição de salário mínimo. Essa é a maneira conseqüente, porque, quando discutirmos as alterações orçamentárias, já estaremos definindo no Orçamento o valor que irá subsidiar o aumento real do salário mínimo.

Este é o momento da discussão.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Senador José Roberto Arruda, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço o Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminentíssimo Senador José Roberto Arruda, gostaria de ter estado em Palmas anteontem para receber V. Exª e a comitiva do Ministro Pimenta da Veiga. Todavia, por compromisso assumido no Bico do Papagaio, não pude lá comparecer. Sempre que vai ao nosso Estado, V. Exª leva boas notícias, leva, efetivamente, instrumentos para que o nosso Estado se desenvolva. Tanto é que hoje estaremos juntos, no Palácio do Planalto, assistindo à sanção da Lei que cria a Universidade Federal do Tocantins. V. Exª certamente conversou com o Presidente da República e as demais Lideranças do Executivo brasileiro sobre a questão, porque a sua palavra foi muito apreciada em nosso Estado. Este é o momento de discutirmos a questão do salário míni-

mo e V. Exª apresenta alternativas inteligentes. Se depender do Congresso Nacional, a taxação dos Fundos de Pensão será sacramentada, o que poderá render até R\$3,7 bilhões. Não sei o que quer dizer com relação à CPMF. Ela está em pleno vigor e teve a sua alíquota diminuída, parece-me, de 3,8% para 3,03% das transações financeiras. Gostaria de defender as emendas dos Parlamentares. Parece que há uma restrição severa por parte da imprensa nacional e de alguns outros setores, talvez até do Governo, com relação a essas emendas. Sei que muitos Parlamentares poderiam abrir mão das suas emendas, mas quero ser testemunha, eminente Senador José Roberto Arruda, de que essas emendas têm, de alguma maneira, contribuído para o desenvolvimento das regiões mais desassistidas do nosso País e que, quando os recursos provenientes dessas emendas são bem aplicados, operam-se milagres nesses rincões, sobretudo do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste brasileiros. Eu, pessoalmente, não gostaria de abrir mão das minhas emendas, porque elas, quando executadas, e normalmente não o são, têm produzido a alegria de muita gente pobre, de muita gente sofrida. Os recursos são sempre aplicados na área de eletrificação, de moradia popular, de saneamento básico, de educação e saúde. Penso que essas emendas dos Parlamentares não seriam um grande remédio para aumentar o salário mínimo, mesmo porque, normalmente, não se executa o Orçamento no que concerne às emendas dos Parlamentares. O Congresso Nacional tem que parar de desculpar-se em relação ao aumento do salário mínimo, porque, senão, vamos ficar aqui, dez, quinze, vinte anos e sempre haverá um empecilho. Agora, por exemplo, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, todos vão defender que o aumento do salário mínimo seja de apenas 5,57%, como foi colocado pelo Governo. Concorro com o Ministro Malan que disse essa é a proposta que o Governo considera plausível, mas que está aberto ao diálogo, tanto é que V. Exª vem dialogando. Todavia há um outro problema, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com ela, os prefeitos não poderão gastar mais do que nela está estabelecido. Então, sempre teremos um empecilho para não aumentar o salário da população brasileira. Isso é vergonhoso, eminente Senador José Roberto Arruda. Já percebi, graças a Deus, que esse é um assunto suprapartidário dentro desta Casa. Creio que todos os partidos haverão de levantar essa bandeira e ajudar o Presidente e seus Ministros a procurar esse caminho que V. Exª vem apontando com tanta lucidez. Mas o fato é que, independentemente de apontarmos ou não a receita para aumentar o salário

mínimo, penso que o Congresso Nacional, de uma vez por todas, tem que aumentar esse salário mínimo para o patamar mais próximo possível de US\$100,00. Dessa forma, o nosso País não será tão decantado como uma das nações de pior distribuição de renda. Louvo, portanto, a atitude de V. Ex^a, o seu trabalho junto ao Governo, que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa, mas penso, repito, que o Congresso Nacional deveria tomar uma decisão. Vamos aumentar o salário mínimo e depois observarmos o que poderá ser feito para obtermos essa receita. Obrigado, eminente Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Carlos Patrocínio. Sublinho dois pontos do aparte de V. Ex^a: o primeiro, realmente, é essa diferença entre fontes transitórias e permanentes. A questão da CPMF – e eu a citei aqui apenas porque ela vem sendo lembrada na imprensa por alguns Parlamentos – é transitória. O Orçamento prevê que seja aprovada a partir de fevereiro, portanto, que produza resultados 90 dias depois. Se a aprovarmos em novembro, obviamente haverá um superávit orçamentário no primeiro ano. Nos anos seguintes, ela não produzirá mais esse superávit. O mesmo ocorre com as emendas parlamentares: elas só produzem efeito no ano em que as emendas não existirem ou existirem valores menores.

Já o Imposto de Renda dos Fundos de Pensão é uma fonte permanente. Temos que buscar, na medida do possível, fontes permanentes para cobrir uma elevação constante de custos com o adicional de salário mínimo.

Essa é a questão que me parece fundamental.

O mais importante, Senador Carlos Patrocínio, é que procurei ouvir obviamente o Presidente desta Casa e todos os Líderes na sexta-feira, no final de semana, e estou enviando uma correspondência com essas idéias iniciais, solicitando contribuições das respectivas bancadas. Penso que essa eventual emenda, para se efetivar, terá que contar com a contribuição do Senado Federal e da Câmara, para ter condições políticas efetivas de ser aprovada no Orçamento. A partir daí, termos, de um lado, a elevação do salário mínimo e, de outro lado, os valores permanentes que vão custear essa elevação.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Ouvia V. Ex^a em casa, depois vim ouvindo, pelo rádio, seu discurso. Louvo sua atitude e a atitude do Gover-

no. Lamento, entretanto, que tenha se demorado tanto tempo para se compreender que era indispensável, já desde o ano passado, um salário mínimo de R\$180,00. Seja como for, não será agora que vou voltar a esse passado para prejudicar o andamento daquilo que o Governo, em boa hora, aceitou e que V. Ex^a transmite, com a autoridade de Líder, à Casa. Quero dizer a V. Ex^a que os fundos de pensão, realmente, são o ponto principal, por intermédio do Imposto de Renda, para a obtenção dos recursos. Não tenho dúvida de que o Governo pensa assim. É verdade que alguns companheiros nossos – e V. Ex^a pode pensar o contrário, e digo companheiros do Governo – criaram dificuldades dizendo que não cabia inserir essa matéria neste orçamento; isso foi cantado e recantado e a Nação toda ouviu esse canto fúnebre. Hoje, entretanto, ou na semana passada, já V. Ex^a dava uma opinião abalizada do Senhor Presidente da República em relação ao assunto, e V. Ex^a não sei se chegou a emendar, mas já estava emendando nessa mesma direção, que é a de quase todos os Congressistas. Tive oportunidade de dizer há dois meses ao Senhor Presidente da República que era impossível a manutenção daquele valor, constante no orçamento, para o salário mínimo e que ninguém das duas Casas do Congresso votaria. E esse é o propósito. Agora não, o Governo desanuvia e apenas pede que o Congresso colabore, encontrando as receitas. Se tivesse pedido isso no passado, teria sido encontrado, mas esqueçamos o passado. O que penso também é que, em relação ao Fundo de Pobreza que o Governo ameaça utilizar, não será de minha voz que o Governo ouvirá que não se quer que os recursos desse fundo sejam usados para o aumento do salário mínimo. Acho que o Fundo de Pobreza não se destina a isso. Entretanto, se isso for indispensável, concordo com que seja feito na medida em que se deixem verbas outras. O Governo já pede do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza 1,8 bilhão para o IDH 14, Projeto Alvorada. Convenhamos que, dessa forma, o Fundo de Pobreza sustentará toda a política social do Governo. Isso não é justo, mas, se for indispensável, lutarei para que aconteça. Quanto às emendas dos Parlamentares, quando falei que as admitia, o fiz porque prevêem um aumento de 1 milhão e meio para 2 milhões e meio. Ora, poderíamos ficar com 1 milhão e meio, se esse valor for indispensável, e o restante que seria acrescido também poderia ser remanejado para pagar o salário mínimo. É uma forma de distribuição de renda num País injusto, perverso. A injustiça é maior no Nordeste e no Centro-Oeste, onde as áreas são mais pobres e a concentração é maior, gerando também um grau de pobreza maior. V. Ex^a está na tri-

buna já viu pelos apartes que recebeu de todos os colegas, à unanimidade, que V. Ex^a pode levar ao Presidente da República que a proposta dele teve aceitação nesta Casa. Eu sempre dizia que ele deveria ter tomado a iniciativa dessas propostas, já que era seu desejo. De maneira que estou satisfeito com isso. Quero apenas que V. Ex^a também utilize o seu prestígio, se não para este ano para o próximo, a fim de que tenhamos um orçamento impositivo, que não distinga ninguém na verba de contingenciamento, em que a receita seja realmente fixada pelo Governo, mas que não seja contingenciada. Quando se arrecadar a mais, combinar-se-ia com a Comissão de Orçamento onde seriam gastos; quando não se arrecadar ou se arrecadar a menos, combinar-se-ia do mesmo modo onde cortar o orçamento. Seria uma coisa democrática, séria, sem discussões sobre verbas que estão presas e que, muitas vezes, só são liberadas ou no período eleitoral, para corromper, ou fora do período eleitoral, corrompendo de outras maneiras. Sei que V. Ex^a combate esse processo, que não é de hoje; é um processo antigo, não é deste Governo, vem de longe. Quanto ao final do aumento do salário mínimo, a ciência progrediu demais; e se assim o fez, lá adiante, daqui a cinco, seis anos, vamos ver, pelo DNA, quem foi que lutou pelos R\$180,00. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu, primeiramente, gostaria de fazer uma consideração, abusando da paciência do Senador Nabor Júnior, que preside a sessão, porque há uma constatação inicial que parece do meu dever, embora talvez desnecessária.

O aparte que V. Ex^a me concede confere a este pronunciamento uma dimensão política que, obviamente, desejo que ele tenha, mas ele só tem efetivamente a força política capaz de produzir os efeitos que todos desejamos a partir do aparte de V. Ex^a.

Os registros que farei serão breves. Primeiro, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que assumi pessoalmente a responsabilidade desta iniciativa. Obviamente, eu não poderia tê-lo feito sem antes conversar com o Presidente da República, e conversei; sem antes conversar com o Ministro da Fazenda, para que isso também não pareça, aos olhos da opinião pública, uma dissensão. Eu procurei e falei com o Ministro Pedro Malan, pelo menos, cinco vezes, de sexta-feira até hoje, para dar essa direção ao meu pronunciamento.

Mas por que assumi a responsabilidade, Sr. Presidente? Exatamente pelo lamento que V. Ex^a re-

gistra. Penso que é função do Líder não apenas ficar dizendo "Sim, senhor" a todas as posições de Governo; mas, ouvindo a voz que nasce do Congresso Nacional, algumas vezes tentar alterar algumas posições de governo, de tal sorte que elas estejam em consonância com a sua base política nesta Casa e com o desejo da sociedade. É o caso.

Das últimas vezes que discutimos o salário mínimo – e não importa aqui discutir as circunstâncias – sempre o fizemos dissociado do Orçamento, muitas vezes depois que este já estava aprovado. V. Ex^a lembrou muito bem, na semana passada, que é desejo do Congresso Nacional, é seu desejo pessoal e passa a ser o de todos nós porque correto, que o Orçamento somente seja votado no momento em que for definido o aumento do salário mínimo. Com isso, o Congresso Nacional chama a si uma responsabilidade importante. Cabem aqui duas posições ao governo. A primeira é ficar na defesa, dizendo-se contra porque tem de encontrar as fontes; a segunda é contribuir, ajudar, na busca dessas fontes e ficar ao lado da opinião do Congresso Nacional e da opinião pública. Por convicção, saí, correndo os riscos, na defesa dessa linha. O Presidente da República e os Ministros de Estado poderiam julgar o meu ato, como Líder, correto ou não. No momento em que me prestigiaram, incentivando-me a continuar nessa linha, fico muito mais feliz, porque é a única maneira de ela representar um esforço conjunto de todos nós.

Sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, pessoalmente, eu consideraria, em princípio, um equívoco dispormos de qualquer recurso destinado à erradicação da pobreza para o aumento do salário mínimo. A erradicação da pobreza está no acerto das políticas sociais. O Orçamento só prevê recursos para o Fundo da Pobreza advindos da alíquota da CPMF a partir de junho. Se conseguirmos aprovar o aumento da CPMF em novembro e não em fevereiro, teremos R\$1 bilhão não previstos, portanto, não vinculados. Essa quantia poderá ser uma parcela importante para o ano 2001.

No caso das emendas parlamentares, estou absolutamente de acordo com V. Ex^a. A virtude está sempre no meio termo. Um bom meio termo é: em vez dos dois extremos – termos todas as emendas previstas dos parlamentares, ou não termos nenhuma – ficarmos no patamar intermediário e, com esse aproximadamente R\$1,8 bilhão, mantendo as emendas parlamentares naquele 1,5, podermos trazer esse dinheiro para o aumento do salário mínimo. A idéia é muito boa.

Sobre o orçamento impositivo, V. Ex^a conhece a minha posição. Sou parlamentarista por convicção. Como acontece nos regimes parlamentaristas, seria um passo importante para o Brasil nessa direção a colocação do orçamento impositivo, evitando, como sempre ocorre em todos os partidos políticos, dúvidas a respeito da liberação de emendas. Portanto, recolho o aparte de V. Ex^a, Sr. Presidente, como apoio à tese principal, que é uma tese majoritária nesta Casa, majoritária na sociedade brasileira.

Concluo, dizendo que encaminho hoje ainda aos Srs. Líderes desta Casa, inclusive aos Líderes de Oposição, o resumo do que trouxe à tribuna, mas principalmente a solicitação de que as Bancadas contribuam com sugestões, com críticas construtivas, com pesquisas de eventuais fontes alternativas sobre diminuição de despesas ou realocação de recursos, de tal sorte que o Relator da Comissão Mista de Orçamento, que é membro desta Casa, Senador Amir Landó, que o Deputado Alberto Goldman, que os membros da Comissão Mista de Orçamento e que, em última análise, o conjunto de todos os Parlamentares que votarão a peça orçamentária possam, todos juntos, estabelecer um orçamento realista, que preveja, desta vez, fontes objetivas, fontes permanentes para cobrir o desejado e necessário aumento do salário mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente

Durante o discurso do Sr. José Roberto Arruda, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao eminente Senador Tião Viana. (Pausa.)

Concedo a palavra ao ilustre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje, 23 de outubro de 2000, certamente no expediente normal de uma segunda-feira, Sua Excelência o Senhor Presidente da República deverá assinar rotineiramente inúmeros atos administrativos, um dos quais destaco, pois, embora seja um ato administrativo de competência do Presidente da República, reveste-se notadamente de importância singular e fundamental para o povo tocantinense. Assinará hoje o Presidente o ato que sanciona a lei de criação da Universidade Federal do Tocantins. Sem sombra de dúvida, é um ato do maior significado para

um Estado, Sr. Presidente, que se esforça para vencer os obstáculos do abandono, do atraso e do subdesenvolvimento. E não há como pensar em estabelecer um processo de desenvolvimento de um povo, de uma nação, se não houver investimentos maciços em educação. Há 12 anos, a brava gente tocantinense deseja ardorosamente ver materializado esse sonho, para atender à aspiração da juventude tocantinense que quer se preparar, quer se formar, quer obter as informações necessárias para o exercício pleno da cidadania e, assim, enfrentar os desafios modernos de um mundo cada vez mais competitivo.

O Estado do Tocantins, por razões óbvias, foi criado depois de uma luta intensa, por razões que não é necessário comentar, razões que fazem com que milhares e milhares de brasileiros em regiões longínquas, atrasadas, apenadas, ainda experimentem um modo de vida diferente daquele que testemunhamos nas cidades, nos Estados e nas nações mais desenvolvidas. Com a descrição de dois dados, um de natureza social e outro de natureza econômica, seria mais fácil entender as razões da criação do Estado do Tocantins. Para uma população de quase um milhão de habitantes numa extensão territorial de 278 mil quilômetros quadrados, o Estado do Tocantins tinha 62 leitos hospitalares públicos funcionando à disposição da população. Esse é um dado social.

Um dado econômico: se abstraída a Rodovia Belém-Brasília, que corta hoje o Estado de norte a sul, e ainda é o principal instrumento de ligação do Tocantins com as demais regiões do país, o Estado teria apenas 260 quilômetros de estradas pavimentadas.

Diante disso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, podem V. Ex^{as} avaliar o que ocorria há dez anos no coração do Brasil, no interior do País, numa região rica, com recursos naturais volumosos e expressivos, porém latentes e inaproveitados, não podendo oferecer à população do meu Estado condição de vida igual à experimentada por aqueles que habitam as regiões mais desenvolvidas.

Por essa razão, a luta do Governador Siqueira Campos para criar o Estado do Tocantins é hoje um exemplo que deve ser observado pelo País, que, em virtude de sua extensão territorial, precisa ser novamente dividido. A criação do Estado do Tocantins é uma demonstração inquestionável de que nova divisão territorial é imperativa e necessária, justamente para dar uma contribuição nessa linha em que se propõe buscar a eliminação definitiva das desigualdades regionais.

Portanto, a sanção do instrumento que cria a Universidade Federal do Tocantins na tarde de hoje merece efusivos aplausos, para expressar um sentimento de gratidão muito forte da brava gente tocan-tinense a tantos quantos se empenharam para que esse sonho se materializasse.

No começo do seu Governo, o Governador Si-queira Campos, ao enfrentar dificuldades homéricas para dar ordenamento jurídico e institucional ao Esta-do, decidiu criar uma universidade estadual, porque entendia, naquela época, que já não era possível que as famílias tocan-tinenses, de uma hora para outra, fossem privadas do convívio com sua juventude, que significa o seu futuro, que buscava outros Estados para ter oportunidade de dar prosseguimento aos seus conhecimentos.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permi-te-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Ouço V. Ex.^a com prazer.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Leomar Quintanilha, vou apartear-lo por ape-nas um minuto, mesmo porque o meu tempo já está se esgotando, bem como o de V. Ex.^a, pois devemos comparecer ao Palácio do Planalto para comemorar essa vitória. Jamais será esquecida por nós essa data histórica, em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso sanciona a lei que cria a Universidade Fede-ral do Tocantins, fruto da luta desenvolvida nesta Casa por todos os representantes daquele novel Estado, principalmente com o apoio maciço e unânime do Senado Federal e da Câmara dos Deputados – do Congresso Nacional, portanto. Destarte, hoje é dia de parabéns para todos nós tocan-tinenses e de agra-decimentos àqueles que nos ajudaram nessa luta, que acabou sendo vitoriosa, dotar a nossa comunida-de estudantil, os jovens do Estado do Tocantins, dos mesmos direitos que têm todos os jovens de nosso País de, se estudiosos e após superar as dificuldades da vida, cursar uma universidade pública, gratuita e de boa qualidade. Agradeço essa oportunidade a V. Ex.^a e o cumprimento pelo magnífico discurso.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Nobre Senador Carlos Patrocínio, quando menciona-va, o sentimento de gratidão de nossa brava gente to-can-tinense, sobretudo dos que mais contribuíram nessa luta, seguramente meu pensamento estava voltado para V. Ex.^a, que empunhou essa bandeira com muita firmeza, ao longo de tantos anos de sua vida, aqui mesmo nesta Casa, que tem sido palco das grandes discussões, das grandes decisões desta Na-

ção. V. Ex.^a conseguiu o apoio unânime desta Casa a um documento de lavra de V. Ex.^a, encami-nhado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, no qual ressaltava a importância da criação da Universi-dade Federal do Tocantins e pedindo a Sua Excelên-cia agilidade no atendimento desse pleito.

Fica registrado, portanto, nobre Senador Carlos Patrocínio, não só o meu reconhecimento pessoal, mas o de todo o Estado do Tocantins, da brava gente tocan-tinense, ao empenho de V. Ex.^a na criação da universidade.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Concede-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Ouço com muito prazer o nobre Presidente desta Casa.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Desejo, meu caro Senador Leomar Quintanilha, levar a V. Ex.^a o meu aplauso pelo seu discurso, levar ao Governador do seu Estado a minha alegria, eu diria mesmo o meu entusiasmo, com a vitória da sua luta, com os Senadores Leomar Quintanilha, Carlos Patro-cínio e Eduardo Siqueira Campos, para criação da Universidade do Tocantins. O Tocantins cresce e é hoje um exemplo de administração e, por isso mes-mo, de vitórias políticas do seu povo, mas nenhum Estado pode crescer sem uma universidade. Agora, o Tocantins tem tudo para o seu desenvolvimento gra-ças aos esforços de V. Ex.^a, e de seus companheiros e principalmente do Governador Siqueira Campos. Eu queria pedir a V. Ex.^a e aos outros Senadores que nos representem na solenidade em que o Presidente Fer-nando Henrique sancionará a lei de criação da Uni-versidade do Tocantins. V. Ex.^{as} podem dizer, em nome do Senado, que essa é uma atitude que dignifi-ca o Governo e que sobretudo faz justiça a um peque-no e grande Estado, o Estado do Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, Líder, amigo e Presidente desta Casa e do Congresso Naci-onal, seguramente, a criação da Universidade Fede-ral do Tocantins não teria acontecido com essa agili-dade e rapidez não fosse o empenho, a determinação e a firmeza de V. Ex.^a na condução dos trabalhos des-ta Casa.

Aliás, nesta Casa, a tramitação do projeto de cri-ação da Universidade Federal do Tocantins bateu o recorde. Talvez tenha sido o projeto que tenha trami-tado com maior rapidez nesta Casa. E V. Ex.^a, com a sua visão larga de estadista, a quem o Brasil deve tanto, a quem o Tocantins deve tanto, conduziu esse

processo para que o povo tocanтинense tivesse a oportunidade de se preparar para enfrentar os desafios cotidianos e modernos.

Por essa razão, em nome da brava gente tocanтинense, em meu nome, e em nome do Governador Siqueira Campos, registro nossos penhorados agradecimentos. E registro, com firmeza, esse preito de gratidão que a nossa terra, que o Estado de Tocantins e a gente tocanтинense devem ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Freitas Neto (PFL – PI) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Freitas Neto (PFL – PI) – Senador Leomar Quintanilha, em primeiro lugar, para somar minha voz à dos colegas desta Casa. Em segundo lugar, para dizer que há muito tempo acompanhamos a luta da Bancada de Tocantins, no Senado Federal, juntamente com o Governador Siqueira Campos, para dotar o Estado de Tocantins de uma universidade, porque, como bem frisou o nosso Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, um Estado sem uma universidade, evidentemente, fica distante de poder alcançar os caminhos do desenvolvimento e do progresso. Foi uma luta merecedora de aplauso daquele povo. E quero registrar aqui meu testemunho do que vi, há muito tempo, a respeito da luta dos três Senadores e do Governador Siqueira Campos para que, hoje, esse projeto de lei de criação da universidade pudesse ser sancionado, como será logo mais pelo Presidente da República. Fiquei muito feliz por estar, por coincidência, no momento da tramitação, presidindo a Comissão de Educação do Senado Federal. A pedido de V. Exª e de seus companheiros, fizemos aquela tramitação em tempo recorde naquela Comissão. Receba as congratulações e o abraço de um Senador que representa um Estado pobre, que luta com dificuldades para conseguir tentos como este que o povo tocanтинense acaba de conseguir. Muito obrigado pelo aparte que V. Exª me concedeu.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Nobre Senador Freitas Neto, V. Exª, como um dos mais expressivos membros desta Casa, mas sobretudo como Presidente da Comissão de Educação, merece o preito de gratidão do Estado de Tocantins. Foi não só com a anuência de V. Exª, mas com a sua ação efetiva, pronta, que houve o ordenamento para que o Senador Eduardo Siqueira Campos, Relator nessa Comissão do projeto de criação da Universidade Federal de Tocantins, pudesse desenvolver o seu trabalho com a agilidade necessária, com a qual o

povo brasileiro e a brava gente tocanтинense contava. Portanto, nobre Senador Freitas Neto, registro os penhorados agradecimentos do povo tocanтинense e o meu pela contribuição pessoal e pela participação efetiva de V. Exª na criação desta unidade de ensino superior.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Leomar Quintanilha, V. Exª me permite um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Ouço V. Exª com muito prazer, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Leomar Quintanilha, é claro que, na hora em que o Presidente sancionar o trabalho da Bancada de Tocantins, tendo à frente o Governador Siqueira Campos, o Tocantins fecha o ciclo da sua luta. Fico muito feliz de poder ter contribuído não só na Assembléia Nacional Constituinte para a criação desse Estado, como agora, por ser colega de V. Exª e acompanhar o trabalho de toda a representação do Estado de Tocantins. E não há necessidade de citar este ou aquele Senador, porque V. Exª, neste instante, representa bem e com justiça a Bancada de Tocantins no Senado. Sem dúvida, a criação de uma universidade escancara as portas de um Estado para o mundo. Tocantins não seria Tocantins se não tivesse a sua universidade, para a qual todos nós aqui colaboramos – V. Exª bem o disse, a Presidência do Senado e do Congresso deu uma celeridade muito grande. V. Exª fez justiça, ao responder o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Mas, sobretudo, o Senado está comemorando um grande acontecimento. Receba e leve os parabéns do seu modesto colega à Bancada de Tocantins, por um dia eu ter visto o nascimento do seu Estado e agora a concretização de uma universidade.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Nobre Senador Bernardo Cabral, sinto nas suas palavras a veracidade dos seus sentimentos. Quando na Assembléia Nacional Constituinte V. Exª entendeu o apelo da brava gente tocanтинense, aqui expressada pelo então Deputado Siqueira Campos, e compreendeu, com a visão maior e mais larga que tem deste País, a necessidade imperativa de se dividir o Estado de Goiás para dar oportunidade à região Norte do Estado de buscar os seus próprios destinos, V. Exª, ao dar sua contribuição, ao participar da criação do meu Estado, assumiu com ele uma responsabilidade a qual não vem faltando. Sou testemunha de que V. Exª, em todas as demandas que ocorreram nesta Casa com relação ao Tocantins, esteve sempre rente, junto com a bancada que representa aquele novo

Estado, fazendo com que a responsabilidade assumida ao criá-lo não tivesse fim, não terminasse no ato da criação. E agora, por último, com a sua contribuição, ao votar favoravelmente à criação da Universidade Federal de Tocantins.

Registro, portanto, como já registrei aos demais Pares que contribuíram de forma destacada, os nossos penhorados agradecimentos; não poderia deixar de fazê-lo também aos eminentes Líderes Hugo Napoleão e Edson Lobão, que permitiram a celeridade na tramitação desse projeto nesta Casa; ao Líder do Governo, nobre Senador José Roberto Arruda; ao eminente Senador José Agripino, membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que também, de forma magistral, contribuiu para que o processo tivesse prioridade absoluta naquela Comissão em que tive o prazer, o orgulho de ser seu relator, e relator na Comissão de Educação o eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, também um dos líderes na luta pela criação de nossa universidade. Já mencionei o Senador Carlos Patrocínio e registraria ainda a participação dos eminentes Deputados Federais que fizeram com que esse projeto tramitasse com a rapidez necessária para que pudéssemos, no menor tempo possível, materializar mais essa unidade de ensino federal no território tocaninense.

Sr. Presidente, encerro este pronunciamento às pressas porque quero ver com meus olhos e sentir com meu coração a assinatura de um documento tão importante para nós, para nosso povo e para o Brasil. Agradeço, uma vez mais, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro Paulo Renato Souza pela iniciativa de enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei que cria a nossa universidade federal. O Estado de Tocantins, preparando seu povo, estará, como parte do País, dando uma parcela de contribuição ao desenvolvimento desta nossa querida Nação.

Registro a esta Casa e a todos nossos eminentes Pares os mais profundos agradecimentos da brava gente tocaninense e os meus próprios.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara. (Pausa)

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Srs. Senadores, apresentei uma emenda à Medida Provisória nº 1.956/55, de 19 de outubro de 2000, que faz algumas alterações no Código Florestal brasileiro.

Ocorre que o art. 1º da Medida Provisória, § 2º, item II, diz o seguinte: “Deverão ser protegidas áreas de preservação permanente.” Isso significa área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos.

Toda propriedade agrícola, portanto, deverá ter área de preservação permanente e a reserva legal. Ocorre que, no item III, é dito o seguinte: “Reserva legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural [e aí vem o problema], excetuada a de preservação permanente.”

O que quer dizer isso? Que toda propriedade rural deverá ter a área de preservação permanente, referente à mata ciliar, que preservará as fontes de água, o riacho, o rio. Em ribeirões pequenos, por exemplo, é necessário preservar uma faixa de 30 metros para cada lado de margem. Até aí tudo bem. Só que, quando se exclui da reserva legal, pelo item III, a área de preservação permanente, na verdade se está cometendo uma injustiça, porque, estando aquela área dentro da propriedade e preservada, não há motivo para não incluí-la ou não aceitar a área considerada de preservação permanente como de reserva legal.

Entendo que há um exagero nessa Medida Provisória quando não se inclui a área de preservação permanente na área de reserva legal, porque, nesse caso, teremos propriedades com 70% ou 80% de suas terras com vegetação e apenas 20% a 30% com possibilidade de plantio de culturas anuais ou perenes, o que significa que aquela propriedade estará impedida de produzir, ou seja, impedida de se tornar uma propriedade produtiva de fato.

Temos de defender, sim, a preservação dos recursos naturais, mas com racionalidade, dentro daquilo que é no mínimo aceitável pela sociedade brasileira, pela população e pelos produtores rurais.

Diante do exposto, relativamente a essa Medida Provisória, proponho que se exclua a frase “excetuada a de preservação permanente”, o que possibilitará a soma das áreas de preservação permanente às de reserva legal, para então, no caso do Sul do País, chegarmos a 20% das terras, que é o que a lei exige em termos de preservação permanente mais reserva legal. Na verdade, com essa frase na medida provisória, que não permite a inclusão da área de preservação permanente na área de reserva legal, além de estarmos com excesso de zelo, não estamos contribuindo

do para a preservação dos recursos naturais, mas apenas dificultando o cumprimento dessa legislação.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Permita-me um aparte, nobre Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço V. Exª com prazer, Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Osmar Dias, é muito oportuno que V. Exª traga hoje a esta Casa assunto que precisamos revivê-lo logo. V. Exª participou do processo dessa medida provisória que, por incrível que pareça, fará aniversário de cinco anos nesta Casa. E é enorme o prejuízo que ela tem causado ao povo brasileiro, sobretudo aos agricultores. V. Exª está reclamando que no Sul, onde há 20% da chamada área de reserva legal, ainda exigem mais a área de preservação permanente. Imagine V. Exª o que estão fazendo os agricultores, especialmente os bravos brasileiros que saíram do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Brasil inteiro e foram para a Amazônia. Lá a reserva legal é de 80%, além da área permanente. Portanto, se esta Casa aprovar tal processo, estará cometendo crime de lesa-pátria. Sou Presidente dessa Comissão. O trauma que causou o relatório do eminente Deputado Moacir Micheletto colocou o nome desse Parlamentar como o grande inimigo da pátria. Aquilo não foi verdadeiro, eminente Senador Osmar Dias. V. Exª conhece muito bem quem é aquele profissional, aquele Deputado considerado um dos homens mais sérios deste País, sobretudo da Câmara dos Deputados. Portanto, V. Exª nos faz um alerta e, dentro do entendimento que tivemos com o Poder Executivo, logo após o segundo turno das eleições voltaremos a esse assunto. O Brasil não pode ficar engessado com essa medida provisória de que trata V. Exª, que é fruto do Conama. Essa medida não pode vir a prejudicar tanto o nosso Brasil. Parabéns por V. Exª trazer esse assunto tão importante para o Brasil, sobretudo para nós que cuidamos da área da agricultura nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Senador Jonas Pinheiro, fico feliz em saber que V. Exª está presidindo a Comissão que analisará essa medida provisória. Fico tranquilo porque sei da consciência que V. Exª tem, por conhecer o assunto, já que é profissional ligado à área. V. Exª sabe da importância de termos, sim, uma legislação que permita a preservação dos recursos naturais, mas jamais a esse preço, inviabilizando a agricultura, inviabilizando as safras de alimentos em nosso País.

V. Exª citou aqui o nome do Deputado Moacir Micheletto, um Deputado dedicado à agricultura, um Deputado respeitado no meu Estado e que, por uso

indevido da defesa que fez de um ponto de vista que ele tem a respeito desse assunto – que no meu entendimento foi distorcido naquele debate –, foi crucificado por ONGs e por pessoas que na verdade não discutiram o assunto com seriedade. O Deputado Moacir Micheletto foi injustiçado naquele processo e sofreu consequências políticas muito graves no meu Estado. As ONGs insurgiram-se contra seu relatório, sem explicarem, de fato, de que pontos do documento discordavam. O Deputado foi vítima, sim, desse processo do discurso fácil e demagógico que toma conta deste assunto da preservação ambiental em nosso País, muitas vezes apresentado com responsabilidade pelas ONGs, mas outras vezes com excesso por parte daqueles que literalmente vivem às custas da defesa do meio ambiente e o fazem como profissão, não porque têm amor à natureza e aos recursos naturais, como pregam.

Esses profissionais atuam em várias ONGs brasileiras e foram eles que transformaram o relatório do Deputado Moacir Micheletto num documento em que parecia que de repente queríamos destruir todas as árvores e florestas do País, quando na verdade o Deputado estava apenas estabelecendo regras e critérios. O seu relatório, portanto, não tinha nada de destruidor. Muito pelo contrário, caso o tivéssemos lido com atenção, teríamos verificado que poderia ter sido, sim, apreciado pelo Congresso Nacional com absoluta tranquilidade e, com alguns reparos e aperfeiçoamentos, aprovado sem nenhum dano ao meio ambiente. É justa, portanto, a defesa que V. Exª fez aqui ao Deputado Moacir Micheletto, que endosso e assino embaixo.

Estarei à disposição do Senador Jonas Pinheiro para, no momento em que formos analisar essa medida provisória, contribuir para que pelo menos essa alteração seja realizada. Não é possível que aqueles que fizeram essa medida provisória não tenham conhecimento de que, quando se considera uma mata ciliar, é preciso verificar a sua largura. No meu Estado, a mata ciliar tem de 30 a 50 metros de largura, o que é considerada pequena. Mas quando se fala em mata ciliar no Estado de V. Exª, com os rios lá existentes, estaremos falando de uma mata de largura muito maior.

No meu Estado, se considerarmos essa medida provisória como válida, chegaremos em algumas propriedades rurais em que a área de preservação somada à área de reserva legal supera 80%. Isso significa inviabilizar muitas pequenas propriedades onde se planta em 10 ou 20 hectares. Esses pequenos produtores serão mais uma vez expulsos pelo exagero de uma legislação, que serve muito mais para atender

à demagogia de alguns profissionais que vivem às custas da defesa ideologicamente falsa dessa questão dos recursos naturais do que propriamente de quem conhece o assunto, de quem vive no meio e de quem pode, dessa forma, dar opinião.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço o aparte do Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Eminente Senador Osmar Dias, V. Ex^a, com a emenda que apresenta hoje, demonstra, mais uma vez, ser um Parlamentar absolutamente afinado com o setor produtivo brasileiro e com o setor agrícola. A sua preocupação realmente procede. No entanto, se V. Ex^a está preocupado com os Estados do Sul, onde efetivamente já se preservam 20% como área de reserva legal, e com aquilo que pode aumentar em razão das áreas de preservação permanente, imagine como nós da Região Amazônica estamos nos sentindo quanto a essa situação. Na nossa Região, há propriedades – e posso testemunhar isso em Rondônia – que chegam à beira dos 95%. É uma insanidade a proposta apresentada nessa medida provisória, pois representa um espelho daquilo que pensam essas ONGs a que V. Ex^a se referiu. Essas pessoas não têm a menor noção do que seja a Amazônia; essas pessoas, que vivem no Rio de Janeiro, encostadas na praia, não sabem realmente o desastre que isso significa para o Brasil, sem contar o prejuízo causado a esse eminente brasileiro, Deputado Moacir Micheletto. V. Ex^a pôde testemunhar o que ocorreu à vida política do Deputado em seu Estado. Também sou membro da comissão mista que discute esse assunto. É preciso que todos tenhamos a responsabilidade de tratar essa questão com seriedade, evitando esses abusos e exageros cometidos. A solução é efetivamente, sobretudo nos Estados da Região Amazônica, discutir sobre a lei de zoneamento dos Estados, a fim de que estes possam soberanamente decidir que áreas podem ou não ser ocupadas ou preservadas. O nosso Estado de Rondônia já saiu na frente, é exemplo para o País, pois já tem a sua lei de zoneamento aprovada pela Assembléia Legislativa depois de mais de 10 anos de ampla discussão e negociação com todos os setores da sociedade rondoniense. Trata-se de uma lei aprovada pela Assembléia e que conflita com essa medida provisória feita por meia dúzia de pessoas sem capacidade para tal. Parabéns V. Ex^a pela emenda apresentada, principalmente porque o seu posicionamento de hoje chama-nos à discussão e à

reflexão no sentido de que devemos tratar este assunto com seriedade.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Agradeço-lhe, Senador Moreira Mendes. O Estado do Governador Esperidião Amin, se fôssemos interpretar literalmente o que querem algumas ONGs por meio dessa medida provisória, seria transformado, juntamente com o meu Estado do Paraná, totalmente em área de preservação permanente. A pretensão era estender a Mata Atlântica a todo o território daqueles Estados. É evidente que temos que preservar a Mata Atlântica. E não existe nenhum ponto do País em que ela esteja mais preservada que nos nossos Estados de Santa Catarina e Paraná. Lá, sim, a mata realmente está preservada. No entanto, estender a Mata Atlântica a todo o território estadual é um exagero. Estaríamos criando um problema social de gravíssimas proporções.

Não é minha, mas do próprio Governador Esperidião Amin – que está presente – a frase: "No dia em que este País destruir o modelo de pequena propriedade, estaremos criando um problema social de gravíssimas consequências e irreversível". É verdade. Devemos, para preservar o modelo de pequena propriedade que temos e que nos é muito caro, ter consciência, no momento de fazer uma legislação voltada para a preservação dos recursos naturais, de que é possível desenvolvermos uma agricultura de desenvolvimento sustentado, com preservação dos recursos naturais e com aumento de produtividade, aplicando aquilo que em nossos Estados já é comum.

Lembro-me do tempo em que eu era Secretário da Agricultura do Paraná e o Senador Esperidião Amin era Governador no seu primeiro mandato. O seu Estado foi praticamente o pioneiro na prática de microbacias e na preservação dos recursos naturais. Eu, quando Secretário da Agricultura, implantei no Paraná o Programa de Microbacias, e realizamos o trabalho em seis milhões de hectares. Então, como resposta àqueles que julgavam impossível produzir sem preservar os recursos naturais, há o exemplo desse programa, o de conservação de solos nas microbacias. Fez-se um verdadeiro mutirão nos dois Estados – Paraná e Santa Catarina –, preservando os rios, as matas ciliares, plantando matas ciliares para preservação de fontes, e conseguimos recuperar muitos rios poluídos que não serviam para mais nada, nem para a atividade econômica da piscicultura.

O Senador Jonas Pinheiro visitou recentemente no meu Estado, o Paraná, a região oeste e viu mais de mil hectares de tanques, de espelhos d'água e de

açudes que foram construídos a partir de ribeirões, de rios e de riachos, onde se fez um trabalho de preservação dos recursos naturais e de conservação da natureza. Voltou-se a ter água limpa, que pôde servir para atividade econômica e para consumo humano, numa época em todos estão ouvindo muitos discursos a respeito da importância da água nesse início de século e de milênio. Precisamos realmente preservar.

Todavia, não podemos falar em preservação dos recursos naturais condenando à morte milhares de pequenos proprietários do sul do País, que precisam de uma legislação que proteja os recursos naturais e também a sua atividade econômica. É possível fazer essa compatibilização: preservar os recursos naturais e permitir que os pequenos proprietários continuem praticando uma agricultura viável, produtiva e se mantendo no campo.

Sr. Presidente, é do Banco Mundial um estudo que mostra que, para cada condomínio rural abandonado ou para cada família que deixa o campo e vem para a cidade, o Governo de um Estado ou de um Município gasta três vezes mais. Gastam-se US\$2,8 mil para manter uma família no campo, produzindo e gastará cerca de US\$8,500 para mantê-la quando ela deixar o campo e vier à cidade buscar emprego.

Por isso, Senador Jonas Pinheiro, Presidente da Comissão, defendo a preservação dos recursos naturais com absoluta consciência e patriotismo, mas também defendo a atividade econômica compatível com essa preservação, o desenvolvimento da nossa agricultura de pequeno, médio e grande porte. Defendo um estudo profundo dessa medida provisória, porque, como está, ela sacrificará muitos produtores em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Freitas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador Esperidião Amin hoje visita esta que também é sua Casa. S. Ex^a está em Brasília e me inspira o registro da festa da Aeronáutica em que se comemora o Dia do Aviador, quando foram homenageados S. Ex^a, que passou a ser Grande-Oficial, e vários brasileiros.

A Condecoração da Ordem do Mérito Aeronáutico foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.961, de 1º de novembro de 1943, regulamentada pelo Decreto nº 3.445, de 5 de maio de 2000, é uma distinção concedida:

– aos militares da Aeronáutica Brasileira quem tenha prestado notáveis serviços ao País ou se hajam distinguido no exercício de sua profissão;

– aos militares das Forças Armadas Nacionais e Estrangeiras que se tenham tornado credores da homenagem da Nação brasileira e, particularmente, da Aeronáutica;

– aos cidadãos brasileiros e estrangeiros que se tenham destacado nas suas áreas de atuação a serviço da Nação brasileira; e

– às corporações militares, nacionais ou estrangeiras, suas bandeiras ou estandartes, por serviços ou ações que as recomendem ao reconhecimento da Nação brasileira e, de modo particular, ao da Aeronáutica."

A Ordem do Mérito Aeronáutico possui os seguintes graus:

- Grã-Cruz;
- Grande-Oficial;
- Comendador;
- Oficial; e
- Cavaleiro.

Hoje as Forças Armadas homenagearam os militares e civis. Entre os civis, tivemos, nesta homenagem, a presença dos Ministros José Gregori, Alcides Lopes Tápias, Carlos Carmo Andrade Melles e Gilmar Ferreira Mendes, dos Governadores Jarbas de Andrade Vasconcelos; Marconi Ferreira Perillo Júnior; José Orcirio Miranda dos Santos, Esperidião Amin Helou Filho; José de Abreu Bianco e Carlos Melles, José Wilson Siqueira Campos, que, neste momento, participa da cerimônia de assinatura da Lei que cria a Universidade Federal do Tocantins, e também os Senadores Jonas Pinheiro e Romero Jucá e vários Deputados Federais, Ministros do Superior Tribunal de Justiça; do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior do Trabalho e várias outras autoridades.

Foi uma festa muito bonita, realizada na Base Aérea, presidida pelo Presidente da República, que também contou com a presença de nosso Vice-Presidente Marco Maciel.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JONAS PINHEIRO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**



Aeronáutica

História



O poder aéreo nasceu em 1913, após o homem adquirir o domínio das máquinas voadoras, um pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial.

No Brasil, mediante acordo governamental, tivemos a presença de militares franceses ligados ao que, naquele tempo, não era ainda uma arma aérea, mas uma capacidade bélica de emprego dos "engenhos voadores".

Assim, no **Campo dos Afonsos**, Rio de Janeiro, se fez presente uma missão militar, com o objetivo de treinar pilotos militares da Marinha e do Exército, visando ao emprego de aeronaves em objetivos militares.

Essa missão deu origem à **Escola Brasileira de Aviação**, que iniciou suas atividades em 2 de fevereiro de 1914, interrompendo-as em 18 de junho do mesmo ano.

Evidentemente, o desenvolvimento da Aviação como arma aérea teve o seu início na **Primeira Guerra Mundial**, quando aeronaves foram empregadas em missões de **Observação** no campo de batalha.

A partir dessas missões de **Observação**, passou-se a utilizar o avião também para a regulação de tiros de artilharia e para missões de interceptação de aviões inimigos, incrementando-se a utilização da potencialidade da arma aérea.

Surgia, assim, no cenário mundial, a **Aviação de Caça** que, inicialmente, conduzia atiradores de elite nas naves

traseiras das aeronaves, atirando nos aviões incursores que tentavam realizar Observação.

Daí, evoluiu-se para o lançamento de bombas, a princípio com a mão, e posteriormente com o emprego de engenhos mecânicos, seguindo-se a instalação de uma maior capacidade de tiro a bordo da aeronave e operada pelo próprio piloto.

Esses fatores serviram de estímulo e desafio para as mentes militares que, naquela ocasião, tiveram disposição e oportunidade de participar ativamente no desenvolvimento dessa nova arma.

Na época, o Brasil recebeu uma série de aeronaves para treinamento de suas Aviações - Militar (Exército) e Naval (Marinha)- e enfrentou o novo desafio, adestrando e preparando suas equipagens, além de, seguindo uma tradição histórica iniciada no século 17, partir, pelo ar, para o desbravamento do interior do País, lançando-se na abertura de novas rotas aéreas, com o apoio do Departamento de Comunicações do então Ministério de Viação e Obras Públicas, que fazia o controle do movimento dessas e de outras aeronaves.

Foi grande a participação das comunidades municipais, que, para auxiliar a nossa Aviação, escreviam o nome da cidade sobre o telhado das estações ferroviárias, como forma de orientar os aviões que seguiam para o interior do País. Nessa época, as facilidades e auxílios para a navegação aérea praticamente inexistiam.

A 12 de junho de 1931, dois Tenentes da Aviação Militar - Nélson Freire Lavenère-Wanderley e Casimiro Montenegro Filho - pilotando um Curtiss Fledgling, saíram do Rio de Janeiro e chegaram a São Paulo, conduzindo uma mala postal (com 2 cartas). Nascia assim o **Correio Aéreo Militar (CAM)**.

Esse CAM, atualmente denominado **Correio Aéreo Nacional (CAN)**, permanece com a missão de assegurar a presença do Governo Federal nos mais diversos rincões do Brasil, o que levou o nosso Congresso, tocado por um forte espírito cívico, a exigir da Força Aérea Brasileira a continuidade da operação do Correio Aéreo Nacional, incluindo-o na Constituição de 1988.

Os fatos históricos abordados até o momento permitiram que se criasse no País, no final da década de 30, uma atmosfera de questionamento sobre a arma aérea, e de que forma deveria ela ser administrada pela Nação.

Debates calorosos ocorreram, tanto no Clube Militar como através dos jornais da época, movidos por aviadores militares das duas Aviações Militares - Marinha e Exército - que buscavam defender posições: se as armas aéreas deveriam continuar no âmbito das duas Forças, ou se elas deveriam agrupar meios aéreos de ambas e constituir uma arma única e independente, vindo a ser a única a administrar a atividade aérea no Brasil.

A segunda corrente prevaleceu, tornando-se vitoriosa no dia **20 de janeiro de 1941**, quando foi criado o Ministério da Aeronáutica, tendo como primeiro titular da pasta um civil - **Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho**. Esta foi a solução adotada pelo Governo de então para manter as duas Forças em harmonia.

Os anos seguintes permitiram um engrandecimento do setor aeronáutico brasileiro, tendo sido criada uma respeitável infra-estrutura por todo o País, aumentando a capacidade tecnológica e organizando toda a aviação civil e militar.

O Ministério da Aeronáutica manteve-se atuante até **10 de junho de 1999**, quando foi criado o Ministério da Defesa. A partir de então, passou a ser denominado Comando da Aeronáutica, tendo como primeiro Comandante o **Ten.-Brig.-do-Ar Walter Werner Bräuer**.

II - CONDECORAÇÃO DA ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO

Criada pelo Decreto-lei número 5.961, de 1º de novembro de 1943, regulamentada pelo Decreto número 3.445, de 5 de maio de 2000, é uma distinção concedida:

- aos militares da Aeronáutica Brasileira que tenham prestado notáveis serviços ao País ou se hajam distinguido no exercício de sua profissão;

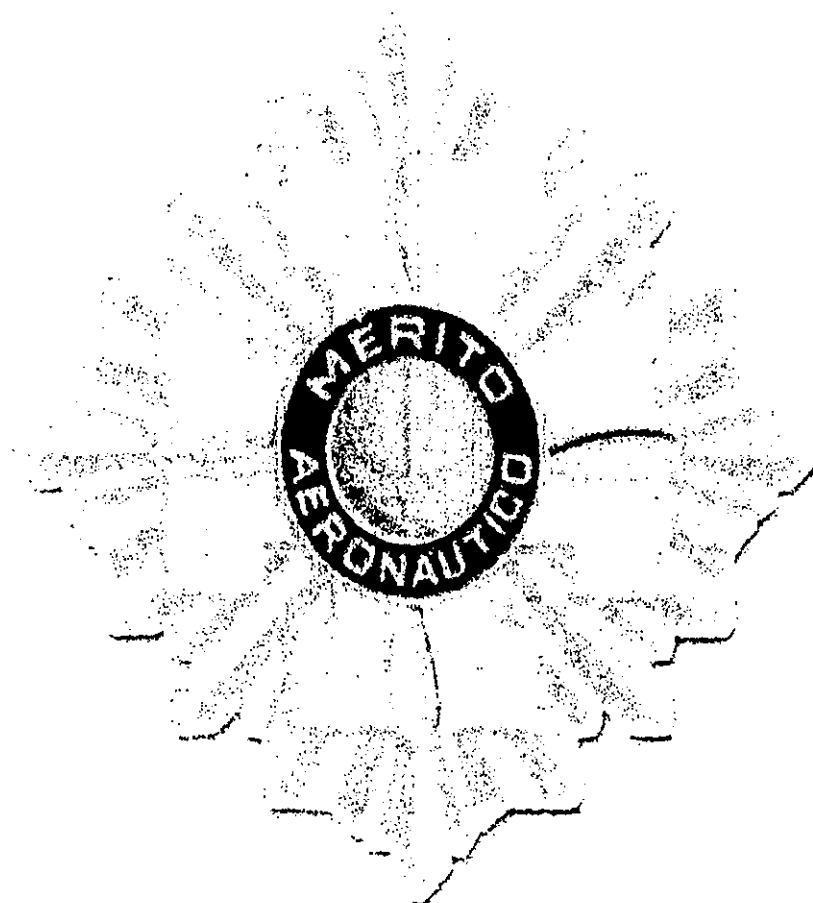
- aos militares das Forças Armadas Nacionais e Estrangeiras que se tenham tornado credores de homenagem da Nação Brasileira e, particularmente, da Aeronáutica;

- aos cidadãos brasileiros e estrangeiros que se tenham destacado nas suas áreas de atuação a serviço da Nação Brasileira; e

- às corporações militares, nacionais ou estrangeiras, suas bandeiras ou estandartes, por serviços ou ações que as recomendem ao reconhecimento da Nação Brasileira e, de modo particular, ao da Aeronáutica.

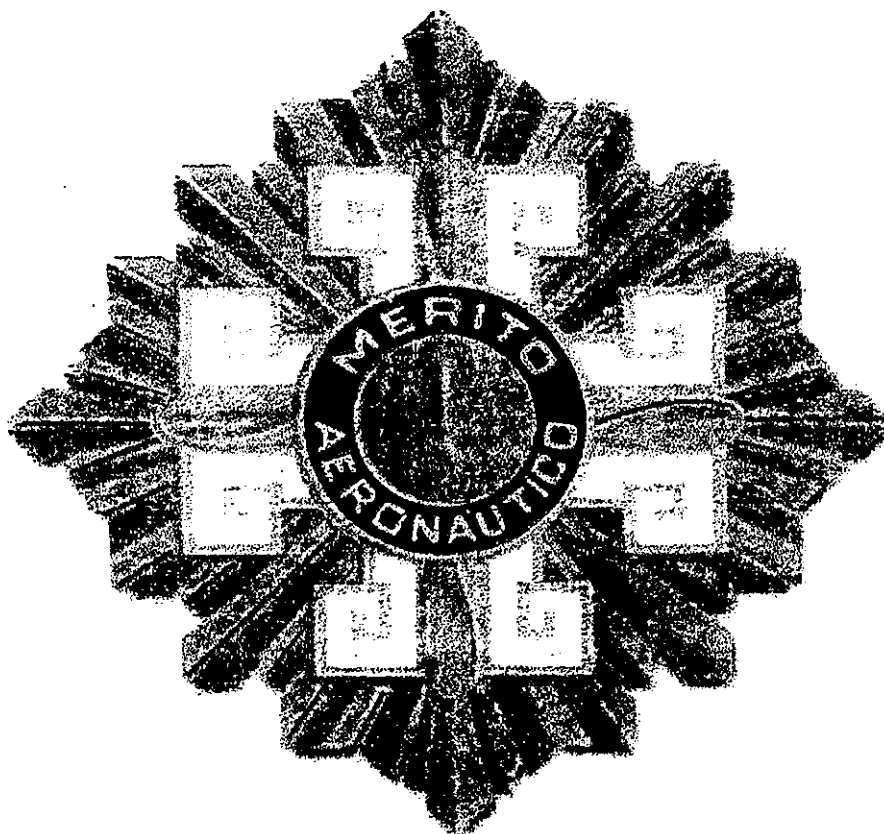
A Ordem do Mérito Aeronáutico possui os seguintes graus:

- GRÃ-CRUZ;
- GRANDE-OFICIAL;
- COMENDADOR;
- OFICIAL; e
- CAVALEIRO.



GRÃ-CRUZ

- | | |
|-------------------------|--------------------------------|
| 001. Ministro de Estado | GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO |
| 002. Ten.-Brig.-do-Ar | REGINALDO DOS SANTOS |
| 003. Ten.-Brig.-do-Ar | FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE |



GRANDE-OFICIAL

004. Ministro de Estado
 005. Ministro de Estado
 006. Ministro de Estado
 007. Ministro de Estado da AGU
 008. Governador (PE)
 009. Governador (GO)
 010. Governador (MS)
 011. Governador (SC)
 012. Governador (RO)

JOSÉ GREGORI
 ALCIDES LOPES TÁPIAS
 CARLOS CARMO ANDRADE MELLES
 GILMAR FERREIRA MENDES
 JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS
 MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
 JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS
 ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
 JOSÉ DE ABREU BIANCO

013. Governador (TO)	JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
014. Senador (MT)	JONAS PINHEIRO DA SILVA
015. Senador (RR)	ROMERO JUCÁ FILHO
016. Deputado Federal (BA)	JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
017. Deputado Federal (PA)	GERSON DOS SANTOS PERES
018. Deputado Federal (PE)	SALATIEL SOUSA CARVALHO
019. Deputado Federal (MG)	HERCULANO ANGHINETTI
020. Deputado Federal (MG)	LAEL VIEIRA VARELLA
021. Deputado Federal (MG)	MÁRCIO REINALDO DIAS MOREIRA
022. Deputada Federal (GO)	NAIR MARIA XAVIER NUNES DE OLIVEIRA LÔBO
023. Deputado Federal (CE)	UBIRATAN DINIZ DE AGUIAR
024. Deputado Federal (ES)	JOSÉ CARLOS DA FONSECA JÚNIOR
025. Deputado Federal (SC)	RENATO DE MELLO VIANNA
026. Deputado Federal (PR)	LUIZ CARLOS JORGE HAULY
027. Alte.-Esq.	MARCOS AUGUSTO LEAL DE AZEVEDO
028. Alte.-Esq.	ROBERTO DE GUIMARÃES CARVALHO
029. Alte.-Esq.	JOSÉ ALFREDO LOURENÇO DOS SANTOS
030. Gen.-Ex.	MAX HOERTEL
031. Gen.-Ex.	VALDESIO GUILHERME DE FIGUEIREDO
032. Gen.-Ex.	MARCELLO RUFFINO DOS SANTOS
033. Gen.-Ex.	FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
034. Gen.-Ex.	JAIME JOSÉ JURASZEK
035. Doutor	JOSÉ AUGUSTO VÁRANDA
036. Ministro (STJ)	WILLIAM ANDRADE PATTERSON
037. Ministro (STJ)	NILSON VITAL NAVES
038. Ministro (STJ)	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
039. Ministro (TCU)	BENTO JOSÉ BUGARIN
040. Ministro (TCU)	WALTON ALENCAR RODRIGUES
041. Ministro (STM)	FLÁVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH
042. Ministro (TST)	WAGNER ANTÔNIO PIMENTA
043. Ministro (TST)	JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS
044. Doutor	REINALDO SILVA COELHO
045. Maj.-Brig.-do-Ar	SÉRGIO FERNANDES MARTINS
046. Maj.-Brig.-Eng.	ROBERTO OLIVEIRA DE CARVALHO
047. Maj.-Brig.-do-Ar	JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS
048. Maj.-Brig.-do-Ar	PAULO JORGE BOTELHO SARMENTO
049. Maj.-Brig.-do-Ar	JOSÉ ORLANDO BELLON
050. Maj.-Brig.-do-Ar	CARLOS AUGUSTO LEAL VELLOSO

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por volta de 1998, o Projeto Sivam, um dos projetos mais emblemáticos que passou por esta Casa – e como sempre acontece quando a vontade do Governo está presente – foi aprovado por ampla maioria.

Há dois dias, quando estava vindo para o Senado, tive, coincidentemente, a oportunidade de escutar a fala do Senador Ramez Tebet, Relator do Projeto Sivam. Esse foi dos mais movimentados projetos que passaram por esta Casa até hoje, durante este meu mandato. Por causa desse projeto, Gilberto Miranda, por exemplo, saudoso ex-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, industrial dos mais eficientes e brilhantes do Amazonas, moveu céus e terras, foi à Rússia e à França conversar com os dirigentes da empresa Thomson, aquela que pretendia concorrer com a Raytheon, empresa norte-americana que, como constava dos termos do empréstimo inicial concedidos pelos Estados Unidos a nós, finalmente fora agraciada no chamado leilão que nunca existiu.

Esse leilão nunca existiu porque o Eximbank acordou de um torpor prolongado em que não fazia empréstimo algum e resolveu emprestar para o Brasil US\$ 1,340 bilhão. Desses dados não me esqueço, porque este foi um projeto que marcou profundamente minhas impressões e consciência no exercício deste meu mandato.

O que ocorreu? O contrato firmado entre os Estados Unidos e o Brasil impedia a concorrência internacional.

Na era do mercado, na era da concorrência, o contrato firmado entre as partes – o Eximbank e o Brasil – proibia a existência de qualquer concorrência. Se o Brasil não contratasse os serviços da Raytheon, a maior fornecedora de armas para o governo norte-americano, e não comprasse todos os equipamentos necessários para que o Projeto Sivam fosse implementado, imediatamente o empréstimo seria cancelado.

Assim procede o mercado liberal, concorrencial, que não permite concorrência, que estabelece um preço predeterminado, não permite que escolhamos outros fornecedores e não permite também que o Brasil, que, em diversos setores, já se encontrava capacitado para oferecer a sua contribuição a esse projeto, montado nos céus do Brasil, contribua em nada. Portanto, o Brasil não poderia beneficiar-se sequer de um acréscimo de conhecimentos técnicos que essa

experiência ensinaria. Embarcamos nessa, completamente manietados, sem liberdade para nada; sequer o preço poderia ser objeto de qualquer contravérsia ou protesto por parte do Brasil.

Lembro-me muito bem de que naquela ocasião proferi o meu voto e consegui manifestar a minha opinião, esquecida e marginalizada, como sou eu e o meu Partido – esquecidos e marginalizados.

Naquela ocasião, houve a gravação, o registro gravado em fitas de algumas conversas que não posso e não devo repetir neste Plenário. Conversas entre um Embaixador, amicíssimo de Sua Majestade o Presidente da República, e ele próprio, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essas gravações foram feitas. São impróprias para menores. Obviamente, dentro daquele aqodamento e entusiasmo com que o Governo brasileiro protegia a aprovação do Projeto Sivam, tal como foi mentado e idealizado nos Estados Unidos, aconteceu que também a Aeronáutica brasileira e nossas empresas do ramo bélico, espacial etc. foram completamente alijadas do processo. Só nos restou – a mim não, porque desaprovei –, só restou à maioria desta Casa, com a orientação do Governo, aprovar o Projeto Sivam: R\$1,3 bilhão. Como sempre se põe o mundo de cabeça para baixo, naquela ocasião, fomos acoimados e acusados de sermos contrários às comunicações – comunicações necessárias para nos resguardar e proteger o espaço amazônico, dentre outros crimes, do tráfico de drogas. É óbvio que não éramos contra o Projeto Sivam, como não o fomos a dois projetos anteriores com a mesma finalidade, porém, mais modestos, desenvolvidos com tecnologia, conhecimento e recursos nacionais.

Naquela ocasião, entre outras coisas, chamávamos atenção para o fato de que apenas detectar com um sistema de radar, que não é o mais moderno, aquilo que se passava no espaço amazônico não resolvia o nosso problema. O processo de apreensão de contrabando, o processo de detecção, por exemplo, de que alguns vizinhos nossos poderiam estar ultrapassando as fronteiras do País, as mazelas que poderiam estar ocorrendo no solo não tinham condições de ser tolhidas, de ser contidas, porque a detecção da infração por parte do Sivam não tinha respaldo, seqüência e consequência no solo brasileiro. O Exército não estava presente em escala suficiente. A Polícia ali não estava. De modo que as medidas concretas não poderiam se objetivar devido a essa falta de elementos para que isso ocorresse; a contenção desses fatos que estariam ameaçando a segurança nacional ou obviamente praticando crimes no espaço brasileiro.

Naquela ocasião, tive oportunidade de lembrar que, uma vez caído o muro de Berlim, houve alteração no maior setor de atividades dos Estados Unidos, o bélico-espacial, a prioridade número um daquele país – envergonhada, mas é. Aquele projeto iria tentar em parte substituir, assim como diversos outros, as encomendas que, antes da queda do muro de Berlim, eram feitas às indústrias bélicas norte-americanas, às maiores indústrias daquele poderoso país.

Desde a II Guerra Mundial, no período da Guerra Fria, gastaram-se US\$15 trilhões em defesa. Com o término da polarização, com a ausência da antiga União Soviética, que se decompôs por motivos que não temos tempo agora de tentar indicar quais foram.

Os Estados Unidos não tinham a grande desculpa de que aquela indústria bélica, aqueles gastos na NASA, aquele processo de continuar a manter uma estrutura bélica improdutiva e destrutiva durante a chamada Guerra Fria não encontraria mais respaldo e justificação por parte do Governo norte-americano. W.W. Rostow, ex-Assessor de Presidente dos Estados Unidos, escreveu: "A lógica que está por trás dos gastos bélicos nos Estados Unidos é a de obrigar a União Soviética a fazer o mesmo e com isso impedir que a União Soviética desenvolva suas forças produtivas."

A lógica que está por trás dos gastos bélicos e espaciais dos Estados Unidos é obrigar a União Soviética a fazer o mesmo. No entanto, parecia que havia um perigo real, não apenas imaginário, o perigo da invasão, o perigo vermelho, o perigo de que o comunismo viesse a conquistar a Terra rapidamente, provocando uma guerra internacional. Tudo mentira! W. W. Rostow mostra isso. Partia dos Estados Unidos os impulsos bélicos, a preparação bélica. E como os Estados Unidos tinham, no início, uma renda **per capita** 27 vezes maior do que a dos russos, ao final, apenas três vezes maior. Para manter os mesmos gastos bélicos, a União Soviética tinha de fazer um esforço três vezes maior **per capita** do que os Estados Unidos. Os Estados Unidos tinham de conter as forças produtivas para não provocar crises de sobreacumulação – como dizia Keynes a respeito da crise de 1929 –; os Estados Unidos tiveram de transplantar forças produtivas em suas indústrias multinacionais. O Governo norte-americano pagou para não plantar no início dos anos 30; depois, a Suprema Corte julgou o fato inconstitucional, e os Estados Unidos passaram a plantar cactos, produzindo o que ninguém consome e também outros produtos irreprodutíveis. Essa lógica da destruição, centrada e concentrada nos Estados Unidos, necessária à reprodução do sistema

e à sua dinâmica, estava ameaçada quando o Muro de Berlim caiu e quando a União Soviética transformou-se em uma economia de mercado. Cada trabalhador da Rússia recebe hoje um salário 27 vezes menor do que ganhava no tempo do execrável, hediondo e perigoso socialismo. Foram assassinados 47 diretores de bancos, na máfia dos bancos russos de mercado.

Recentemente, publicou-se nos Estados Unidos um estudo, num livro chamado "O fim dos empregos", que afirma que, se a Nasa fosse desativada, dois milhões de desempregados iriam para a rua naquele país. Seriam gerados, destarte, dois milhões de desempregos diretos.

Portanto, o Brasil deveria ser, tal como ocorreu depois da 2ª Guerra Mundial, transformado num comprador de armas e de apetrechos bélicos, além de artigos e de produtos desenvolvidos nesses setores. A Raytheon é uma das maiores fabricantes de produtos bélicos do mundo em escala mundial e, então, foi ela a escolhida – não pelo Brasil, mas pelo próprio empregador, pelo grupo centrado em torno do Exim-Bank – para ser nossa fornecedora.

Desse modo, o Brasil estava simplesmente obedecendo aos interesses de manutenção de emprego, de manutenção da atividade norte-americana, nessa situação em que todos os setores bélicos estavam ameaçados por ausência, por falta de guerra, **real** ou imaginária, por falta de um inimigo real ou fictício.

A força exercida sobre o Governo brasileiro foi uma força inédita. E o Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso disse, há poucos dias, há uma semana, que muitas calúnias foram lançadas contra o Governo naquela ocasião. Nenhuma calúnia; tudo comprovado, gravado inclusive: "– Olhe, ô Fernando, ela quer se encontrar de novo com você!" "– Ah, agora que eu já usei?" "– Fernando, ela tem um problema com o filho e quer um emprego". "– Emprego? Agora? Depois? Não!" "– Mas, Fernando, ela insiste". "Então, vamos esperar a megera viajar". Isso é calúnia ou está escrito lá? Tenho constrangimento de ter que repetir o que está escrito lá, o que está gravado lá, coisas como essa, misturadas no Projeto Sivam. Pois bem.

O que me parece, portanto, é que nós nos apeguemos demais diante dessas relações internacionais de dominação. E foi por meio desses empréstimos que o Governo brasileiro conseguiu elevar a dívida pública externa de US\$119 bilhões, em 1994, para US\$242 bilhões, no ano 2000, comprando e importando qualquer coisa e principalmente aquelas que

permitiam achatar os preços internos, tornar impossível a concorrência.

O Ministro da Indústria e Comércio detectou apenas 15 setores destruídos. E a cada momento da posse, da reposse, da terceira e quarta posses, dessas inúmeras posses tomadas em apenas uma reeleição, mas posses todos os dias. "Pra frente, Brasil", "Avança, Brasil", "não sei o quê, Brasil", são posses televisivas, mas jamais se confessa que a dívida pública brasileira subiu de R\$80 bilhões para R\$536 bilhões, entre 1994 e o ano 2000.

A colaboração do empréstimo para montar a Raytheon foi, no início, de 1.340 bilhão. Li no jornal, há seis meses, que já estava em cerca do dobro dessa importância. Então, o desgoverno que aí está permitiu que ele fosse engessado. Nada no Brasil se resolve, uma vez que a variável mais importante, aquela que se expressa no Orçamento da União, a qual exige, impõe, que o Brasil tenha um superávit primário.

Diz o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na página 242 de seu livro "A Cabeça em seu Lugar", publicado pela Editora Vozes, em 1992, com a 2ª edição em 1995 — permitiu, há cinco anos, que fosse republicado o que escreveu em 1992 —, que com as medidas que estavam sendo impostas pelo FMI aos países periféricos em nome do combate à inflação, tal como o enxugamento da base monetária, arrocho salarial e outros do gênero, tendo por objetivo o equilíbrio orçamentário, era impossível equilibrar o Orçamento e pagar a dívida externa.

O Senhor Presidente da República deseja não apenas que equilibremos o Orçamento, mas que façamos o impossível, e o façamos calados, em ordem, sem a agitação das bandeiras do MST, sem que o PT esteja na rua. Temos de nos calar para fazer aquilo que ele dizia, há cinco anos, que era impossível de ser feito: pagar a dívida externa e equilibrar o Orçamento. Mas ele exige mais do que isso: ele impõe que nós tenhamos um superávit orçamentário, de modo que o Orçamento brasileiro se transformou num bloco de gesso.

Quarenta por cento da população de São Paulo vive em áreas sem hospital. Se conseguirmos aqui no Congresso, por exemplo, uma emenda que atribua mais recursos aos aposentados ou que impeçam, por exemplo, a desativação de onze mil leitos em São Paulo, apenas para tentar retificar um pouco esse prejuízo, ela não será aprovada. Não se pode retirar nada para outra área, a não ser que — como diz o Sr. Malan — se indique de onde virão esses recursos. Os recursos para salvar a Pátria têm de ser retirados de algo que não está no Orçamento, que está fora da Pátria,

no mundo esquizofrênico para onde se mudaram este Governo e seus Ministros.

Em virtude do meu ponto de vista, eu não queria participar da Comissão de Orçamento. Sempre tive medo de passar pelos corredores por onde passaram os "anões e os gigantes do Orçamento". Mas o meu Partido me designou e tenho de cumprir mais essa pena. Até hoje nunca apresentei — a não ser propostas conjuntas de emendas, feitas por todos os Parlamentares do Distrito Federal — uma proposta individual de emenda ao Orçamento. E agora é óbvio que não adianta nada apresentar qualquer proposta de emenda ao Orçamento. Já está tudo definido e preestabelecido. Se retirarmos alguns recursos, se dermos alguns recursos para os pobres, para os idosos, para os aposentados, será preciso retirar alguns outros: ou da infância, ou da alimentação, ou de qualquer área social. Não há jeito! O FMI nos engessou completamente, com a perfeita aquiescência do Governo que aí está.

Apenas para terminar, eu gostaria de dizer que é óbvio que o Sr. Fernando Henrique Cardoso e seu Governo não têm a responsabilidade integral pelo que acontece no Brasil. Nos Estados Unidos, estão tentando salvar o volume de emprego. No último ano, o desemprego foi reduzido 4%, enquanto em algumas capitais brasileiras ele ultrapassa os 20% — Brasília atingiu 22%; Salvador, 24%. Agora o Governo solta foguetes e vai à televisão, para dizer que o emprego, este ano, está aumentando 0,09%. Mas foi o Governo que elevou o desemprego a 20% nas capitais. Ele tem direito de se regozijar e contar prosa quando consegue recuperar 1% desses 20% que ele mesmo ocasionou, demitindo funcionários, cortando vencimentos, reduzindo obras, fechando indústrias? E assim os meios de comunicação vão ajudando a ganhar eleições e reeleições.

Fujimori e seu espírito continuam, ainda, a inspirar as vidas políticas e os destinos políticos de muitos pequenos políticos da América Latina.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) — Com a palavra o Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no exercício da vida pública sempre tive uma preocupação muito acentuada com a situação de parcela considerável da juventude do meu Estado que, não possuindo meios para frequentar a escola pública, busca com todas as suas forças o desempenho na vida estudantil, estudando em um período e trabalhando em outro. Todos sabe-

mos que, embora uma parcela considerável da população brasileira não tenha tido a oportunidade de passar pelos bancos escolares, existe o esforço extraordinário de uma parcela para buscar o ensino, quer nas escolas públicas, quer nas escolas particulares.

Hoje, precisamos reconhecer que a atenção dispensada pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao ensino básico em nosso País tem sido elogiável. O trabalho do Ministro Paulo Renato Souza, à frente do Ministério da Educação tem sido exemplar, e, com isso, o índice dos alfabetizados, no Brasil, vem aumentando. Muitos incentivos têm sido proporcionados aos pais, para que mandem seus filhos às escolas.

Nesse trabalho, a participação das Prefeituras municipais, em todo o País, é palpável. Hoje, milhares de Prefeituras adotaram o sistema da busca do estudante na zona rural para a sua frequência nas escolas urbanas. Com isso, a criança da zona rural busca ou recebe um desempenho, um ensino, muitas vezes melhor, perde aquela inibição natural da criança rural, e o seu aproveitamento, a cada dia, é mais eficiente.

Mas, Sr. Presidente, estou certo de que, em um futuro muito próximo, o índice de analfabetismo no Brasil estará extremamente reduzido. O número de crianças nas escolas primárias, o número de jovens cursando o segundo grau têm crescido e, com isso, chegamos à conclusão de que o Brasil vai bem, relativamente ao ensino básico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o número de jovens que já começam a buscar o ensino superior de graduação e pós-graduação a cada ano, aumenta. Relativamente ao ensino superior particular, ele tem socorrido milhares de jovens. Entendo até que o Ministério da Educação, compreendendo essa situação, tem facilitado a aprovação de um número grande de cursos superiores nem sempre cursos que interessam mais aos jovens e ao País. Muitas vezes, cursos que se tornam mais fáceis aos estabelecimentos escolares. Mas, de qualquer maneira, a oportunidade aos jovens que querem ingressar no ensino superior aumenta. Isso é também elogiável.

Sr. Presidente, deparamo-nos com a situação inaceitável daquele jovem que é obrigado a trabalhar ora para ajudar os pais na manutenção do lar, ora constituindo família para sustentar sua própria família. Esse jovem trabalha nas oficinas, nos bancos, nos escritórios, enfim, busca emprego e, após um dia exaustivo de trabalho, frequenta à noite um curso, seja ele preparatório, seja um curso superior.

Lamentavelmente, as universidades públicas, que deveriam acudir essa parcela de jovens, não ins-

titui cursos noturnos para aqueles que são obrigados a trabalhar, porque precisam e não têm recursos suficientes. São esses jovens, que deveriam contar com o ensino gratuito, que têm de pagar as universidades particulares. Aqueles que poderiam pagar seus estudos, que têm tempo e podem preparar-se durante o dia ingressam nas universidades públicas, nas escolas públicas, mas aqueles que precisam trabalhar são obrigados a buscar a sua vaga nas faculdades particulares.

E a situação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tende a agravar-se devido à falta de recursos das universidades públicas. Venho acompanhando – confesso que não muito de perto, mas venho acompanhando, como me é possível, o desempenho, o esforço, a dedicação da Universidade Federal do meu Estado e chego à conclusão de que, se não houver, por parte do Governo Federal, uma ação realmente capaz, firme, a fim de dotar as universidades públicas de recursos suficientes para que se ampliem, para que instalem novos cursos, para que possam abrir um maior número de vagas, não sei o que será desta parcela de jovens que são obrigados a trabalhar para manter as suas famílias e que buscam, no período da noite, um curso superior.

Entendo, Sr. Presidente, que o trabalho do Ministério da Educação é digno dos nossos aplausos, da nossa admiração, do nosso respeito no que se refere ao ensino básico, mas isso não é tudo e não pode continuar assim, porque, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País não tem tirado proveito daqueles jovens esforçados e dotados de inteligência muitas vezes excepcional, que vivem no interior ou nas periferias das cidades, pois não têm oportunidade de se aprimorar, desenvolver-se e de contribuir com o Brasil.

Venho sentindo há muito tempo que, frequentemente, milhares e milhares de jovens são atirados para fora da área estudantil, por falta de condições financeiras. Quando Governador, lutava para que a Universidade Federal expandisse sua ação no interior do meu Estado. Conseguimos que a Universidade Federal se expandisse até as cidades de Catalão, Jataí e Goiás, antiga capital. Mas não era tudo. Sentia-me um tanto frustrado com aquela situação. Os jovens do interior do meu Estado, concluindo o segundo grau, pertencentes a famílias cujos rendimentos eram suficientes para que fossem encaminhados a Goiânia, a Anápolis ou à Capital Federal para que continuassem seus estudos, muito bem. Mas aqueles cujas famílias não contavam com recursos suficientes

ficavam lá e não tinham a possibilidade de um futuro melhor.

Sr. Presidente, passamos a criar cursos superiores no interior no Estado. Criamos mais de 30 cursos, construímos inúmeros prédios para que essas faculdades se consolidassem. Não foi tudo: transformamos o último ano do segundo grau dos colégios públicos, principalmente em Goiânia, num terceiro ano que já era preparatório para o vestibular nas faculdades. Não se tinha notícia de aprovação nas universidades de nenhum jovem oriundo das escolas públicas estaduais. Após a adoção desse terceiro ano especial, um ensino realmente especial, já no ano seguinte, mais de 400 alunos dos colégios estaduais foram aprovados na Universidade Federal de Goiás, na Universidade Católica, na Faculdade Anhangüera, que mantém mais de 20 cursos superiores, e em outras faculdades particulares.

Lamentavelmente, esse esforço para que o terceiro ano do segundo grau recebesse o ensino especial foi-se desmoronando. E hoje, enquanto as faculdades particulares proliferam-se e se desenvolvem, dotados de um sentimento patriótico, os seus proprietários têm também um interesse de lucro. Essas faculdades nunca atenderão os jovens inteligentes e esforçados que, como dizia, são obrigados a trabalhar durante o dia e só podem freqüentar os cursos no período da noite. Esses jovens nunca terão rendimento necessário nem oportunidade se os Governos Federal e Estaduais e as Prefeituras Municipais não se juntarem num esforço realmente gigantesco.

Aprovamos recentemente uma emenda constitucional que impõe aos Estados e Municípios um percentual de gasto na saúde pública. Já existe legalmente uma imposição aos Estados e Municípios para que um percentual da sua receita seja destinado à Educação. Entretanto, Sr. Presidente, ainda não existe aquela oportunidade que a família brasileira espera para que os seus filhos esforçados e dedicados, embora pobres, tenham a chance de cursar uma faculdade.

Venho a esta tribuna nesta tarde demonstrar a minha sensibilidade ao grande esforço do Governo Federal, especialmente do Ministério da Educação, no desenvolvimento do ensino básico em nosso País. No entanto, é preciso que o Ministério da Educação e o Governo Federal estabeleçam um mecanismo tal que aqueles jovens, alcançando um desempenho especial no ensino básico, tenham o seu espaço principalmente nas universidades públicas. Se isso não for

possível, devem dispor de bolsa de estudos para freqüentar uma universidade particular.

É inadmissível, Sr. Presidente, que um jovem com um quociente de inteligência favorecido não tenha como prosseguir os seus estudos, ficando sem oportunidade de participar futuramente do desenvolvimento deste País. Sabemos que todos os países que se tornaram potências mundiais investiram primeiramente na educação da juventude. Os Estados Unidos fizeram isso há 120 anos. Após conhecerem as suas potencialidades, a fertilidade de suas terras, a riqueza de seu subsolo, a inteligência de sua gente, reuniram seu Conselho de Estado durante dias, numa reunião contínua, buscando o que deveriam fazer para se tornar futuramente uma grande potência mundial. E chegaram à conclusão única: investir na educação. E o fizeram, tornando-se uma grande potência.

O Japão, que há pouco mais de quatro décadas estava esfaqueado pela Segunda Grande Guerra Mundial, após se levantar, decidiu também investir na educação. Hoje, apesar de ser um país praticamente sem território, é uma das grandes potências mundiais.

E o Brasil, que tem uma população inteligente, uma população especial, país de terras férteis, de subsolo rico, de extraordinária dimensão territorial, tem tudo para se tornar, num futuro não muito longínquo, uma grande potência do mundo. Mas só o será, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se além de investir na educação das suas crianças, como tem feito, investir também na educação dos jovens, para que aqueles que realmente são esforçados e inteligentes, mas pobres, sem recursos financeiros, tenham oportunidade de cursar uma universidade.

Assim, Sr. Presidente, levo à área educacional do nosso País essa advertência, porque, indiscutivelmente, existe a tendência humana de acomodação, de esquecimento, mas não podemos nos acomodar diante desse quadro em que o pobre jovem inteligente não tem como vencer na vida por meio de cursos numa faculdade ou universidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dia 16 de outubro passado, tive a grata satisfação de abrir, em Fortaleza-Ce, a Semana da Educação Ambiental, uma iniciativa da Comissão de Implantação do Programa de

Educação Ambiental do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. A minhas contribuições, ainda que modesta, desenhou algumas idéias e pensamentos sobre meio ambiente, Poder Público e desenvolvimento. Embora não seja um *expert* na área, não posso deixar de sensibilizar-me, na condição de homem público e de cidadão comum, com as questões que afligem progressivamente a preservação de nosso patrimônio ecológico.

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que meu entendimento sobre o problema da preservação ambiental compreende, necessariamente, o domínio do desenvolvimento sustentável. E, portanto, é por esse viés que gostaria de discorrer sobre o tema. Como é sabido, o desenvolvimento sustentável constitui uma visão crítica dos modelos vigentes de desenvolvimento, privilegiando a necessidade de garantir qualidade e continuidade de vida na Terra. Num sentido mais genérico, a sustentabilidade deve girar seu eixo em pontos que estejam além dos aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, científicos, jurídicos e religiosos. Deve orbitar, sobremaneira, em função da sustentabilidade ambiental, ecológica e da preservação da vida.

É necessário que estejamos atentos aos modelos de desenvolvimento existentes, onde possamos ser críticos a projetos que investem na miséria humana e na devastação natural de nossos ecossistemas. Em outras palavras, com relação aos perigos que nos ameaçam, é necessário manter a capacidade produtiva dos ecossistemas, garantindo-se o capital natural, controlando a contaminação, reciclando os resíduos. Ao lado disso, deve-se incrementar novas tecnologias de produção, reestruturar, modernizar e inovar os modelos de desenvolvimento, onde o crescimento econômico seja distribuído com maior justiça e que o progresso seja sinônimo de qualidade de vida. Essa é a agenda sobre a qual deve surgir um novo modelo de sustentabilidade.

Historicamente, a consciência sobre a questão ambiental adquiriu maturidade organizacional quando da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Naquela ocasião, cientistas, ambientalistas e lideranças políticas do mundo inteiro afirmavam que o modelo tradicional de desenvolvimento econômico, adotado pela maioria das nações do planeta, estava inexoravelmente esgotado.

No Brasil, a reprodução do modelo desigual na distribuição de renda e recursos à população refle-

te-se, automaticamente, no descaso criminal em relação à guarda de seu patrimônio ecológico.

Infelizmente, a timidez com que as políticas públicas no Brasil encaram esse desafio, não permitem vislumbrar mudanças profundas. Daí, um modelo de sustentabilidade, ecologicamente avançado, não chegou até nós.

No último século, o aumento da capacidade de destruição do homem, aliado à expectativa de que, nos próximos 50 anos, a população dobrará, tem despertado o interesse de cientistas e ecologistas pela defesa da adoção de medidas preventivas, visando à própria sustentabilidade e a redução do grau de surpresas a que se vê exposta a humanidade.

Dentre esses cientistas, Michael Young se destaca como um dos mais brilhantes. Em seu célebre livro **Sustainable Investment and Resource Use – Equity, Environmental Integrity and Economic Efficiency**, identifica três tipos de surpresas possíveis: a) aquelas já conhecidas e experimentadas pelo homem, mas com conseqüências imprevisíveis, tais como ciclones e terremotos; b) aquelas conhecidas e não experimentadas, como aquecimento global e destruição da camada de ozônio; e c) aquelas totalmente desconhecidas na história da humanidade.

Para o cientista acima mencionado, o conhecimento do tipo de surpresas a que estamos sujeitos alia-se necessariamente a importantes decisões de ordem econômica e social. O crescimento populacional implica a necessidade de crescimento econômico, a partir do qual surgem os primeiros indícios, ainda que em níveis mínimos, de degradação ambiental.

O ônus do desastre ecológico recai primeiramente sobre as populações marginalizadas do planeta. Excluídos da sociedade, desprovidos de bens, isolados fisicamente em áreas ambientalmente frágeis e sem quaisquer conhecimentos ou recursos que os habilitem a promover a conservação do meio ambiente, os deserdados se tornam, ao mesmo tempo, e sob a mesma lógica perversa da contradição capitalista, vítimas e principais agentes da degradação ambiental. Contra isso, o desenvolvimento sustentável traz consigo o desafio da equidade, o dilema para esse fim de século. Para superá-lo, qualquer proposta de crescimento deve ser administrada de forma a, antes de tudo, aumentar o bem-estar de toda a população.

Retrospectivamente, as origens da problemática ambiental deitam raízes nos princípios fundamentais da economia convencional, que considera como *deseconomias* ou *externalidades da economia* a degradação ocasionada pelos projetos de desenvolvi-

mento. A questão das externalidades, por assim dizer, desnuda uma das maiores contradições dos princípios da economia convencional e ortodoxa: a ausência de valoração dos recursos naturais, como a água, o ar, a fauna, a flora, as florestas. A rigor, tais bens da natureza somente adquirem valor econômico a partir do momento em que o trabalho do homem os transforma, imprimindo-lhes *valor agregado*, como define a história econômica.

À luz desses conceitos, a Floresta Amazônica só passa a adquirir valor à medida que a devastamos e é transformada em madeira. Os demais valores físicos, culturais e socioeconômicos da Floresta, bem como os efeitos negativos resultantes da sua devastação, não são quantificados. Os valores da biodiversidade, cuja categoria se enquadram frutas, perfumes, plantas, princípios farmacológicos, resinas, colas e fauna, são absolutamente ignorados, até mesmo desprezados. Nessa categoria, podemos ainda incluir os valores cênicos, culturais e turísticos da referida Floresta, além de suas funções relacionadas à regulação do clima, dos ciclos da água, dos ciclos bi-químicos do carbono e a proteção dos solos.

Nesse mesmo diapasão crítico, o fenômeno da desertificação merece uma reflexão mais detida. Assim, devemos nos indagar: como trabalhar politicamente a questão da desertificação no Planeta, sem invocarmos o reducionismo da lógica econômica convencional como fator de causa do fenômeno? De acordo com relatórios científicos confiáveis, estima-se que mais de 250 milhões de pessoas no mundo sofrem diretamente as consequências advindas da desertificação, enquanto que um bilhão está fortemente ameaçada. Em termos concretos, sua definição se firma na degradação do solo em regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas, resultante de diversos fatores, dentre os quais se destacam as atividades humanas.

A desertificação merece uma reflexão mais detida. Tal fenômeno ocorre em razão do uso de sistemas produtivos inadequados, que não somente provoca a perda da fertilidade e degradação do solo, mas também altera a composição florística da vegetação nativa, ensejando a perda da biodiversidade. O desmatamento indiscriminado, as queimadas, a mineração irracional, a introdução de modernos padrões tecnológicos para as populações rurais tradicionais contribuem para o processo antrópico da desertificação. Em síntese, tudo está estreitamente ligado à má utilização e exploração intensiva e não sustentável dos recursos naturais de ecossistemas frágeis.

No Brasil, a calamidade da desertificação atinge os Estados do Nordeste. No Estado do Ceará, quase 60% de todo o seu território sofre com o processo de desertificação. Segundo estudos divulgados pelo Centro de Sensoriamento Remoto do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Ceará ocupa o terceiro lugar no País entre os Estados mais afetados, em extensão de terras comprometidas.

Enfim, constatamos, apreensivos, que a estabilidade democrática, o exercício da liberdade e o pluralismo ideológico não têm sinalizado para o avanço do bem-estar da população brasileira. No caso particular dos temas associados ao meio ambiente, o desenvolvimento sustentável tem-se prestado, na maioria das vezes, a funcionar como *clichê* político. Na prática, não se tem viabilizado a capacidade de manutenção do crescimento do País sem prejudicar essa mesma capacidade no futuro, o que implicaria garantir equilíbrio ecológico e social. Nesse contexto, o passo inicial para a superação dos problemas ambientais consiste na erradicação da pobreza, na melhoria da qualidade de vida de nosso povo, que, intrinsecamente, passa por um novo modelo de relacionamento entre as sociedades do Planeta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil continua perdendo a cada ano, uma verdadeira mina de ouro no mercado internacional de frutas frescas selecionadas. São bilhões de dólares que estão deixando de entrar em nossa contabilidade nacional. Um dos maiores motivos da não realização de ganhos importantes é que as autoridades econômicas ainda colocam em segundo plano os enormes benefícios que poderíamos tirar desse intercâmbio que não pára de crescer.

Embora sejamos um dos maiores produtores de frutas do mundo, as nossas receitas internacionais ainda são muito modestas. Em verdade, a fruticultura nacional necessita urgentemente definir uma diretriz global para poder ser capaz de planejar melhor o seu futuro.

Basicamente, para sermos competitivos nos mercados internacionais, é preciso, desde agora, promover a incorporação de novas áreas para a produção; aumentar os níveis de produtividade, que ainda não são satisfatórios; incorporar novas e modernas tecnologias; incentivar a pesquisa; melhorar a qualidade dos nossos frutos para podermos atender aos rígidos padrões exigidos pelos mercados internacio-

nais; conquistar maior rentabilidade; expandir os perímetros irrigados; diminuir as elevadas perdas durante a pós-colheita em virtude do manuseio, transporte e armazenamento inadequados; alargar os canais de comercialização; e melhorar os corredores de acesso aos mercados, o que implica, inclusive, na recuperação e manutenção das vias de escoamento que, como se sabe, estão em condições precárias pelo Brasil afora.

Como acabamos de expor, a atividade fruticultura nacional ainda funciona com muitas deficiências e graves distorções, que precisam ser superadas, e que nos fazem perder excelentes oportunidades de negócios. Sua modernização implicará, inevitavelmente, o uso intensivo de tecnologias avançadas; a geração de novas rendas em benefício de patrões e empregados; novas fontes de arrecadação para Estados e Municípios; a criação de milhares de novos postos de trabalho, melhor qualificação da mão-de-obra; fixação do homem à terra, evitando o êxodo rural para as cidades; redução da pobreza rural e da desnutrição.

Exemplo concreto desses benefícios, vamos encontrar no Nordeste, na região liderada por Petrolina e Juazeiro, às margens do Rio São Francisco, hoje chamada a Califórnia brasileira.

Vinte anos depois de ter iniciado um processo acelerado de modernização completa de sua fruticultura, os frutos dessa atividade garantem atualmente o emprego de 400 mil pessoas em toda a sua área de influência, e movimentam quase US\$500 milhões por ano só com a produção de frutas frescas selecionadas de alta qualidade. Segundo previsões oficiais, até 2005, a economia regional deverá registrar um novo surto de desenvolvimento e de riqueza. Inúmeras empresas brasileiras e multinacionais, verdadeiros gigantes do mercado nacional como Carrefour, Bompreço, Magnesita, Sílvio Santos, Queiroz Galvão, e outros, já começaram a investir milhões de dólares em fazendas equipadas com alta tecnologia para incrementar a produção de frutas como manga, melão e uva, de grande aceitação no mercado internacional.

Em relação à uva, por exemplo, os laudos técnicos mostram que a produtividade das plantações de Petrolina já são as mais altas do mundo. Enquanto em Petrolina pode-se obter até duas safras e meia por ano, na Califórnia, os americanos só conseguem uma. Por outro lado, em termos de rendimento monetário por área plantada, as vantagens apresentadas são ainda mais importantes do que naquela região americana e na Europa. O valor da mão-de-obra bra-

sileira fica em torno de R\$7,00 por dia de trabalho, enquanto nos Estados Unidos e na Europa, os custos são quase três vezes superiores. Enfim, o cenário que se vê hoje em Petrolina/Juazeiro, já é de sofisticada automação, de produção em larga escala, e de treinamento de uma mão-de-obra especializada, com níveis educacionais inclusive bem acima da média encontrada no resto da agricultura nacional.

Além dos empregos criados, e dos valores monetários que são gerados, outros indicadores do impacto da fruticultura no Pólo Petrolina/Juazeiro nos mostram que são 300 mil hectares de áreas irrigadas; 100 municípios atingidos; e 700 mil toneladas de frutas produzidas anualmente.

Apesar desse milagre que continua acontecendo naquela parte do Estado de Pernambuco e da Bahia, nossa fraqueza nesse mercado é notória, como já vimos, e o que estamos deixando de ganhar não se justifica mais em plena efervescência da globalização.

Nossa produção anual de 30 milhões de toneladas de frutas parece muito mas apresenta forte distorção. Segundo o Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF, metade dessa produção é composta de laranjas e cerca de 20% é representada por bananas. Portanto, cerca de 70% de tudo o que é produzido é representado por dois produtos apenas, o que dá uma nítida idéia da falta de planejamento e da desorganização que ainda reina no setor.

Segundo dados disponíveis sobre as exportações de frutas nacionais no ano de 1999, estima-se que as nossas vendas externas foram de apenas US\$310 milhões. No que se refere ao exercício de 1998, não conseguimos ultrapassar US\$290 milhões. Portanto, entre 1998 e 1999, tivemos um modesto acréscimo em nossas receitas que não superou 8%.

Por outro lado, apesar do imenso potencial de produção e da invejável capacidade para exportar inúmeras qualidades de frutas com ampla aceitação no mercado internacional, a variedade dos nossos embarques é extremamente pobre. No ano passado, somente a castanha de caju respondeu pela metade de todas as nossas exportações de frutas frescas e contribuiu sozinha com US\$110 milhões do total das receitas obtidas.

Em um mercado que movimentou no ano passado, quase US\$30 bilhões com frutas *in natura*, e que aumenta anualmente a um ritmo de mais de 1 bilhão de dólares, nossa participação é das mais insignificantes, com pouco mais de 1% de todo o comércio mundial.

Em termos comparativos com os montantes gerados por outros produtos da agroindústria, o comércio internacional de frutas foi comparável ao de soja no exercício de 1999. Ele foi bem mais lucrativo do que o do trigo, que rendeu US\$15,3 bilhões; e superou com folga a carne bovina, que respondeu por US\$14,9 bilhões; o café, US\$11,9 bilhões; a banana, US\$5 bilhões; a maçã, US\$3 bilhões; e a uva, que movimentou US\$2,2 bilhões.

No que se refere ao **ranking** brasileiro na exportação de algumas frutas, é importante ressaltar que somos o segundo maior produtor mundial de bananas, mas vendemos muito pouco ao exterior. Os valores de nossas exportações não chegaram a US\$70 milhões em 1999, enquanto o Equador, que ocupa o primeiro lugar, exportou US\$1,3 bilhão. Em contrapartida, em relação à laranja e ao mamão papaia, devemos reconhecer que a posição brasileira já é bastante satisfatória e está em grande expansão. A produção brasileira de mamão papaia tem crescido a um ritmo de mais de 10% ao ano, enquanto a produção mundial cresce a um ritmo de 4,3%. A mesma situação acontece com a laranja, cuja produção anual cresce 7,9%, ao mesmo tempo em que a produção mundial registra um crescimento de apenas 3,7%. Devemos citar ainda a ascensão da manga, da uva, da goiaba, da acerola e do melão, que serão também em breve, responsáveis pelas maiores fontes de divisas dos nossos embarques para o exterior.

De qualquer maneira, mesmo chegando tarde, o Brasil está acordando para ganhar um maior espaço nesse imenso mercado de frutas frescas. Apesar de termos de enfrentar uma verdadeira guerra para eliminar as pesadas barreiras alfandegárias impostas pelos países desenvolvidos aos nossos produtos agrícolas, a nossa capacidade de competitividade nesse setor nos dá grandes vantagens comparativas. Portanto, vale entrar nessa briga porque as mesas da América e da Europa, estão à espera desses produtos. A demanda crescente nesses países é mais do que suficiente para consumir todas as laranjas, mangas, abacaxis, castanhas, uvas, mamões e melões de alta qualidade que temos condições de produzir e exportar a médio prazo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado do Tocantins e todo o Cerrado brasileiro reúnem, também, todas as condições para reproduzir, no Centro-Oeste brasileiro, o milagre econômico que acontece em Petrolina/Juazeiro e se transformarem rapidamente numa segunda Califórnia brasileira, de proporções dezenas de vezes maiores. Em nossa região, temos clima e temos terra para produzir as melhores

frutas do mundo e mudar definitivamente o perfil da fruticultura brasileira. Todavia, estão faltando os incentivos e uma atenção maior do Governo para despertar economicamente as fantásticas possibilidades que essa região é capaz de realizar em pouco tempo.

O desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, que tenho a honra de representar nesta Casa, passa pelo cultivo do arroz de sequeiro, pela fruticultura tropical de Cerrado, por um gado mais selecionado e mais bem alimentado, e pelo pleno aproveitamento do Vale do Paranã, onde encontramos alguns dos melhores solos do País. Essas são as recomendações encontradas nas conclusões do trabalho de zoneamento agroecológico do Tocantins, concluído em meados de 1999, e que teve o patrocínio do Banco Mundial.

Para sustentar seu diagnóstico sobre as possibilidades agrícolas do Estado, o estudo baseia-se em mais de 300 mapas detalhados, elaborados pela Embrapa Monitoramento por Satélite, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Campinas – São Paulo (Embrapa-SP). Com esse trabalho minucioso, tanto o Governo estadual como os empresários dispõem agora de todas as informações para definir, com pequena margem de erro, as vocações agrícolas de cada região, as possibilidades de investimentos, as expectativas de lucros, e os possíveis riscos negativos dos impactos ambientais sobre uma determinada área.

O levantamento assegura portanto que o Tocantins deve apostar na fruticultura tropical de Cerrado que pode elevar em pouco tempo a produção de maracujá, abacaxi e manga que já é exportada para os mercados da Europa. Em síntese, o Norte e o Nordeste do Estado, perto da fronteira com o Maranhão, constituem um verdadeiro celeiro para impulsionar o desenvolvimento da fruticultura brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a modernização da fruticultura e a abertura de novos espaços de produção no território nacional são desafios que precisamos encarar neste começo de século XXI. Só assim o Brasil poderá deixar de ser um gigante adormecido no mercado internacional desses produtos que exercem grande fascínio de consumo sobre as pessoas. Para vencer essa batalha, o Estado do Tocantins está pronto para se transformar em um dos mais importantes centros produtores do País, desde que existam incentivos necessários para a realização de tão importante projeto nacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Reuters Business Briefing

**31-5-1999 BRASIL: ESTUDO TRAÇA AS VERDADEIRAS
VOCAÇÕES DE TOCANTINS**
Nacional

31 de maio de 1999 – No estado do Tocantins pode surgir uma nova Ribeirão Preto – cidade paulista conhecida pela sua riqueza –, desde que seja respeitada sua verdadeira vocação. O desenvolvimento do estado passa pelo arroz de sequeiro e a fruticultura de cerrado, por um gado mais bem alimentado e pelo aproveitamento do Vale do Paraná, que tem alguns dos melhores solos do País. Estas são algumas das conclusões do trabalho de zoneamento agroecológico do Tocantins, recém concluído.

Trata-se do primeiro estudo no gênero a esquadrihar um estado brasileiro de ponta aponta. Ele levanta desde as condições climáticas, de solo, topografia e drenagem até o uso da terra, as áreas preservadas e a cobertura vegetal do Tocantins. De posse desse instrumento, governo estadual e empresários poderão estudar a vocação e os problemas de cada região, decidindo sobre como investir, para que os lucros sejam maiores e os impactos ambientais, reduzidos. O zoneamento também deve facilitar a busca de recursos.

Patrocinado pelo Banco Mundial, o estudo baseia-se em mais de 300 mapas que descem a um detalhamento de 250 metros, elaborados pela Embrapa Monitoramento por Satélite, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Campinas (SP). As imagens foram obtidas graças a um sistema de radares a aos satélites Landsat e NOAA. O trabalho envolveu também cartografia por computador e sistemas de posicionamento por satélite (GPS). Segundo Evaristo de Miranda, gerente de Pesquisa da Embrapa Monitoramento por Satélite, algumas conclusões saltam aos olhos na análise dos mapas. A primeira é que a produção de soja e milho estão excessivamente concentradas ao longo da rodovia BR – 153 – a Belém-Brasília –, que corta o estado de Norte a Sul e oferece evidentes facilidades de escoamento da produção. 'O estudo sugere a necessidade de uma expansão da produção de grãos também no sentido Leste-Oeste, sobretudo em áreas de cerrado e que tenham um solo adequado a essas culturas', afirma Miranda.

Baseado nos mapas produzidos, o pesquisador também defende as vantagens, para o estado, de se investir no arroz de sequeiro, bem mais barato do que o produzido pela irrigação, já praticada no Tocantins. Além de economizar água, tal cultura é acessível aos pequenos proprietários, já que exige poucos investimentos.

'A Embrapa desenvolveu um arroz tipo agulhinha de sequeiro, batizado de caiapó, ideal nesse caso', diz. A produtividade do caiapó é de 3 toneladas por hectare, contra 5 t/ha do arroz irrigado, mas as diferenças nos custos de produção compensariam. Ele lembra que a produção brasileira de arroz depende hoje, quase exclusivamente, do Rio Grande do Sul, e que o Tocantins já tem a estrutura agroindustrial necessária. O mapeamento realizado pela Embrapa indica que o melhor lugar do estado para tais práticas é a região de Gurupi e Paraíso do Tocantins.

'O Vale do Paraná, no Sudeste do estado, hoje é subaproveitado por uma pecuária muito extensiva', prossegue o pesquisador. 'Ele tem um dos melhores solos do Brasil e poderia se

transformar num novo Ribeirão Preto'. A região tem grande potencial para produzir grãos, mas é de difícil acesso. 'O planejamento viário do estado deveria dar prioridade para a região compreendida entre Arraias (TO) e Campo Belo (GO)', diz Miranda.

O Tocantins também deveria apostar na fruticultura tropical de cerrado. Hoje ela é praticada de forma pontual, muitas vezes irrigada, com recursos da agência japonesa JICA e apoio do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer). Boa parte da produção de maracujá, abacaxi e manga do Tocantins já é exportada. 'Esta é uma grande vocação do Norte e o Nordeste do estado, perto da divisa com o Maranhão', diz.

Quanto à pecuária, Miranda afirma que as imagens obtidas revelam que os produtores do Tocantins não costumam praticar um consórcio de pastagens. Essa alimentação pouco proteica precisaria ser enriquecida, para que o estado cumprisse com sua vocação – exportar.

O trabalho de zoneamento do Tocantins dividiu o estado em 212 unidades. Nesse universo, analisa também quais as fronteiras agrícolas podem ser expandidas e quais teriam de ser freadas – caso do eixo da BR – 153, da calha do Araguaia e da região de Xambioá –, onde seria mais recomendável promover o reflorestamento.

O estudo será entregue hoje ao governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, na sede da Embrapa Monitoramento por Satélite, em evento marcando os dez anos do centro de pesquisa. O trabalho também encontra-se homepage www.mna.embrapa.br/tocantins.

(Regina Scharf).

(c)1999 Gazeta Mercantil S/A.

GAZETA MERCANTIL 31-5-1999

Reuters Business Briefing

6-9-1999 BRASIL: TÉCNICA MUDA A CARA DO SERTÃO
Nacional

6 de setembro de 1999 – Agnaldo Nunes de Almeida foi analfabeto até os 20 anos. Aos 24, com Mobral, supletivo e curso técnico agrícola, foi embora de Fatura, interior de São Paulo, para ser bóia fria em Santa Maria da Boa Vista (BA), em maio de 1977, em uma fazenda de uva. Com conhecimento técnico, conquistou a confiança do patrão, Mamoro Yamamoto, e foi tomar conta de 50 hectares recém adquiridos, onde ficou até 1988. Todo o dinheiro que ganhava, gastava em cursos. 'Quería ser bom administrador', conta Almeida, que já fez até faculdade de Administração de Empresas, em Petrolina (PE).

Decidiu abrir negócio próprio. Em 1989 conseguiu, como colono, um lote 6,5 hectares no Projeto Nilo Coelho, em Petrolina, e começou a plantar acerola. Não parou mais. Hoje, ele tem 60 hectares de fruticultura irrigada, dá emprego para cem pessoas e descobriu que 'melhor negócio que ser administrador é ser empresário'. Planta manga, uva, goiaba, mamão, coco, acerola, pinha e fatura quase meio milhão de reais por ano. Exporta 20% e quer levar a irrigação para o Tocantins, onde é secretário do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Almeida não é o único que se deu bem na região. O pólo Juazeiro-Petrolina é hoje um oásis de prosperidade. Enquanto uma safra de uva demora geralmente de três a quatro anos para ser colhida, no Vale do São Francisco basta um ano e meio. O clima e o solo mais profundo formam o ambiente perfeito para a alta produtividade das culturas. A fruticultura garante 60% da economia regional, ancorada por grandes e modernas empresas

rurais e importantes grupos investidores, como o Carrefour, Bom Preço, grupo Queiroz de Galvão e Grupo Silvio Santos, além dos produtores menores.

Bom exemplo é o japonês Suemi Koshiyama, que chegou à região como empregado da Cooperativa Agrícola de Cotia. Conseguiu 30 hectares como colono no projeto Curaçá, da Companhia de Desenvolvimento do São Francisco (Codevasf), e hoje é o maior exportador individual de uvas da região, para a Europa e Estados Unidos. Prepara a fruta de acordo com as exigências de cada mercado. As mangas, por exemplo, são aquecidas em água quente a uma temperatura de 50 graus para poderem ser consumidas pelos americanos.

O preço médio da terra para irrigação no Vale do São Francisco é de US\$500 por hectare – pode ser encontrado até por US\$100, dependendo das condições –, enquanto na Califórnia o preço é de US\$37,5 mil. O custo do hectare irrigado é de US\$10 mil a 15 mil. Na Califórnia, cinco vezes mais. E tem ainda outra vantagem: lá se consegue programar o plantio, de maneira que é possível mandar para o exterior frutas em períodos que nenhum outro país consegue produzir.

Os resultados não poderiam ser melhores: 74 mil hectares de fruticultura irrigada, um mercado que movimenta meio bilhão de reais por ano, mais de 80 mil empregos diretos e 332 mil indiretos, exportações que não param de crescer. No ano passado, a região exportou para Europa e Estados Unidos 39 mil toneladas de manga e 4,5 mil toneladas de uva. Neste ano, o volume já deve crescer para 60 mil e 6 mil, respectivamente. Em 2002, espera-se mandar para o exterior 100 mil toneladas de manga e 10 mil de uva, segundo dados da Valexport, uma associação que representa cerca de 1.500 produtores e exportadores de hortifrutigranjeiros do Vale do São Francisco. Ainda assim, há muito a ampliar: só na Bahia existem 1,6 milhão de hectares irrigáveis, sendo que somente 64 mil são destinados à fruticultura.

(c) 1999 Gazeta Mercantil S/A.

GAZETA MERCANTIL 6-9-1999

Reuters Business Briefing

30-4-1999 BRASIL: CRESCE O CULTIVO DE FRUTAS Tocantins, a nova fronteira

Belém, 30 de abril de 1999 – Há cerca de um ano o agricultor Aguinaldo Nunes de Almeida comprou 250 hectares de terras na região de Porto Nacional, centro do Estado e iniciou o plantio de frutas no Tocantins. Até o mês de agosto Almeida terá semeado 40 hectares de goiaba, figo, uva, tangerina, maracujá, ata, atemóia (híbrido da ata com a cherimóia – frutas nordestinas) e pretende implantar em, no máximo, três anos um pólo de fruticultura na região. Serão 200 hectares cultivados com dez variedades de frutas, que em produção devem somar uma safra de 6 mil toneladas. Os outros 50 hectares da fazenda devem ser convertidos numa área de turismo rural.

Os investimentos na implantação do pólo devem chegar a US\$ 3,2 milhões. Desse total, US\$ 640 mil – para o cultivo dos primeiros 40 hectares – foram com recursos próprios e o restante com financiamentos de bancos de desenvolvimento.

'Há anos estou envolvido com segmento agrícola, mas optei pela fruticultura devido ao retorno. A atividade é cara e de longo prazo, mas possibilita retorno financeiro e social. Para se ter uma idéia, cada hectare cultivado gera 15 empregos entre diretos e indiretos', diz Almeida, que se mudou para o Tocantins no início do ano, trazendo consigo a experiência nos 22 anos em que vi-

veu no Permanbuco. No Estado ele ainda mantém, em parceria com um grupo de produtores, cultivo de 200 hectares de manga na região do Cariri e mais 100 hectares no município de Alvorada, além de uma fazenda onde produz individualmente. 'Na região auxílio na transferência de tecnologia para os pequenos produtores. Começamos com 47 pessoas e hoje 600 produtores'.

Pelo trabalho de transferência de tecnologia, Almeida recebe entre 15% e 20% da produção do grupo, estimada em 5,5 mil toneladas de manga por ano. A produção individual está estimada em 600 toneladas de frutas por ano cultivadas em uma área de 30 hectares. As exportações respondem por 20% do montante. 'Uma das principais vantagens da fruticultura é que a cada ano a produtividade é maior'.

Juntos os cerca de 15 mil produtores de frutas do Pernambuco responderam em 1998 por 45% das exportações brasileiras, e pretendem este ano abocanhar uma fatia ainda maior do mercado, atingindo entre 53% e 54% das exportações totais de frutas do País. 'As perspectivas indicam aumento do índice de empregos no campo. A fruticultura deve ser encarada como excelente alternativa, porque gera emprego e renda'. No Tocantins o projeto de Almeida prevê a instalação de uma agroindústria, que deverá consumir recursos de cerca de US\$ 1 milhão. 'Assim que o pólo estiver implantado e em produção vamos partir para a fabricação de doces, frutas em calda e polpa de fruta', diz Almeida, que assumiu em janeiro a Secretaria de Desenvolvimento Indústria e Comércio do Estado do Tocantins.

A expectativa do produtor é que 40% da produção seja escoada para o mercado interno, outros 40% exportados para os Estados Unidos e Europa, mercados atendidos com a produção pernambucana e 20% para industrialização. A maior parte da produção de frutas no Estado do Tocantins será de goiaba, cuja a área plantada soma 12 hectares. A produção de figo soma 6 hectares, ata responde por 4 hectares, atemóia responde por 6 hectares, uva por 2 hectares, tangerina por 8 hectares e maracujá por 2 hectares. A primeira safra de frutas de Almeida deverá somar 1,2 mil toneladas. (Relatório/Página 4) (Luciana Franco).

(c)1999 Gazeta Mercantil S/A.

Reuters Business Briefing

27-12-1999 BRASIL: FRUTAS GARANTEM BONS RESULTADOS Rio Grande do Norte S.A.

Recife, 27 de dezembro de 1999 – No ano passado, segundo a Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, as exportações de frutas superaram todas as previsões formuladas diante das turbulências provocadas pela crise asiática, que abalaram o comércio externo mundial, afetando inclusive países compradores de produtos brasileiros. Com o crescimento de 18,94% no ano de 1998, as exportações de apenas seis variedades de frutas – melão, castanha de caju, manga, banana, melancia e abacaxi – resultaram em uma receita de US\$ 47,3 milhões FOB, US\$ 7,6 milhões a mais do que no ano anterior, contribuindo para que o total das exportações do Estado ultrapassassem a barreira dos US\$ 100 milhões e tivessem crescimento de 8,8% frente a redução de 3,5% das exportações brasileiras.

Em 1998, o melão, carro-chefe da fruticultura, alcançou 58,9 milhões de toneladas exportadas, com receita de US\$ 25,7 milhões. A castanha de caju, segunda fruta mais exportada pelo Estado, teve sua safra afetada pela seca com consequências sobre as exportações, grande parte para os Estados Unidos, maiores importadores mundiais do produto. A manga, terceira fruta em

importância na pauta de exportação, foi uma gratificante surpresa, levando o Rio Grande do Norte ao terceiro lugar no ranking das vendas externas brasileiras, desbancando São Paulo, que um ano antes exportava o equivalente a mais de duas vezes o montante produzido no Estado. Seu principal mercado continua sendo o europeu, porque os produtores aproveitam a rede de distribuição já conquistada pelo melão.

Ajudou muito o calendário agrícola, que faz do Brasil um dos principais produtores de manga do mundo em alguns meses do ano. Em 1998, o Estado obteve US\$ 5,6 milhões com a exportação de 6,4 mil toneladas de manga, um aumento de 288,5% em valor e de 311,7% em volume comparado ao desempenho de 1996.

A banana é a quarta fruta mais exportada pelo Estado. A expectativa é de que as vendas externas possam duplicar nos próximos anos, com a chegada de uma nova empresa agrícola ao Estado, a Del Monte. Antes, só a Directivos Agrícola produzia a fruta para exportação em Ipangaçu. Inicialmente exportada por via terrestre para o Mercosul, a banana começou a ser vendida para a Europa por via marítima. Em 1998, foram exportadas quase 10 mil toneladas de bananas, crescimento de 1,4% um valor e 50,7% em volume, que renderam US\$ 2,2 milhões. 'De um modo geral, a fruticultura cresceu 30,6% em 1998 e as expectativas para 1999 estão lançadas em excelentes bases', diz Otomar Lopes Júnior, da secretaria de Indústria e Comércio. No primeiro semestre, melão e manga sofreram pequena redução. A banana acabou perdendo competitividade devido aos sucessivos aumentos de preços dos combustíveis que encareceram o frete para os países do Mercosul. A castanha de caju teve um bom desempenho, pois recuperou a produção que foi abalada pela seca no ano passado. As exportações já aumentaram 10,6% em relação a 1998.

Os produtores de frutas do Pólo Açu-Mossoró esperavam há muito tempo pela desvalorização do real, achando que ajudaria a aumentar as exportações. Até agora os efeitos ainda não foram sentidos, porque falta crédito para expandir os negócios. 'Estamos engessados. Não podemos investir em novas áreas cultivadas e aumentar a oferta, apesar de o mercado internacional nos estar favorável', diz Manoel Dantas, presidente da Associação Vale das Frutas – que agrega fruticultores do pólo – e da empresa agrícola Frunorte. Municípios situados na região semi-árida potiguar, tanto Açu como Mossoró vêm se destacando pela fruticultura irrigada.

Segundo Dantas, o melão, por exemplo, principal cultura do Estado, não tem registrado expansão na área de cultivo, que gira em torno dos 9 mil hectares. A produção deste ano deve ser a mesma do ano passado, 200 mil toneladas. Do total, mais de um quarto será exportado e o restante vai abastecer todo o País. O Rio Grande do Norte atende a 90% do consumo nacional da fruta.

Sem poder aumentar a área plantada, os produtores de frutas do pólo introduziram novas variedades de melão para alcançar outros mercados no Brasil e no mundo. O interesse nas novas variedades se dá porque elas alcançam preços bem melhores que o tradicional melão amarelo valenciano, que hoje responde por mais de 90% da produção no Estado.

'As novas variedades dão frutas mais doces, embora sejam mais perecíveis. Por isso, requerem mais tecnologia', explica. Maisa, Frunorte e Fazenda São João são três grandes empresas que estão introduzindo novas variedades como orange flash, gália e cantalupe redilhado. (Relatório/Página 3) (Patrícia Raposo).

(c)1999 Gazeta Mercantil S/A.
Gazeta Mercantil 7-12-1999

Reuters Business Briefing

7-12-1999 BRASIL: EXPORTAÇÕES DE FRUTAS TÊM CRESCIMENTO MODESTO Nacional

Rio, 7 de dezembro de 1999 – Embora seja um dos maiores produtores de frutas do mundo, o Brasil deve encerrar o ano com exportações de apenas US\$310 milhões, 6% acima dos US\$290 milhões do ano passado. Até outubro, as vendas externas eram de US\$250,7 milhões, com aumento de 9% sobre o mesmo período do ano anterior. A metade das exportações de frutas frescas, no entanto, deve-se à tradicional castanha de caju, responsável este ano por US\$110 milhões. Na verdade, só esse produto tem presença externa significativa.

Com isso, a participação brasileira no mercado internacional de frutas frescas não passará de 1,5% em 1999, 'a despeito da grande extensão territorial e das excelentes condições climáticas para plantio', diz o titular da Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Paulo Samico.

Ele destaca que o mercado internacional de frutas *in natura* tem crescido a um ritmo de US\$1 bilhão por ano, tendo movimentado, em 1999, cerca de US\$20 bilhões – comparável ao do comércio mundial de soja e superior aos montantes comercializados com trigo (US\$15,3 bilhões) carne bovina (US\$14,9 bilhões) e café (US\$11,9 bilhões). Só a exportação mundial de bananas movimentou este ano US\$5 bilhões, dos quais US\$1,3 bilhão pelo Equador, maior exportador mundial. O Brasil embora seja o segundo maior produtor, exportou, até outubro somente US\$66 milhões.

Já o comércio internacional de maçã gira ao redor de US\$3 bilhões, dos quais a França participa com US\$600 milhões. A uva movimenta US\$2,2 bilhões por ano e, desse total, a Itália responde por US\$500 milhões. Segundo Samico, esses números mostram o potencial de crescimento da fruticultura. 'Somos os maiores produtores de laranja e mamão, com um terço do volume mundial', diz. De fato, enquanto a produção mundial de mamão papaia cresce num ritmo de 4,3% ao ano, a produção brasileira aumenta mais de 10%. Na laranja, a situação é semelhante, com crescimento de 3,7% na produção mundial e de 7,9% no Brasil.

Com base nesse desempenho, Samico quer aumentar a participação da fruta nacional no mercado externo. Para isso, o primeiro passo será a maior articulação entre as várias instâncias do Ministério da Agricultura: Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Defesa Agropecuária e Animal, Embrapa e Conab.

Na Secretaria de Política Agrícola, a idéia é adequar os instrumentos de estímulo à produção (principalmente o crédito) às estratégias de exportação. Na Secretaria de Defesa Agropecuária, além de controlar a qualidade das importações, pretende-se monitorar as medidas de controle sanitário adotadas pelos países importadores. Na Embrapa, o objetivo é fazer com que a pesquisa explore as potencialidades produtivas e as adapte aos padrões de qualidade do comércio exterior. E na Conab, que a infraestrutura de ananzenagun e a política de preços mínimos beneficiem os produtores.

Samico está convencido de que as exportações do segmento do agronegócio (que reúne produtos agrícolas, insumos e equipamentos que fazem parte da atividade econômica desses produtos) são a alternativa mais viável para a retomada dos saldos comerciais do País no próximo ano.

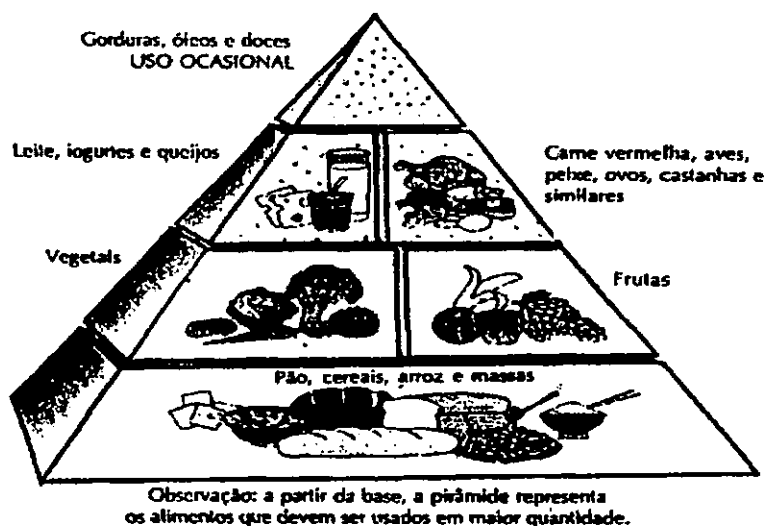
(Livia Ferrari)

(c)1999 Gazeta Mercantil S/A.
Gazeta Mercantil 7-12-1999

Espaço para frutas brasileiras no mercado norte-americano

Existe hoje um amplo espaço no mercado dos Estados Unidos para colocação de espécies de frutas produzidas nos países do Hemisfério Sul, principalmente quando se trata de frutas exóticas, e o Brasil é um dos países que mais poderiam se beneficiar desta demanda. A informação é do pesquisador da Universidade de Arkansas, James Moore, um dos palestrantes do seminário de frutas de clima temperado realizado recentemente na Embrapa Clima Temperado, em Pelotas, Rio Grande do Sul.

Uma forte campanha envolvendo empresas privadas e instituições governamentais, incentivando os norte-americanos a incluírem na dieta alimentar pelo menos duas porções de frutas, é um dos fatores que está determinando o aumento do consumo per capita nos Estados Unidos. Em dez anos, entre 1985 e 1995, houve um acréscimo de 11% naquele país. Segundo o pesquisador, os norte-americanos passaram a incluir em maior volume frutas e hortaliças no cardápio diário desde que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) publicou artigo sobre Dieta e Saúde. Também constava do material uma "guia piramidal" com as três fontes básicas para alimentação humana. Próximo da base da pirâmide estão



as frutas (ver figura a cima). A partir disso a Sociedade Americana do Câncer, a Organização Nacional de Saúde dos Estados Unidos e a Sociedade Americana para Doenças do Coração reforçaram a idéia. A tendência dos consumidores aumentarem ainda mais o consumo de frutas poderá determinar um aumento de até 114%, caso sigam à risca as recomendações do USDA e das instituições da área de medicina. A campanha está presente nos supermercados, mostrando as vantagens de comer frutas em todas as refeições.

O material deslaca quais as vitaminas e demais componentes (como fibras e sais minerais) que têm em cada espécie. "Podemos ver cartazes grandes dizendo, por exemplo, pêssegos e nectarinas são ricos em fibras", conta James Moore.

Os norte-americanos dão preferência aos frutos in natura. Entre 1982 e 1997 o consumo per capita de frutas frescas cresceu em 24%, enquanto o de processadas em apenas 5% (apesar de o custo da primeira opção praticamente representar o dobro).

Certificação para cadeia de frutas

O Ministério da Agricultura vai editar nos próximos dias uma portaria para regulamentar a produção integrada de frutas e normatizar a certificação das cadeias produtivas. A portaria deverá tratar da produção de forma genérica, devendo cada segmento desenvolver seu próprio sistema de produção integrada, adequando-se aos padrões de qualidade fixados pelo ministério e de acordo com as exigências do mercado internacional.

Até agora somente a cadeia produtiva da maçã, que colhe anualmente cerca de 800 mil toneladas, desenvolveu seu sistema de produção integrada, com um mínimo de aplicação de produtos químicos na lavoura. Com a regulamentação,

todas as demais cadeias deverão compor sistemas integrados obedecendo aos critérios de uso de produtos químicos de acordo com os limites fixados nas portarias. Somente após a comprovação do atendimento às novas regras, será concedida a certificação, que confere qualidade ao produto.

A certificação das cadeias produtivas de frutas representa mais um passo para garantir um diferencial aos produtos brasileiros no mercado externo. Nesse sentido, o ministro Pratini de Moraes garantiu o apoio do governo na divulgação de uma campanha de marketing para facilitar a venda da fruta brasileira no exterior. Com o incentivo, a expectativa do ministro é a de que no prazo de cin-

co anos o segmento da fruticultura deverá gerar 300 mil empregos e faturar US\$ 2 bilhões ao ano.

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, mas participa com apenas 0,5% do comércio mundial do setor. Segundo o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) a baixa demanda externa, aliada a outros entraves, como barreiras alfandegárias, emperram as exportações do país. Do total produzido no Brasil - cerca de 33 milhões de toneladas anuais - apenas 3% é destinado à exportação. Entre os exemplos de potencial mal aproveitado, apontados pelo instituto, estão o limão tahiti (pode alcançar preço 10 vezes melhor no mercado externo) e a manga (preço 50% melhor).

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 24, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1999 (nº 673/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo

Parecer, sob nº 160, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Djalma Bessa, favorável, com adendo e abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Jefferson Peres.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2000 (nº 477/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Municipal de Artes de Montenegro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.006, de 2000, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 209, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2000 (nº 452/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasiléia, Estado do Acre, tendo

Parecer favorável, sob nº 999, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Tião Viana,

com abstenções do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Heloísa Helena.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2000 (nº 454/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, tendo

Parecer favorável, sob nº 1000, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Tião Viana, com abstenções do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Heloísa Helena.

– 5 –

REQUERIMENTO Nº 522, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 522, de 2000, do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 182 e 196, de 2000, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

(OS 18701/00)

PARECER Nº 43, DE 2000–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2000–CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$2.535.566,00, para os fins que especifica”.

Relator: Deputado João Caldas

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 804, de 2000–CN (nº 1.260/2000, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito

Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$2.535.566,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais), para atender às despesas constantes do Anexo I do Projeto de lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão do cancelamento de dotações orçamentárias dos próprios Órgãos, conforme indicado no Anexo II.

A Exposição de Motivos nº 226/MP, de 8 de setembro de 2000, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a suplementação em pauta visa atender despesas de naturezas diversas e relacionadas conforme os seguintes Órgãos:

- Justiça do Distrito Federal e Territórios R\$2.519.000,00

Os recursos destinam-se à ampliação do edifício-sede, tendo em vista a previsão do aumento do número de desembargadores do Tribunal de Justiça.

- Justiça Eleitoral R\$16.566,00

O crédito destinado à Justiça Eleitoral tem por objetivo o pagamento de despesas de exercícios anteriores referentes ao projeto "construção do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

II – Emendas

Não foram apresentadas emendas ao presente projeto. no prazo regimental.

III – Voto

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2000-cn, Na Forma Apresentada Pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2000. – Deputado **João Caldas**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Sexta Reunião Ordinária, em 17 de outubro de 2000, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado **JOÃO CALDAS**, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 29/2000-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados **Alberto Goldman**, Presidente, **Pedro Chaves**, Segundo Vice-Presidente, **Adolfo Marinho**, **Airton Dipp**, **Alberto Mourão**, **Antônio Carlos Konder Reis**, **Aracely de Paula**, **Arlindo Chinaglia**, **Armando Abílio**, **Arnon Bezerra**, **Carlito Merss**, **César Bandeira**, **Clementino Coelho**, **Danilo de Castro**, **Darcísio Perondi**, **Djalma Paes**, **Domiciano Cabral**, **Dr. Rosinha**, **Eliseu Moura**, **Eunício Oliveira**, **Euripedes Miranda**, **Fátima Pelaes**, **Félix Mendonça**, **Fernando Coruja**, **Fernando Gonçalves**, **Francisco Garcia**, **Francisco Rodrigues**, **Gervásio Silva**, **Gilmar Machado**, **Giovanni Queiroz**, **Gonzaga Patriota**, **Helenildo Ribeiro**, **Iberê Ferreira**, **Jaime Martins**, **João Almeida**, **João Caldas**, **João Coser**, **João Fassarella**, **João Grandão**, **João Leão**, **João Ribeiro**, **João Tota**, **Jorge Alberto**, **Jorge Bittar**, **Jorge Khoury**, **José Borba**, **José Carlos Elias**, **José Lourenço**, **José Priante**, **Laura Carneiro**, **Lídia Quinan**, **Luciano Castro**, **Luiz Sérgio**, **Marçal Filho**, **Mário Negromonte**, **Max Rosenmann**, **Milton Monti**, **Mussa Demes**, **Nárcio Rodrigues**, **Nelson Meurer**, **Neuton Lima**, **Olímpio Pires**, **Paulo Braga**, **Paulo Kobayashi**, **Paulo Mourão**, **Pedro Canedo**, **Pedro Celso**, **Pedro Henry**, **Pedro Novais**, **Pompeo de Mattos**, **Raimundo Gomes de Matos**, **Ricardo Barros**, **Ricarte de Freitas**, **Roberto Balestra**, **Rogério Silva**, **Rubens Bueno**, **Santos Filho**, **Sérgio Miranda**, **Silas Brasileiro**, **Wagner Salustiano**, **Waldemir Moka**, **Wilson Braga e Zila Bezerra**; e Senadores **Jonas Pinheiro**, Segundo Vice-Presidente, **Amir Lando**, **Carlos Bezerra**, **Carlos Patrocínio**, **Eduardo Suplicy**, **Juvêncio da Fonseca**, **Luiz Pontes**, **Marluce Pinto**, **Moreira Mendes**, **Ramez Tebet**, **Romero Jucá** e **Tião Viana**.

Sala de Reuniões, 17 de outubro de 2000. – Deputado **Alberto Goldman**, Presidente – Deputado **João Caldas**, Relator.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal

1. Casildo Maldaner (1) SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal

1. Marluce Pinto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renan Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ramal

1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francelino Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal

1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocínio - TO/4058
3. Djalma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal

1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal

1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal

1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloisa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal

1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva (2) - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Licenciado no período de 18/08 a 16/12/2000.

(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4208	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES -PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG-PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM (4)	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Análizada em: 16/10/2000

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/08
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE (3)	MA		7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNADES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

(3) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quarta-feira às 14.00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 16/10/2000

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:**

VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (I)	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(I) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Anulada em :16/10/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT) - 1

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br**

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4348
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE (3)	MA		6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizado em :16/10/2000.

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quinta-feira às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :06/10/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE (2)		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em 20/10/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em :06/10/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	821	318 8621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6181
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4208	323 6470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 8980	318 2980

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6181	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	228 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4208	323 6470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7803
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 6089	JOSÉ JORGE	PE	# 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	#01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5825
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	Ⓐ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	Ⓑ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
ⓐ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5328	318 2328	MALUY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 6573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	638	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	645	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5983	318 2983	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	980	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 288	318 5288	318 2288

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70180-900
FONE: (55) (061) 318 7438 - 318 7188 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - merceul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL DE
EDITORACÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 84 PÁGINAS